

**ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

VERÚCIA DE ARAUJO MARQUES

**PANDEMIA DA COVID-19: APROXIMAÇÃO COM A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO
SERVIÇO SOCIAL**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

VERÚCIA DE ARAUJO MARQUES

**PANDEMIA DA COVID-19: APROXIMAÇÃO COM A PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Escola de Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Arseli Kern.

Porto Alegre
2022

VERÚCIA DE ARAUJO MARQUES

**PANDEMIA DA COVID-19: APROXIMAÇÃO COM A PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco Arseli Kern
Orientador
(PPGSS/PUCRS)

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Suárez Maciel
(PPGSS/PUCRS)

Prof.^a Dr.^a Mailiz Garibotti Lusa
(UFSC)

Porto Alegre

2022

Ficha Catalográfica

M357p Marques, Verúcia de Araujo

Pandemia da Covid-19 : aproximação com a produção do conhecimento do Serviço Social / Verúcia de Araujo Marques. – 2022.

152p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Arseli Kern.

1. Serviço Social. 2. Pandemia. 3. Produção do Conhecimento. I. Kern, Francisco Arseli. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Loiva Duarte Novak CRB-10/2079

Dedico este trabalho as pessoas que perderam seus entes queridos nesta pandemia e as que viveram ou estão vivenciando o processo de adoecimento e/ou a internação hospitalar, particularmente, a classe que vive do trabalho. Óbitos e adoecimentos que poderiam ter sido evitados se este país tivesse assumido outra conduta, especialmente, o governo federal para com a pandemia, a partir do compromisso e da responsabilidade pública, de atenção à população que poderia ter sido vacinada em tempo de evitar esta tragédia humana. Neste momento se tem o registro confirmado de mais de 600.000 mil vidas ceifadas pela Covid-19 no Brasil. Hoje e sempre, PRESENTES!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, por possibilitar o desenvolvimento desse estudo. Assim como, expresso minha gratidão aos trabalhadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, especialmente, aos docentes e técnicos-administrativos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Ao professor orientador Francisco Arseli Kern (prof. Chico) que me acompanhou e apoiou nesse processo de formação. Obrigada Chico pela sensibilidade e compromisso.

À professora Ana Lúcia Suárez Maciel pela sensibilidade na leitura e por ter aceitado esse desafio de compor a banca. Obrigada prof.^a Ana.

À professora Mailiz Garibotti Lusa (amiga Liz) que me acompanhou desde a minha chegada na UFRGS, passamos a construir o trabalho, dividimos a angústia e a alegria, compartilhamos o choro e o riso e agora me acompanha neste ciclo de formação sendo banca deste mestrado. Querida Liz, obrigada por todas as trocas, amizade e sensibilidade.

Agradeço aos colegas do mestrado da turma 2020/1, por terem dividido momentos de aflição, de troca e de apoio. Certamente levarei vocês no coração.

Aos colegas da UFRGS pelo apoio que permitiu meu afastamento para este estudo.

À minha família, pela compreensão das ausências, apoio e incentivo para seguir na luta e não desistir. Sem o apoio de vocês, isso não seria possível. Amo vocês!

Atendendo as orientações da Diretoria de Pós-Graduação – PROPESQ/PUC/RS, sinaliza-se que o presente trabalho foi realizado com apoio da PUCRS através do Programa Institucional de Bolsas PRO-Stricto. (This study was supported by the PRO-Stricto Scholarship Program – PUCRS).

RESUMO

Esta dissertação versa sobre a produção do conhecimento no contexto de pandemia da Covid-19, assim se trata da análise das produções bibliográficas do Serviço Social, no período de 2020 a 2021. Para constituir esta pesquisa, foram problematizadas algumas questões tais como: como a pandemia está sendo abordada na produção do conhecimento na área do Serviço Social; considerando a conjuntura e as determinações sociais, políticas e econômicas, como o Serviço Social está discutindo as implicações e mudanças decorrentes da pandemia; como a categoria profissional está debatendo os desafios e apontando possibilidades de enfrentamento e resistência frente ao contexto da pandemia. Com o propósito de responder as indagações supracitadas, a pesquisa foi fundamentada pelo método materialista histórico-dialético, delineado pela teoria social crítica em Marx, que possibilitou analisar a realidade social através de interpretações históricas e transformações sociais. Dessa forma, a abordagem da pandemia se relaciona com categorias essenciais do método, sendo eles: a historicidade, totalidade, contradição e mediação. O estudo caracterizou-se pela abordagem qualitativa, ancorando-se na pesquisa bibliográfica, as fontes para coleta de dados foram a revistas Serviço Social & Sociedade e Temporalis. A partir dos critérios de inclusão, foram selecionadas 14 produções para o corpus de análise dessa dissertação. Os resultados evidenciaram a abordagem da pandemia relacionada ao negacionismo e ao acirramento da crise do capitalismo, em relação as implicações e mudanças decorrentes da pandemia, a produção analisada dá visibilidade para precarização do trabalho e para o desmonte das políticas sociais, e ainda, constatamos que as produções bibliográficas do Serviço Social vêm demonstrando a necessidade de construção de estratégias coletivas e de reafirmação do Projeto Ético-Político profissional para enfrentamento e resistência frente ao contexto de pandemia.

Palavras-chave: Serviço Social; Pandemia; Produção do Conhecimento

ABSTRACT

This dissertation deals with the production of knowledge in the context of the Covid-19 pandemic, so it is about the analysis of the bibliographic productions of the Social Work, in the period from 2020 to 2021. To constitute this research, some questions were problematized, such as: how the pandemic is being addressed in the production of knowledge in the area of Social Work; considering the conjuncture and social, political and economic determinations, how the Social Work is discussing the implications and changes resulting from the pandemic; how the professional category is debating the challenges and pointing out possibilities for coping and resistance in the face of the pandemic context. In order to answer the aforementioned questions, the research was based on the historical-dialectical materialist method, outlined by Marx's critical social theory, which made it possible to analyze social reality through historical interpretations and social transformations. In this way, the approach to the pandemic relates to essential categories of the method, namely: historicity, totality, contradiction, and mediation. The study was characterized by a qualitative approach, based on bibliographic research, the sources for data collection were the magazines Serviço Social & Sociedade and Temporalis. Based on the inclusion criteria, 14 productions were selected for the analysis corpus of this dissertation. The results showed the approach to the pandemic related to denialism and the intensification of the crisis of capitalism, in relation to the implications and changes resulting from the pandemic, the analyzed production gives visibility to the precariousness of work and the dismantling of social policies, and still, we found that the bibliographic productions of the Social Work have demonstrated the need to build collective strategies and reaffirm the professional Ethical-Political Project to face and resist the context of a pandemic.

Keywords: Social Work; Pandemic; Knowledge Production

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Seleção dos artigos para análise

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Estrutura metodológica

LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS** - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABESS** - Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social
- CEAS** - Centro de Estudos e Ação Social
- CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social
- CLT**- Consolidação das Leis do Trabalho
- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COMGRADSSO** - Comissão de Graduação do Curso de Serviço Social
- CONASS** - Conselho Nacional de Secretários de Saúde
- CRESS** - Conselho Regional de Serviço Social
- DDE**- Direção de Desenvolvimento Educacional
- ENESSO** - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
- EPI** - Equipamento de Proteção Individual
- ERE** - Ensino Remoto Emergencial
- IFC** - Instituto Federal Catarinense
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LGBTQIA+** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e Mais
- NDE** - Núcleo Docente Estruturante
- NUPE** - Núcleo Pedagógico
- OMS** - Organização Mundial da Saúde
- OPAS** - Organização Pan- Americana da Saúde
- PEP** - Projeto Ético-Político do Serviço Social
- PIBIC** - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
- PNE**- Política Nacional de Estágio
- PPC** - Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social
- SARS-CoV-2** - Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2
- SUAS** – Sistema Único de Assistência Social
- SUS** – Sistema Único de Saúde

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

UFA - Unidade de Formação Acadêmica

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL.....	39
2.1 A trajetória da produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro.....	39
3 DE QUE CONTEXTO ESTAMOS FALANDO?	53
3.1 Apresentando a conjuntura brasileira no contexto da pandemia	54
3.2 Questão Social e Crise Sanitária	63
4 SERVIÇO SOCIAL E PANDEMIA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	83
4.1 Caracterização das bibliografias	83
4.2 Análise da abordagem da pandemia na produção bibliográfica do Serviço Social	87
4.3 Visibilidade, implicações e mudanças decorrentes da pandemia presentes na produção do conhecimento do Serviço Social	106
4.4 Estratégias de enfrentamento e resistências frente ao contexto de pandemia	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICE - Roteiro de análise dos artigos.....	151

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, área de concentração Serviço Social, Políticas e Processos Sociais, vincula-se à linha de pesquisa Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais e constitui requisito para a obtenção do título de mestre.

Na presente dissertação discute-se a pandemia da Covid-19, realizando uma análise de como esse tema é apreendido na produção teórica do Serviço Social, se busca os assuntos em estudo, as abordagens sobre a pandemia, considerando a conjuntura política e estrutural e, concomitantemente, se dá visibilidade as implicações e mudanças decorrentes da pandemia a partir de um cenário de aprofundamento das desigualdades sociais e de retrocessos na garantia de direitos o que exige articulação com a luta dos trabalhadores.

O Serviço Social brasileiro vem ao longo de sua história de mais de 80 anos se transformando. Nesta caminhada refutou o conservadorismo, traço da sua origem, o tecnicismo do seu desenvolvimento, alcançando maturidade teórica-intelectiva ao assumir a teoria social crítica em Marx, que alicerça o referencial teórico-metodológico fundamentado no método crítico-dialético, o qual embora não hegemônico imprime direção social, política e organizativa à profissão, a partir do Projeto Ético-Político, alicerçado na legislação profissional (Lei nº 8662/93), no Código de Ética (1993) e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/1996). Tais alicerces resultam em relevante mudança na formação e no exercício profissional, que assumem a responsabilidade e o comprometimento com a liberdade, a autonomia e a emancipação dos sujeitos, confirma sua importância no cotidiano da classe trabalhadora, que utiliza o serviço da profissão, e na luta de classes com outros indivíduos políticos, por uma outra sociabilidade sem dominação e exploração de classe, gênero, raça e etnia.

O presente trabalho, desenvolvido a partir da dissertação do mestrado, é uma pesquisa bibliográfica sobre a produção teórica do Serviço Social em relação à pandemia da Covid-19, ou seja, busca analisar o que tem sido publicado à respeito

desse tema na área do Serviço Social. Nesta pesquisa, se procura apreender a profissão localizada no próprio movimento da história, portanto, nas circunstâncias de transformações societárias que constituem o acirramento da questão social, apresentando novas demandas e condições para a produção de conhecimento na área, pretendendo desenvolver análises que semeiem possibilidades de retornos profissionais com as qualidades necessárias de contraposição à conjuntura atual. Este processo requer o adensamento da competência crítica e interventiva da profissão no esforço consistente para apreender os processos econômicos, políticos e sociais que atravessam, recaem e se particularizam na formação e no exercício profissional em diversas dimensões, o que muito possivelmente tende a contribuir com os debates na área do Serviço Social e com o processo de qualificação da intervenção da categoria profissional.

Tal como assinala Iamamoto (2015), o momento presente é marcado pela:

reestruturação produtiva, a radicalização do projeto (neo) liberal e a reestruturação do Estado no contexto do capital transnacionalizado, impulsionando a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas da vida social. Afetam transversalmente a organização societária, a divisão do trabalho social, os direitos sociais e a constituição dos sujeitos; redimensionam funções e atribuições profissionais, como as relações sociais e os específicos processos de trabalho por meio dos quais se realizam a produção e distribuição de bens e serviços (IAMAMOTO, 2015, p. 255).

Às considerações da autora são acrescidas a situação de pandemia da Covid-19, que no Brasil ceifou mais de 600 mil vidas, uma verdadeira tragédia social e humana e que, sem dúvida, evidencia as ações e omissões, especialmente, da gestão federal no enfrentamento ao coronavírus. Neste contexto assinala-se o negacionismo da ciência, a partir de comportamentos e opiniões que negam ou recusam o isolamento social como medida estratégica para controle da disseminação do vírus, hesitação sobre o uso de máscaras e defesa de medicamentos como a cloroquina e a ivermectina para tratamento da Covid-19, mesmo que comprovado cientificamente suas ineficácias no processo de terapia e de cura da doença, e ainda a negligência ou mesmo a recusa as propostas de ofertas de vacinas.

Este cenário apresentado sucintamente, sinaliza para uma difícil e complexa conjuntura, sobretudo, marcada pelo desafio, no qual o recurso à teoria social crítica em Marx, se faz necessário, tendo em vista desvelar esta realidade, ultrapassando o imediatismo e suprimindo em profundidade as marcas do conservadorismo que se apresenta pungente. Trata-se de um contexto de radicalização do capital nas dimensões de exploração e de expropriação dos direitos dos trabalhadores, momento que acentua tendências para involuções sob várias formulações teóricas correntes. Nesse sentido, o instante presente requer enfrentamento coletivo e articulação da categoria profissional para afirmação do projeto ético-político do Serviço Social, colocando-se em oposição a naturalização das desigualdades e a banalização da vida e a política como ímpeto de morte que atravessa os traços particulares históricos do fenômeno social capitalista.

A cena contemporânea é de tendências regressivas, como também, de analisar contradições e fortalecer as lutas, avançando no propósito da profissão, no robustecimento da direção social crítica na perspectiva da totalidade da vida social, intencionada no projeto profissional coletivamente construído, no fortalecimento de uma área profissional que, se apoiando no materialismo histórico-dialético, encontre a disposição impulsionadora aos embates coletivos da classe trabalhadora. Nesse sentido, a universidade e a produção do conhecimento encontram-se nesse plano já que, existem valores a serem determinados e especialmente, urgentes reivindicações pelas quais lutar. Dimensões de natureza teórica, como também política, nortearam a escolha do tema “pandemia da Covid-19” como objeto desta pesquisa. Isso uma vez que, a propensão de um tema de pesquisa, ao mesmo tempo que parte do esforço particularmente implicado na construção do conhecimento, alarga seu significado e força, à medida que encontra a dimensão coletiva e a referência no horizonte das lutas indispensáveis para os enfrentamentos que hoje se apresentam na ocasião da pandemia e aos porvires.

Dessa forma, o fio condutor que vem movendo as experiências acadêmica e profissional da autora é a preocupação com os encadeamentos e repercussões da pandemia que se apresenta em duas questões distintas e igualmente importantes: a primeira se refere a conexão entre as circunstâncias internas e externas deste

processo; a outra representa aquilo que vincula a causa ao resultado entre a circunstância e o efeito, ou seja, são os produtos e/ou efeitos da pandemia na vida das pessoas, especialmente da classe trabalhadora em um contexto de crise do capitalismo, sobre os caminhos trilhados para alcançar este objeto e como se estabelece esta relação com a temática e a problematização desta pesquisa serão apresentadas, brevemente, algumas questões que compeliram a escrita deste trabalho. Destarte, este estudo é resultante de um processo de aproximação da trajetória profissional e de pesquisa na área da educação e de inquietações oriundas do processo de formação que compreende o Curso de Mestrado em Serviço Social.

A aproximação com a pesquisa surge na graduação a partir da vivência de bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPQ, essa experiência suscitou o reconhecimento de Jovem Pesquisadora/PIBIC-CNPQ. A formação em Serviço Social possibilitou a inserção da autora na área da educação e o Curso de Mestrado se apresenta como oportunidade de aprofundar o conhecimento e de se reaproximar com a pesquisa buscando qualificar o processo de formação e intervenção profissional.

O interesse pela pesquisa e trabalho científico é adensado pela experiência como assistente social no Instituto Federal Catarinense (IFC), enquanto membro e convidada compondo com outros profissionais o Núcleo Pedagógico (NUPE) do Campus São Francisco do Sul, que é representado por um coletivo de trabalhadores que desenvolvem estudos, pesquisas, prestam assessoria à Direção de Desenvolvimento Educacional (DDE) e apoio didático-pedagógico à comunidade acadêmica, colaborando em ações para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Na condição de membro do NUPE contribuimos na elaboração de atividades de formação integrada voltadas ao fortalecimento das ações da política de educação e ainda, estivemos incumbidos de organizar momentos de formação pedagógica para servidores e demais trabalhadores da educação.

Em abril de 2018 iniciamos nosso trabalho na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lotada no Instituto de Psicologia, incorporando-nos a equipe técnica de apoio à Comissão de Graduação do Curso de Serviço Social (COMGRADSSO). Entre nossas atribuições profissionais realizamos o

acompanhamento pedagógico no percurso da formação graduada, prestando atendimento em demandas que repercutem na vida acadêmica, tendo em vista à permanência e a conclusão do Curso de Serviço Social.

No segundo semestre de 2018 atuamos no processo de alteração curricular do Curso de Serviço Social quando na ocasião, acompanhamos e participamos do amplo e diversificado debate acadêmico como, por exemplo, fóruns, seminários pedagógicos e reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE), que permitiram dar forma à proposta do novo currículo para o Curso de Serviço Social da UFRGS que entrou em vigência a partir de 2019/1.

No ano de 2019 estivemos envolvidos com o processo de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC) colaborando no processo de elaboração, escrita e revisão final do texto. Estivemos implicados em diversos momentos desse processo até o encaminhamento do documento revisado pela comunidade acadêmica.

A motivação para esta investigação parte da trajetória da formação e do exercício profissional e da relação intrínseca que é construída com a pesquisa também, surge da vivência de estudante-mulher-mãe-trabalhadora em um quadro adverso, caracterizado por uma pandemia.

O contexto de pandemia da Covid-19 reconfigurou as atividades acadêmicas, o trabalho e as rotinas familiares considerada a necessidade de isolamento social, recomendação da ciência e orientação dos organismos de saúde, como medida necessária e fundamental à proteção contra o coronavírus. Como trabalhadora, acompanhamos o processo inicial de mudanças para o caminho do ensino remoto emergencial (ERE), pois logo sucedeu-se o afastamento para realização do mestrado, contudo como discente de pós-graduação vivenciamos essa realidade com maior aprofundamento.

O período letivo de 2020 encontrava-se ainda começando e as aulas presenciais foram suspensas em decorrência da Covid-19, no Brasil e em grande parte das Nações, estudantes e trabalhadores da educação afastaram-se das unidades de ensino, entretanto, permaneceram as atividades pedagógicas em formato online, que adquiriu a denominação de ensino remoto e por vezes acrescida

a palavra emergencial ou ainda, ensino híbrido que alterna o formato presencial e virtual.

No mundo, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), mais de 1,5 bilhão de estudantes e jovens estão sofrendo ou já foram afetados pelo impacto do fechamento de escolas e universidades devido à pandemia da Covid-19. Destacam-se dois aspectos de expressão desse dado. O primeiro está relacionado a luta da classe trabalhadora, particularmente, à dimensão das lutas educacionais que vem contrapondo-se à hegemonia do capital e a sua lógica desumanizadora, a qual se fundamenta no processo de exploração da classe trabalhadora para obtenção de lucros mediante a extração de mais-valor e que no contexto da pandemia tem representado a luta em defesa da vida conforme se verificou nas manifestações por “vacina no braço e comida no prato” que ocorreram em todo Brasil.

O segundo remete à intensificação e aceleração das mudanças de caráter estrutural em curso, que vem acompanhando a educação, as quais na conjuntura da Covid-19 são invisibilizadas, pois de modo aparente as atividades acadêmicas estiveram interrompidas, todavia, na essência alargou-se a dimensão do ensino remoto e a educação durante a pandemia foi “assegurada” por intermédio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), via plataformas de aprendizagem. É importante assinalar que este processo possui aderência dos organismos internacionais, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial e se articula ao empenho de consolidar a agenda de contrarreformas educacionais no Brasil.

Dessa forma, a pandemia revela a contradição de um projeto educacional relacionado aos conglomerados privados que vem se expandindo, especialmente, a partir da década de 90, na direção da mercantilização e privatização da educação sendo essa, uma perspectiva hegemônica de formação de trabalhadores operacionais às demandas do mundo do trabalho e que conformam a lógica de intensificação do uso das TICs na vida social.

Além disso, à pandemia estabelece implicações para estudantes e trabalhadores da educação, particularmente por efeitos de mudanças qualitativas

considerada a caracterização de que o ensino remoto é uma transposição de aulas presenciais para virtuais, posto que certamente tem efeitos pedagógicos. O uso das TICs na conjuntura da pandemia foi considerado recurso necessário para conter a disseminação do coronavírus, sinaliza-se que o processo de instituição se dá com ausência ou algum grau mínimo de debate com a comunidade acadêmica o que caracteriza um viés antidemocrático que acaba por desconsiderar a relação dialógica e participativa dos estudantes e trabalhadores da educação, que conforma o presente momento de ataque ao pensamento crítico.

Nesse sentido, a pandemia desvela as forças que disputam as tendências da educação no país e a estratégia que as corporações empresariais lançam mão para impor legitimidade ao seu projeto por intermédio de ações colaborativas com universidades. Corroborando o “Relatório Nacional de Estágio: reflexões a partir do Formulário acerca da Situação do Estágio em Serviço Social durante a pandemia”, publicado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o qual apresenta os dados da pesquisa realizada pela Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) com os estudantes do país o qual, verificou que 46,3% das/os discentes afirmaram que as Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) não estabeleceram nenhum diálogo com elas/eles antes de aderir ao ensino remoto emergencial.

Ainda, se analisa fragilidades desta modalidade de ensino pela ausência de fundamento legal, pois diferentemente do ensino à distância (EAD) esse modelo não apresenta uma definição teórica e metodológica, sendo orientado pelos princípios da educação presencial. Nessa direção, as TICs apartadas da dimensão pedagógica, condicionam a lógica da entrega de conhecimento e de gerenciamento de mecanismos tecnológicos, afastando a educação do processo de ação, criação e potência transformadora, portanto, dos objetivos da formação intelectual crítica e de qualidade o que se entende a capacidade de tornar pensável os problemas e as adversidades que se colocam na sociedade, ainda que possa habilitar profissionais para o exercício de tarefas de forma competente, todavia a partir do conjunto de conhecimentos meramente instrumentais.

A pandemia impôs o distanciamento social pelas necessárias medidas de proteção à saúde, contudo implicou a ausência de convívio e interação social para identificar as demandas educacionais dos sujeitos e acentuou a dependência da escuta da voz, as ações interventivas em “chat” ou a apreciação de comunicações online, por meio de e-mails e atendimentos via WhatsApp. Nesse sentido, a dimensão humana do atendimento foi afetada, na ocasião em que as relações sociais passaram a ser construídas de forma incomum e particular, sem contato humano e relacional direto, mas um contato mediado pelo uso das TICs. Perdeu-se a dimensão das expressões humanas que não se traduzem no símbolo escrito ou na palavra ouvida através de um equipamento.

Agrava-se neste quadro o fato que os recursos digitais não se encontram acessíveis da mesma forma para a comunidade acadêmica e, especialmente, essa desigualdade digital é acentuada em relação aos estudantes, dadas as situações de vulnerabilidade desde a dimensão de não dispor de equipamentos até a insuficiência de recursos financeiros para o pagamento dos custos de serviços de conexão. Somam-se a essas questões as condições relativas à qualidade da rede de comunicação, as condições climáticas e as referentes a localidade ou território, áreas urbanas e rurais. Desse modo, essas questões se apresentam combinadas ou ainda de forma genuína, mesmo para aqueles que tem acesso aos recursos e ferramentas digitais é possível dizer que a mediação das TICs dificulta a aprendizagem e, ainda, que a estratégia adotada para a educação na situação da pandemia precisa ser analisada e problematizada pelo Serviço Social. Acrescentam-se, por fim, as condições objetivas de sobrevivência e reprodução social de trabalhadoras e trabalhadores estudantes, que no contexto pandêmico enfrentaram os efeitos do desemprego estrutural contraposto às altas inflacionárias no custo de vida no Brasil.

Outrossim, à pandemia estabelece implicações no âmbito do trabalho ao pôr em destaque a intensificação e precarização das condições e relações de trabalho, o desemprego e o rebaixamento de salários, questões que apresentam uma dimensão ainda mais expressiva quando articuladas a histórica predominância feminina no Serviço Social tanto de discentes como de trabalhadoras, pois

acentuam dificuldades econômicas, adoecimento e sofrimento ao combinarem-se com múltiplas jornadas entre as quais, estudo, atividades profissional e doméstica, o que é possível afirmar que no contexto da pandemia sobressai as desigualdades sociais nas dimensões de gênero, classe, raça e etnia.

Desse modo, é a partir destas breves considerações que se registra as estratégias que foram possíveis de serem mediadas e os cuidados revelados indispensáveis ao acompanhamento educacional e a correspondente relação com o processo de formação continuada da autora.

Com isso, se considera que assinalar como essa referência de ensino vem impactando no processo de aprendizagem e de acesso ao conhecimento, ao enfatizar as condições e os limites para estudantes e trabalhadores da educação é uma questão essencial, que se apresenta ao Serviço Social como uma entre as várias medidas que a pandemia exponenciou e se apresenta no rol de desafios a serem enfrentados pela categoria profissional e estudantil.

O tempo presente requer a compreensão e análise crítica para apreender e problematizar as mudanças que vêm determinando novas mediações a profissão neste cenário da pandemia e ainda, considerando que diante dos agravamentos das expressões da questão social, de agudização da exploração do trabalho e de explorações e opressões, postas num processo em que há o apogeu de todas as características da ordem do capital é possível afirmar, que os anos vindouros serão de complexos desafios cuja necessidade de enfrentá-los ratifica a essencialidade do projeto ético-político e das insurgentes lutas articuladas com os movimentos dos trabalhadores. Portanto, este trabalho busca contribuir criticamente para o debate da questão da pandemia, visto ser uma temática bastante recente, ainda pouco abordada nos programas de pós-graduação na área do Serviço Social. Enfatiza-se que a questão precisa ser interrogada e adensada no âmbito acadêmico, já que no exercício profissional os agravamentos da pandemia na vida social são revelados no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais. Ainda, considera-se que falar sobre a produção do conhecimento no contexto da pandemia, isto é, no próprio momento pandêmico, pode indicar um dos motivos pelos quais não há inovações na produção

do conhecimento, isso porque geralmente aborda-se com maior ênfase analítica o experimentado e o amadurecido do que ainda se está vivendo.

A produção de conhecimento e o desenvolvimento científico de pesquisas sempre impactaram diretamente na educação em todos os níveis de ensino, portanto, também na formação graduada. As investigações e a produção do conhecimento de hoje dão direção à educação hoje e amanhã. Neste sentido, analisar o perfil e as tendências da produção do conhecimento sobre a pandemia permite aproximar dos aspectos que determinarão a leitura de realidade, bem como as demandas e traços da formação nos próximos anos. Pesquisa e trabalho científico possuem um liame bastante estreito e forte com a educação e, nela, com a formação profissional graduada e pós-graduada, repercutindo diretamente no trabalho profissional.

Assim, justifica-se este estudo, considerando que à pandemia e seus reflexos irão reverberar ainda por muito tempo, por isso conhecer os impactos, que estão retratados na produção científica da área, poderá contribuir no estímulo ao debate e no apoio as estratégias de intervenção profissional e ações de resistências no enfrentamento desta conjuntura tão adversa para classe trabalhadora. Nessa perspectiva, se vê a necessidade de adensar pesquisas sobre a realidade em curso, desvelando as concretas implicações e mudanças no contexto da pandemia, pois afeta integralmente o trabalho e a formação profissional.

Deste modo, atribui-se relevância à produção do conhecimento sobre a pandemia, pois a partir deste estudo é possível identificar estas “implicações e mudanças”, a contribuição social da pesquisa, remete que os resultados não se limitam aos anseios individuais tomados como pressupostos iniciais, mas visam contribuir para reflexões no ambiente acadêmico e profissional neste contexto em que estudantes, profissionais e pesquisadores são instigados a construir ações no enfrentamento da pandemia em condições e relações sociais determinadas assim, verifica-se a importância de se debruçar sobre as tendências dos estudos em curso quando o olhar volta-se para necessidade de fortalecer e defender coletivamente o projeto ético-político do Serviço Social. Assim, “a investigação, quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é

certamente um espaço de resistência e de luta” (IAMAMOTO, 2015, p.452) dessa forma, trabalhos onde estejam demarcados a importância do conhecimento científico e sua valorização conectado com a realidade é uma forma de resistência e vem reafirmar o posicionamento profissional na luta de classes.

Nesse sentido, apresenta-se uma análise orientada pela teoria social crítica, buscando apreender a pandemia e o seu contexto entendendo-se que este conhecimento só é possível, a partir da realidade problematizada, ou seja, na necessária medida de ultrapassar a aparência dos dados imediatos, ainda que esses sejam o ponto de partida. A importância dessa teoria para pesquisa conforma a indissociabilidade do acúmulo teórico crítico da profissão, portanto pretende-se alcançar a compreensão do tema pandemia e suas contradições, no âmbito das determinações estruturais e conjunturais, as quais adquirem correspondência na luta de classes, por meio de distintos projetos societários em disputa na sociedade, momento em que o projeto do capital tem vitalidade e vigor frente à conjuntura de devastadoras medidas de destruição de direitos em um sistema repressor e em uma conjuntura de decadência civilizatória. Nesse sentido, a pandemia (fenômeno social) se torna objeto do conhecimento quando se entende que a realidade brevemente assinalada precisa ser estudada e pesquisada, analisada e questionada criticamente, pois neste contexto há particularidades da pandemia que respondem pelo agravamento das condições de vida da classe que necessita vender a sua força de trabalho para conseguir prover sua subsistência material. Dessa forma esta pesquisa encontra a possibilidade para identificação de algumas implicações e mudanças no contexto da Covid-19. Decorre disso o problema de pesquisa: Qual a contribuição da área do Serviço Social na produção do conhecimento sobre o tema pandemia da Covid-19?

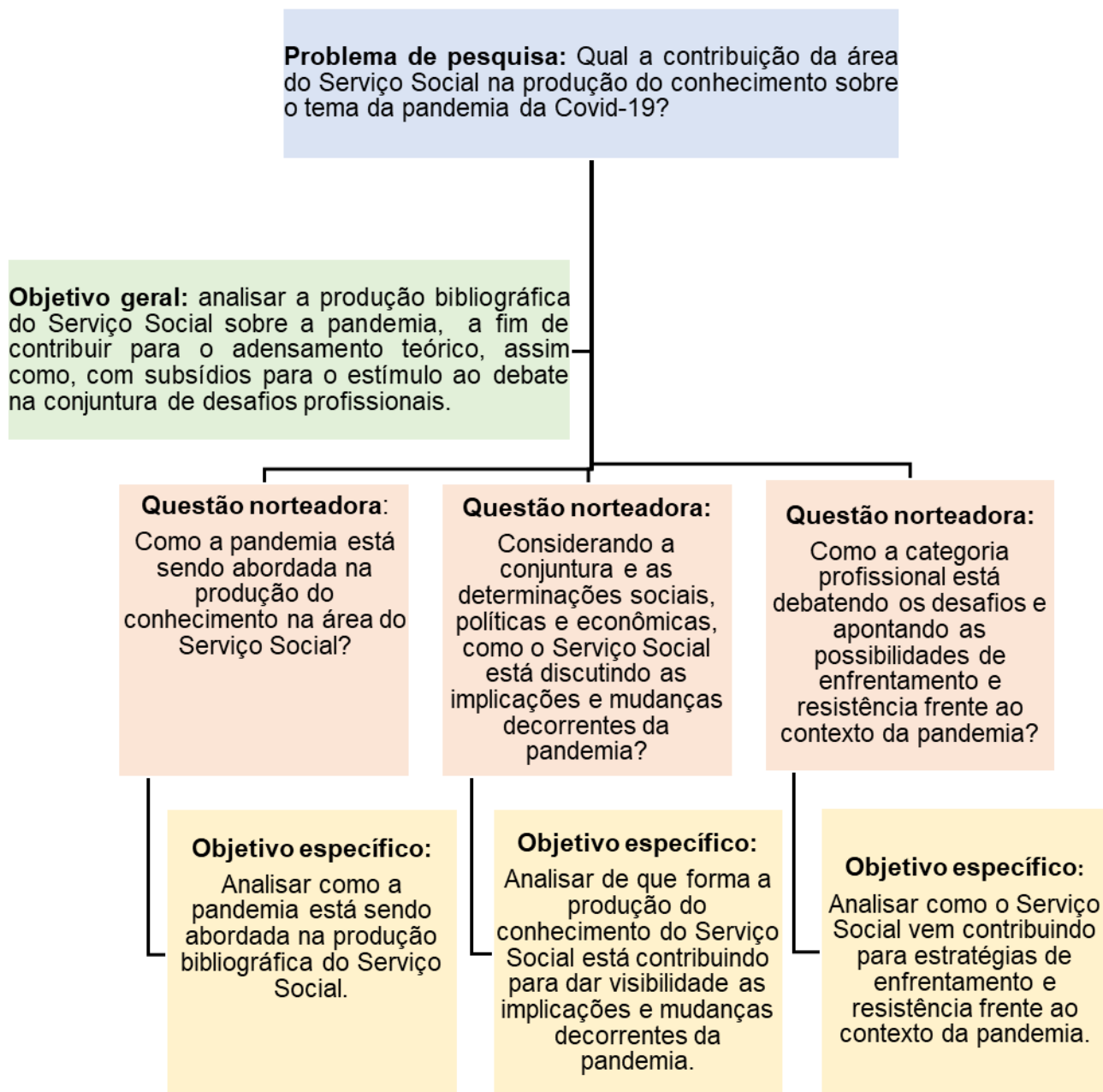
Como objetivo geral buscou-se nesta pesquisa analisar a produção bibliográfica do Serviço Social sobre a pandemia, a fim de contribuir para o adensamento teórico, assim como, com subsídios para o estímulo ao debate na conjuntura de desafios profissionais.

Para enfrentar o problema de pesquisa foram elaboradas as seguintes questões norteadoras: Como a pandemia está sendo abordada na produção do

conhecimento na área do Serviço Social? Considerando a conjuntura e as determinações sociais, políticas e econômicas, como o Serviço Social está discutindo as implicações e mudanças decorrentes da pandemia? Como a categoria profissional está debatendo os desafios e apontando possibilidades de enfrentamento e resistência frente ao contexto da pandemia?

Por conseguinte, foram construídos como objetivos específicos as seguintes proposições: – Analisar como a pandemia está sendo abordada na produção bibliográfica do Serviço Social. – Analisar de que forma a produção do conhecimento do Serviço Social está contribuindo para dar visibilidade as implicações e mudanças decorrentes da pandemia. – Analisar como o Serviço vem contribuindo para estratégias de enfrentamento e resistência no contexto da pandemia. Para melhor compreensão, apresenta-se a estrutura metodológica simplificada abaixo.

Figura 1 . Estrutura metodológica



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A metodologia utilizada para realizar a pesquisa sobre a produção de conhecimento na área do Serviço Social acerca da pandemia, que possibilitou este estudo, pois foi incorporada de modo concomitante à abordagem do método, à natureza da pesquisa, aos instrumentos e técnicas, aos procedimentos de coleta e à sistematização dos resultados, que passam a ser apresentados.

A ação de pesquisar desempenha uma função essencial na produção de conhecimentos e desvelamento da realidade, colocando-se como um dispositivo fundamental na ciência. É por ela, e através dela, que o conhecimento se alarga, abrindo outras direções e dando novos sentidos ao saber ou conhecimentos já revelados. A pesquisa, assim como a ciência, está posta no movimento histórico da sociedade e corresponde a um conhecimento que acompanha o tempo, logo em constante transformação. As pesquisas dispõem em sua essência uma práxis e um propósito, ou seja, uma intenção que a exprime e a embasa, por isso não é possível concebê-la como um movimento de neutralidade, como argumenta Martinelli (1994),

No momento em que estabelecemos o desenho da pesquisa, em que buscamos os sujeitos que dela participarão, estamos certamente apoiados em um projeto político singular que se articula a projetos mais amplos e que, em última análise, relaciona-se até mesmo com o projeto de sociedade pelo qual lutamos. (MARTINELLI, 1994, p. 16).

Dessa forma, se constata a relação de identificação entre o pesquisador e o objeto sobre qual ele se dedica. Imbuído nessa lógica está também o tipo de pesquisa que o observador elege na concepção de seu estudo. O estudo se dá na construção da realidade, na qual o próprio pesquisador também se encontra imerso. Nessa direção, Minayo (2011, p.16) refere que “[...] a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. O conhecimento da realidade permite o seu reconhecimento para aclarar a condução do trabalho a ser efetuado. A pesquisa, portanto, apresenta-se como um importante instrumento e torna-se primordial incorporá-la as práticas do cotidiano profissional.

Setúbal (2007), afirma:

a pesquisa é um dos procedimentos teórico metodológicos que, ao ser incorporado à prática profissional, poderá levar o assistente social a reinventar, reconstruir e até construir um vir a ser para o Serviço Social, a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida. (SETUBAL, 2007,p.70)

Para Minayo (2011, p. 46) a metodologia, “mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico”. A metodologia aponta o trajeto que será percorrido, guiado na teoria e no método priorizado pelo pesquisador. Faleiros (1986, p. 16) alude que “a metodologia é uma aventura intelectual, uma aventura que se faz num processo histórico de crítica do seu próprio caminho, do encaminhamento do seu caminho, repensando-se as condições existentes de sua realização”.

Nesta pesquisa, elegeu-se como fundamento teórico o materialismo histórico e dialético que tem o método dialético-crítico como meio de compreensão da realidade, por intermédio de seu contexto histórico, pois o método dialético-crítico tem como fundamento que “para o conhecimento real do objeto, é necessário estudá-lo na íntegra, ou seja, em seus aspectos, relações e conexões. [...] Tudo é visto em constante mudança: sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma” (GIL, 2008, p. 32).

Gil (2008, p.64) também acrescenta “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente [...], mas sim em conexões com a multiplicidade que os envolvem”.

A dialética experimentou transformações no curso da história, até afigurar-se ao materialismo dialético de Marx e Engels, que construíram sua sustentação alicerçada no marxismo, o qual tenciona encontrar “explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento” (TRIVIÑOS, 1992, p. 51).

Marx em uma passagem em *O Capital*, Livro I, refere-se ao seu método em contraposição ao de Hegel:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo [...]. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 2012, p.129)

O materialismo dialético compreende que sujeito e objeto agem mutuamente por intermédio da história, assim como o processo de construção do conhecimento está em permanente movimento, alterações e contradições. Através da dialética, apreende-se que a realidade é, de modo simultâneo, material, mas não recusa sua subjetividade, já que é construída pelo homem, de acordo com seu entendimento de homem e de mundo.

De acordo com Kosik (1976) a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a "coisa em si" e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Assim, a permanente busca da realidade por meio de indagações, com vistas a superar a pseudoconcreticidade (mundo da aparência externa) para desvelar o fenômeno, a essência.

Esta pesquisa utiliza como referencial teórico-metodológico o método dialético- crítico, sendo que a leitura da realidade e a percepção sobre o homem e o mundo, é construída pela apreensão do real, analisando e percebendo, também, a base material e subjetiva que o constitui.

A dialética provoca a exposição da realidade, desembaraçando-a de uma práxis fetichizada, que a dirige a um mundo de aparência, no qual não se percebe a essência do fenômeno. Assim, a dialética age conduzindo o pensamento ao questionamento, provocando interrogações, despertando interesse para aquilo que está além do visível, finalmente, compreender os propósitos, as determinações e condicionantes. Conforme, Lakatos e Marconi (2003, p.101), "para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em mutação, sempre em vias de transformar, desenvolver, o fim de um processo será sempre o começo de outro". A dialética tem como categorias epistemológicas e explicativas da realidade a totalidade, fenômenos interconectados e condicionando-se reciprocamente, a historicidade movimento da realidade, análise do processo a

partir das transformações dos sujeitos e dos fenômenos societários e a contradição, luta dos contrários.

Sobre as categorias, Cury (2000) menciona que:

As categorias não são formas puras que dão conta de toda e qualquer realidade para todo o sempre. Elas são relativas, ao mesmo tempo, ao real e ao pensamento, ou seja, a todo o movimento no real e no pensamento. Daí o fato de tanto pertencerem ao campo do conhecimento, quanto indicarem os aspectos objetivos do fenômeno. As categorias, pois, só se dão como tais no movimento e a partir de um movimento. Consideradas isoladamente, tornam-se abstratas. Presentes em todo fenômeno, isolá-las do movimento significa torná-las objetos de contemplação e negá-las como um ponto nodal que tenta expressar, pelo movimento do pensamento, o movimento do real (CURY, 2000, p. 22).

A totalidade contém em seu processamento partes indivisíveis, revelando a realidade como um todo, que somente pode ser entendida levando em conta as interdependências das partes e em nenhum momento pela soma dessas. A totalidade precisa conter em si o contexto das partes e suas conexões. Lefèbvre (1987) elucida que se todo o fenômeno pertence a um universo não tem sentido buscar a singularidade de uma causa para esse fenômeno, mas sim o que o condiciona em seu conjunto.

[...] a causa de um fenômeno qualquer só pode ser o devir do mundo em sua totalidade. Estudar um fato, querer conhecê-lo, é depois de tê-lo discernido, isto é, isolado pelo menos parcialmente – restituí-lo num conjunto de relações, que se estende paulatinamente a todo o universo (LEFÈBVRE, 1987, p. 198).

A categoria totalidade contempla não só o encontro das partes numa relação interna, de interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não deve ser imobilizado no campo do abstrato, em situação de sobreposição das partes, já que “o todo se cria a si mesmo na interação das partes” (GADOTTI, 1983, p.25). Na totalidade, as partes, por meio de seus constantes movimentos de devir, vão se construindo por intermédio da negação, na luta dos contrários. No entanto, permanecem conectadas entre si. “Nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno, e

depois conservá-lo pelo entendimento nesse isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo” (LEFEBVRE, 1987, p, 238). A categoria totalidade está permeada pela categoria contradição, com o propósito de autossuperação.

O movimento da realidade, intrinsecamente, possui contradições. Na hipótese em que ela não se encontrasse, a análise da totalidade disporia de um caráter incompleto, pois é exclusivamente nesse movimento de superação da contradição que se alcança novo conhecimento, que não deixa de estar relacionado a conhecimentos pretéritos e contraditórios. Demo (1995), ao analisar a categoria contradição, menciona:

Podemos dizer que a alma da dialética é o conceito de antítese. Quer dizer que toda a realidade social gera, por dinâmica interna própria, seu contrário, ou as condições objetivas e subjetivas para sua superação. A antítese alimenta-se da estrutura do conflito social, tornando-se também marca estrutural da história, que caminha por antíteses. O esquema básico consagra a trilogia: tese, antítese, síntese. Na verdade, é uma duologia, porque síntese é apenas a próxima tese (DEMO, 1995, p. 91).

A mediação é também categoria de grande importância na dialética, firmada no encadeamento da ontologia do ser social e que apresenta a dimensão ontológica e a dimensão reflexiva. Para Pontes (2016, p.92), na teoria social marxiana, a mediação tanto se manifesta como uma categoria que compõe o ser social (ontológica), [...] quanto se constitui num construto que a razão elabora logicamente para possibilitar a apreensão do movimento do objeto.

A mediação, no que lhe concerne, diz Cury (1986, p.43), deve ser ao mesmo tempo relativa ao real e ao pensamento; procura alcançar o fenômeno em conexão de relações com os demais fenômenos e no conjunto das manifestações daquela realidade da qual ele pertence, quer como fenômeno essencial ou em menoridade. As mediações, abrem espaço para tornar concreto as teorias, transformando-se em guias das ações. “[...] sem as mediações as teorias se tornam vazias e inertes, e, sem as teorias, as mediações se tornam cegas ou caolhas” (CURY, 1986, p. 44).

Por fim, a historicidade que é o reconhecimento de sua processualidade e de sua provisoriade, o movimento e transformação do homem, da realidade e dos

fenômenos. É nesse movimento da realidade que se compõe o processo histórico dos fenômenos na ininterruptão entre pretérito, presente e futuro. Kosik (1976, p. 217) afirma:

Na história, o homem realiza a si mesmo. Não apenas o homem não sabe quem é, antes da história e independentemente da história; mas só na história o homem existe. O homem se realiza, isto é, se humaniza na história [...] o sentido da história está na própria história: na história do homem se explicita a si mesmo, e este explicitamente histórico – que equivale à criação do homem e da humanidade – é o único sentido da história.

Para Marx (2006, p.06) os homens fazem sua própria história, mas não a constroem como querem; não a realizam sob circunstâncias de seus critérios, mas efetivamente sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A relação entre o ontem, o hoje e o que virá dão continuidade à história não de modo linear, mas atravessada pelas contradições e transformações. Desvelar esse movimento representa reconhecer as transformações, os insurgentes caminhos, estudar os processos e relações constitutivas dos sujeitos e fenômenos sociais, ainda ter subsídios que possam ser recursos para neles intervir.

Esta pesquisa classifica-se como uma pesquisa de natureza exploratória. Gil (2002, p. 41), afirma que as pesquisas exploratórias “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Para Richardson (1999, p. 281), “a pesquisa exploratória procura conhecer as características de um fenômeno, para procurar explicações das causas e consequências de dito fenômeno”. A pesquisa de natureza exploratória permite ao pesquisador a aproximação e o conhecimento mais apurado acerca da essência do seu estudo.

Por sua vez, Lakatos e Marconi (2007, p. 190) também realizam suas contribuições sobre o conceito de estudo exploratório, sendo:

[...] investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

A pesquisa classifica-se em uma abordagem qualitativa que, para Martinelli (1999), evidencia para além da capacidade de descrição do objeto, pois possibilita “conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma significativa disposição do pesquisador e um genuíno interesse em viver a experiência da pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p. 26). Gil (2008) assinala, que para qualquer pesquisa é necessário a consulta do material já publicado, em busca de alcançar fundamentação teórica e conceitual, além disso a consulta permeia todo o processo da pesquisa.

Buscando alcançar os objetivos da pesquisa, optou-se pela pesquisa bibliográfica como fonte de coleta de dados. Ruiz (2002), revela que a pesquisa bibliográfica consiste no exame e análise do que já se produziu sobre determinado tema. Conforme Lakatos e Marconi (2002, p.185), a pesquisa bibliográfica é àquela que se realiza, a partir de material disponível, decorrente de pesquisas anteriores em documentos impressos, como livros periódicos, artigos e outros. [...] não são simplesmente, reiteraões do que foi proferido e publicado sobre determinado assunto, mas proporciona o (re)exame de uma temática sob novo enfoque ou abordagem, possibilitando outras conclusões e considerações”.

Utilizou-se como fonte de estudo e pesquisa nesta dissertação livros, revistas, pesquisas e artigos científicos diversificados sobre a temática da pandemia, recebendo relevância, por tratar-se do objeto deste estudo.

O universo da pesquisa se constituiu de artigos publicados no período de março de 2020 a setembro de 2021, nas revistas Serviço Social & Sociedade e Temporalis sendo necessário conter o termo “pandemia” e/ou termo em sua referência nos títulos dos artigos. A opção por estes periódicos se deveu ao fato de serem considerados de relevância para a área do conhecimento no Serviço Social, assim como, pela fonte de referência que possuem devido a trajetória histórica de publicação das produções da área, a revista Serviço Social & Sociedade tem abrangência nacional e uma relação com a profissão de longa data, desde 1979, já a Temporalis está vinculada à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Nesta escolha se considerou que estas revistas são os meios que possivelmente estudantes, profissionais e pesquisadores da área publicam os resultados de suas pesquisas. Também, se admitiu que essas revistas são importantes meios de compartilhamentos de estudos, pesquisas e experiências profissionais nos diversos espaços sócio-ocupacionais, assim como, elas reúnem trabalhos representativos da produção da área, das tendências de debate e de pesquisa, e por fim são de acesso livre e estão disponível de forma online o que favoreceu a pesquisa.

Como recorte temporal considerou-se o ano de 2020 e 2021, especialmente, porque o ano de 2020 foi quando eclodiu a pandemia da Covid-19 no Brasil, e 2021 é o período limite para conclusão desta pesquisa. Como forma de seleção dos artigos, usou-se os seguintes descritores: “pandemia”, “Covid-19”, “coronavírus” e “crise sanitária”.

Em relação aos critérios de inclusão e exclusão, considerou-se como critérios de inclusão, artigos que possuíam pelo menos um autor com formação graduada e/ou pós-graduada em Serviço Social e a disponibilidade integral do conteúdo dos artigos e o acesso gratuito e online, como critérios de exclusão se considerou os artigos elaborados por autores/as de outras áreas do conhecimento, e aqueles que não analisavam o contexto brasileiro, e ainda os artigos publicados em outro idioma diferente do português. As fontes desta pesquisa, foram as revistas Serviço Social & Sociedade e Temporalis e definiu-se como objeto de análise os artigos que nelas encontram-se publicados.

Assinala-se que pesquisas desta natureza são denominadas como do tipo Estado da Arte ou Estado do Conhecimento sendo essa variação de nomenclatura uma característica particular de autores. Estudos desta natureza apresentam a peculiaridade do caráter bibliográfico e se propõem a analisar as produções científicas em diversas áreas do conhecimento buscando contribuir na identificação dos aspectos e das dimensões que estão tendo uma abordagem destacada e priorizada, ou mesmo, reconhecer lacunas do conhecimento em certo campo científico. Conforme Ferreira (2002, p. 258), pesquisas deste tipo são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção

acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar. Para Morosini e Fernandes (2014, p. 155), o estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área e sobre um tema particular. A partir das considerações das autoras esta pesquisa se identificou com o estudo da arte, pois seu objeto está relacionado a produção do conhecimento do Serviço Social sobre a pandemia.

Após ter sido realizada a definição das revistas que constituíram o universo da pesquisa, assim como, dos descritores para coleta dos dados, foi elaborado um banco de dados com as informações dos artigos das revistas, processo que permitiu a revisão da totalidade dos artigos com os descritores da pesquisa nos títulos, resumos e/ou palavras-chave. O procedimento de seleção considerou além dos critérios já mencionados, a discussão do tema no âmbito brasileiro, autores da área do Serviço Social, o debate sobre a pandemia no Brasil e pesquisas realizadas sobre a pandemia e como resultado chegou-se à amostra de 14 artigos que constituíram o corpus de análise deste estudo.

A escolha sobre a sistematização e análise dos resultados desta pesquisa encontra-se embasada no livro “Análise de Conteúdo”, obra de Laurence Bardin. Em direção a melhor apreensão do conceito da análise de conteúdo a autora elucida:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2016,p.48)

Ainda, prossegue a autora na análise da relação de pertença ao domínio da análise de conteúdo [...] quaisquer realizações que agrupem técnicas parciais, mas que se acrescentam e que se constituam em explicações, sistematizações e expressões do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2016, p.48). Segundo Bardin (2016, p.48) o objetivo da análise de conteúdo é a realização de deduções lógicas e justificadas, relativas ao princípio das mensagens apreendidas a partir do emissor e do contexto, ou de forma eventual, os efeitos dessas mensagens.

Conforme Bardin (2016, p.49), a análise de conteúdo considera as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas (índices formais e análise de coocorrência).

Para a análise e interpretação dos artigos, optou-se pela técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), considerando que ela apoia a pesquisadora na contínua caminhada da objetivação, ao proporcionar o desenvolvimento de um olhar crítico, distanciando-se do senso comum e do perigo de uma análise sobreposta na subjetividade em razão da proximidade com o tema pesquisado. Nesse sentido, a análise de conteúdo se desenvolveu-se, a partir das seguintes etapas: a pré-análise, tendo como sustentação o material coletado e que constitui o momento de organização.

Conforme instrui Bardin (2016), parte-se para a seleção dos documentos a serem analisados, para a revisão dos objetivos e questões introdutivas da pesquisa e por último na construção de indicadores que orientem a interpretação final. Após levantamento dos artigos publicados, foram realizadas a pré-análise nos trabalhos selecionados, sendo os mesmos categorizados e agrupados, conforme o conteúdo abordado. Os trabalhos foram agrupados conforme o conteúdo que se expressou nos mesmos e a exploração do material ocorreu através do manuseio dos materiais coletados, tendo como base a organização que foi realizada na pré-análise, sendo o conteúdo apreendido seguindo o roteiro de orientação (cf. Apêndice), ao final houve o tratamento dos resultados alcançados e interpretação, sendo realizada a vinculação dos dados coletados com a realidade social, desvelando as conexões do fenômeno estudado com a totalidade social.

Sobre os procedimentos éticos da pesquisa, a realização deste estudo obteve a autorização da Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), onde se considerou inteiramente os cuidados éticos no percurso do processo de construção dessa pesquisa. O tratamento ético, em um estudo que emprega como elemento essencial artigos, documentos e bibliografias fundamenta-se na integridade ética das citações dos autores, guardando fidelidade e exatidão na utilização desses pesquisadores. Os resultados desta pesquisa serão socializados

com o objetivo de qualificar o processo de formação e de exercício profissional dos assistentes sociais, pretendendo-se a sua divulgação através da publicação de artigo científico em periódico ou evento da área do Serviço Social.

A presente dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma para a apresentação dos resultados da pesquisa:

O primeiro capítulo é composto pela introdução, que apresenta a pesquisa, seu tema, objetivos e justificativa do estudo, bem como as bases teóricas escolhidas pela pesquisadora e a organização do trabalho.

No segundo capítulo, intitulado “Produção do Conhecimento em Serviço Social” é realizada a abordagem da processualidade histórica de desenvolvimento da profissão, apresentada a relevância da pesquisa no Serviço Social, especialmente, na produção do conhecimento e ao fim, dá-se evidência aos obstáculos contemporâneos para produzir conhecimento científico na área do Serviço Social.

No terceiro capítulo, intitulado “De que contexto estamos falando?” apresenta-se a pandemia e algumas definições gerais acerca dos conceitos e se discorre sobre os seus agravamentos no Brasil. Em seguida, realiza-se a discussão do capitalismo e a dinâmica de suas crises: econômica, política, a partir do Golpe de 2016, e social, a partir das contrarreformas do Estado que seguem no governo Jair Bolsonaro e que impactam as políticas sociais, especialmente, saúde, educação e previdência social, com intuito de evidenciar a conjuntura e as determinações sócio-política e econômica que agudizam as expressões da questão social e confirmam a gravidade do contexto de pandemia. Destarte, aborda-se as transformações no mundo do trabalho e a centralidade da questão social como objeto de estudo do Serviço Social, se elencando algumas manifestações que se tornaram profundas e intensas pela pandemia, desencadeando desafios profissionais.

No quarto capítulo, “Serviço Social e Pandemia: Análise da Produção do Conhecimento” apresenta-se a análise dos resultados encontrados que contemplam os achados da pesquisa, a partir das questões norteadoras elencadas neste estudo. Dessa forma, apresenta-se o cenário da produção do conhecimento

na área do Serviço Social, a partir das análises sobre as abordagens relativas à pandemia, assim como, se dá visibilidade as contribuições do Serviço Social, a partir das análises sobre as implicações e mudanças decorrentes da pandemia e, também se dá evidência as contribuições da profissão para as estratégias de enfrentamento e resistência no contexto da pandemia. Por fim, apresenta-se as Considerações Finais, seguidas das Referências e Apêndice .

2 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo visa discorrer sobre a produção do conhecimento no Serviço Social, apresentando a trajetória da profissão a partir da sua gênese e das interações com o movimento sócio-histórico, profissional e intelectual. Na sequência, abordaremos a relevância da pesquisa para apreensão do real, estabelecendo uma relação de aproximação com o contexto da pandemia, e posteriormente serão expressos desafios à produção de conhecimento na área do Serviço Social.

2.1 A trajetória da produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro

O começo da profissionalização do Serviço Social no Brasil está intrinsecamente ligado aos movimentos religiosos em torno do reconhecimento moralizante da questão social. A influência religiosa na formação do Serviço Social tem fundamento na Doutrina Social e na moral da época – trata-se da moral burguesa profundamente perpassada pelos valores tradicionais e religiosos da sociedade burguesa, logo o componente vocacional associado ao catolicismo constitui o perfil preliminar dos profissionais, cuja base técnica sustentava práticas restritivas para situações individuais e a metodologia de intervenção profissional conduzidas pelos moldes biomédicos, organizado no estudo, diagnóstico e tratamento. Nos propósitos de conhecimentos do Direito, a profissão incorporou a ideia do inquérito social, denominação que foi dada por Mary Richmond, precursora da produção científica da área social.

Nas décadas de 40 e 50, o Serviço Social recebe influência norte-americana e a profissão segue a perspectiva positivista/funcionalista, com reforço da conduta terapêutica, seguindo os enfoques da Psicologia e da Psiquiatria, é marcada pelo tecnicismo, sendo a questão social tratada como desajustamento social, logo decorrente da organização de cada sujeito. Neste período, começa a ser incorporado no Serviço Social as práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade que se somam as abordagens individuais e de grupo. A perspectiva técnica e a afirmação da neutralidade científica são profundamente reconhecidas

na sua importância e no seu valor, desse modo a profissão se compôs através do Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. Neste percurso da sua história, vê-se o Serviço Social já avançando nos propósitos reflexivos sobre a ação profissional procurando se desfazer do estigma da “[...] identidade que lhe fora atribuída pelo mundo capitalista” (MARTINELLI, 2011, p. 144) nesse sentido, irá prosseguir na busca da consciência crítica e de um projeto de profissão, a partir de um extenso processo de debates e de interação entre profissionais latino-americanos, tem-se então o encadeamento do Movimento de Reconceituação.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, inicia em 1965, na ambiência do período de Ditadura Militar no Brasil (1964) e constitui-se como marco na história da profissão. De acordo com Netto (2015), o ensejo deste movimento ocorre a partir do I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, o qual realizou-se na cidade de Porto Alegre, no ano de 1965 e contou com participação dos países Brasil, Argentina e Uruguai. Fato é que esse processo inaugurou a crítica ao Serviço Social tradicional e contribuiu para a construção do caminho que resultou em uma aproximação com a perspectiva teórica marxista, embora lançando mão de fontes de validade científica questionáveis o que acabou se configurando em um ecletismo, ao conferir uma justaposição de referenciais teóricos, de perspectivas ideológicas e de elaborações acerca da prática profissional. Conforme Netto (2015), a reconceptualização demarca de forma primária a processo de abertura do Serviço Social a tradição marxista e a centralidade dessa questão é que a fonte marxiana não é mais incomum para categoria profissional.

Por conseguinte, nos anos 60 e 70, o Serviço Social começa a questionar seus referenciais, o contexto sociopolítico e econômico brasileiro revela o agravamento das expressões da questão social provocando a profissão a refletir sobre outras referências para analisar a realidade e a buscar rever a sua prática profissional, amplia-se a consciência crítica dos profissionais e a participação nas lutas sociais em conjunto com outros trabalhadores que também buscavam uma transformação social. Estes elementos são importantes, porque a partir da

consciência da opressão e dominação alargou-se a visão que guiará o Movimento de Reconceituação, o qual é caracterizado por Bulla (1998) como:

[...] um movimento que se caracterizou por uma crítica radical às formas tradicionais de ação do Serviço Social. Pretendia romper com o idealismo, porque, não conseguindo ver as origens estruturais dos problemas, não atuava sobre as causas da questão social, mas sobre seus efeitos. Mas também criticava o cientificismo, preocupado com os meios e não com os fins da ação, com o aprimoramento técnico e com a qualificação profissional, para atuação em área cada vez mais especializadas de prática, sem considerar o todo social. Esse movimento propunha a adoção de um referencial marxista de análise dos fenômenos sociais e a adoção de novas metodologias de ação, que levassem em conta a totalidade social. Por outro lado, aproveitando os aportes do personalismo e da fenomenologia existencial, foi se desenvolvendo a tendência fenomenológica, que também criticava a ótica cientificista e buscava a renovação teórica e prática do Serviço Social. Essa postura se destacava pela importância atribuída à dimensão pessoal presente no social e ao diálogo, como processo gerador de mudanças sociais. Ao mesmo tempo, continuava se fortalecendo a tendência cientificista com bases funcionalista e sistêmicas, que visava a incorporação crescente dos conhecimentos científicos e metodológicos à prática educativa e social. (BULLA, 1998, p.372)

Dessa maneira, por conta das características assinaladas pela autora, é possível considerar que este movimento apresentava entre seus objetivos a revisão do projeto profissional e a sua redefinição, tendo a realidade concreta como base de revisão crítica questionava a orientação positivista, que pretendia à adaptação do homem ao meio social. O Movimento de Reconceituação latino-americano e o processo de renovação do Serviço Social brasileiro tiveram no seu interior tendências diversas, como expresso pela autora. Todas questionavam o Serviço Social tradicional a partir de aportes teóricos distintos. Esse movimento, sobretudo contrariou o modelo introduzido dos Estados Unidos, passando a vincular a prática profissional com os interesses populares e recusando o trabalho institucional desse modo, a começar pelos questionamentos acerca da prática profissional os assistentes sociais buscam qualificar as ações profissionais ao reconhecer que a prática assistencialista não solucionaria e tão pouco remediaria as demandas da população sendo indispensável lutar por objetivos mais amplos. Assim, torna-se

substancial a transformação do agir profissional e a necessidade de desligar-se do conservadorismo, buscando técnicas e instrumentos de trabalho mais eficientes para responder a conjuntura da sociedade. Esse movimento de renovação do Serviço Social expressou limites tanto a reatualização do caráter tradicional profissional, como a possibilidade de romper com o conservadorismo.

Segundo Netto (2015), três tendências constituíram o processo de renovação do Serviço Social, sendo essas: a perspectiva modernizadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a perspectiva de intenção de ruptura. A perspectiva modernizadora, tende a instrumentalização das técnicas com fim de torná-las operacionais as estratégias de desenvolvimento do capitalismo e as exigências colocadas pelas determinações sociopolíticas que decorre do período do pós-64, sua demarcação são os textos dos Seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970).

Já, a perspectiva de reatualização do conservadorismo, recupera a vertente tradicional da profissão, originária dos princípios católicos-conservadores e os recoloca sob um arcabouço teórico-metodológico que se apresenta como novo, a partir da incorporação de um viés de modernidade profissional, condição que decorre a sua característica de renovação, entretanto, ao mesmo tempo que repudia a tradição positivista, afasta os referenciais do pensamento crítico-dialético da origem marxiana.

Esta perspectiva reatualiza o conservadorismo e aproxima a fenomenologia ao Serviço Social apropria os aspectos da subjetividade e dos processos psíquicos do ser humano que conduz a prática profissional ao campo da assistência psicossocial, conforme assinala Netto (2015),

[...] ela é perceptível no embasamento “científico” com que constrói a relação do Serviço Social com seus “objetos” (...) trata-se de uma “cientificidade” evanescente, onde, em nome da “compreensão”, dissolvem-se quaisquer possibilidades de uma análise rigorosa e crítica das realidades macrosociais e, derivadamente, de intervenções profissionais que possam ser parâmentadas e avaliadas por critérios teóricos e sociais objetivos. (NETTO, 2015, p.206)

Destarte, a perspectiva de intenção de ruptura, denominada por Netto (2015), pretendeu o rompimento absoluto com o Serviço Social tradicional, propondo-se a rescisão, tanto nas concepções e formulações metodológicas, ideológicas e teóricas, quanto em relação ao conservadorismo, da tradição positivista. Esta perspectiva valeu-se, principalmente, do pensamento marxista, em um momento importante em que há evolução de forma progressiva na sociedade.

Segundo Netto (2015, p. 318) “a perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sob bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico - metodológicas e prático-profissionais”, isto é, conferir novas marcas ao Serviço Social, deslocando-se em direção ao questionamento de sua vinculação histórica com os interesses das classes hegemônicas.

A intenção de ruptura no Serviço Social apresenta “três momentos diferenciáveis: o da sua emergência, o da sua consolidação acadêmica e o do seu espraiamento sobre a categoria profissional” (NETTO, 2015, p. 332). Assinala-se que essa perspectiva é determinada pela dimensão opostora à autocracia burguesa, dessa forma, possui em suas características a constituição de um grupo crítico de assistentes sociais, os quais se propuseram a buscar por meios alternativos a superação dos caminhos da prática tradicional do Serviço Social.

Sua emergência é embasada, especialmente, pelo Método Belo Horizonte, o qual nasceu a partir da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, desenvolvido por um coletivo de jovens profissionais instigados a buscar uma nova compreensão do Serviço Social, “elaboraram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propuseram [...] uma alternativa que buscava romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano de formação.” (NETTO, 2015, p. 334). Configura-se também a confirmação da teoria marxista, em especial o “marxismo acadêmico”, que se potencializa no vigorar do tempo com a crise da ditadura militar. O Serviço Social apreende os referenciais da tradição marxista, pois supunham uma mudança social, entretanto, a compreensão e a reflexão tomada pelos assistentes sociais nesta etapa sobre o marxismo foram superficiais o que

resultou uma concepção do assistente social como operador da transformação da sociedade, a partir da ideia de agente de conflagração da revolução.

Isto posto, se inicialmente o projeto profissional da ruptura emergiu por meio da militância política, particularmente, na dimensão do envolvimento com partidos políticos, com escassa reflexão teórica, assumindo bases empiristas e que tinha vigorosas mediações epistemológicas em fontes estruturalista, em um segundo momento, de consolidação acadêmica, se tem evidências pela própria produção do conhecimento na área do Serviço Social de grande redução epistemológica, nesse ínterim, guardando as disposições intelectuais rigorosas, e as apropriações que são tomadas pelas fontes originais da teoria social marxista, quando neste momento já se tem a contemplação da historicidade.

Por fim, o momento do espraiamento na categoria profissional, incorporou os avanços dos períodos antecedentes nas dimensões do acúmulo teórico-crítico e da apreensão crítica-histórica, tendo ainda encontrado a conjuntura sócio-política brasileira propícia diante do processo de transição democrática que se assinalava no Brasil, dessa forma a concepção alicerçada na teoria social de Marx e na tradição marxista é demandada para nortear o debate da formação profissional e das instâncias de intervenção, contudo é importante destacar que este processo não ocorre com a ausência de atravessamentos sendo o mais notório, o fundamento eclético que percorre inteiramente o processo da intenção de ruptura.

Para Silva e Silva (2015, p.239) a intenção de ruptura, “na sua diversidade elaborou as observações mais fecundas e críticas para o adensamento da preocupação da categoria profissional com o conhecimento e a pesquisa no processo de formação profissional”. Convém, sinalizar que no fluir dos anos 60 e 70, o Serviço Social se laicizou e passou a incorporar no seu corpo profissional segmentos dos setores subalternizados da sociedade e, ainda estabeleceu a interlocução com outras áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais, assim como, se aproximou dos movimentos políticos de esquerda, com maior relevância, ao sindicalismo ofensivo, favorável aos interesses da classe trabalhadora. As particularidades deste período encontram-se assinaladas por Netto (2005),

A passagem dos anos 1970 aos 1980 com reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais, abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo. E estes assistentes sociais investiram fortemente em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. No primeiro deles, em pouco tempo fortaleceu-se uma articulação nacional que tornou os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais um fórum maciço e representativo da categoria profissional, à formação acadêmica, instituiu-se um currículo de âmbito nacional e consolidou-se a pós-graduação [mestrado e doutorado]. (NETTO, 2005, p.17)

Com base nas considerações do autor é possível identificar as mudanças que vão se constituindo no Serviço Social, as quais refletem conquistas no âmbito da maturidade intelectual e dos processos ideopolíticos críticos, esvaindo-se a visão endógena da profissão ao tempo em que, acresce a consistência e a força do Serviço Social, na circunstância da participação nos processos de resistência e na construção de coalizões estratégicas na direção de um outro projeto societário. Essa guinada foi fomentada e defendida por profissionais e estudantes que almejavam uma direção social crítica para a profissão e, adjacente a isso, o Serviço Social revigorou-se, a partir de uma proposta de reformulação do currículo mínimo e da organização coletiva da categoria.

Neste ponto importa salientar o currículo mínimo para o Curso de Serviço Social que fora proposto pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) e aprovado no ano de 1982 já que, ele é o antecedente mais importante das atuais Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/1996), e incorporou muitos avanços do Movimento de Reconceituação. Esse currículo rescindiu com o ensino do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade ao analisar que a profissão está assentada, a partir da própria realidade, logo, existe uma necessidade em oferecer uma formação alicerçada em disciplinas e/ou teorias sociais que permitam a apreensão dessa realidade, sua estrutura direcionou teoria e metodologia, pela compreensão de que seria através do conhecimento das teorias sociais e de seus referentes métodos que seria construída a prática do Serviço Social.

De acordo com Portes e Portes (2017), o final dos anos 70 e início dos 80, tem uma dimensão que é simbólica e expressiva do desenvolvimento do projeto

profissional, já que a formação profissional passa a ser questionada fazendo emergir um período de debates em relação ao processo formativo e ao trabalho profissional.

Esse período representou um marco histórico significativo para o Serviço Social brasileiro, uma vez que explicita a construção de um processo de “revisão profissional”, tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional, entrelaçado à conjuntura socioeconômica e política brasileira, que incide, diretamente, nos processos organizativos e formativos dos assistentes sociais, no contexto de Ditadura Militar. (PORTES;PORTES, 2017, p.217)

Ao tratar a trajetória da produção do conhecimento se busca o resgate histórico da profissão, ainda que de forma bastante sintetizada, pois é considerada a importância de estabelecer esta conexão, uma vez que, constitui uma relação intrínseca, isto é, esse processo repercute na produção do conhecimento e ela contribui dialeticamente para o encadeamento de transformação profissional que foi lenta, gradual e com vários obstáculos e limites. Este movimento e desenvolvimento gradativo pode ser percebido na análise das autoras referenciadas acima, sua expressão potencial pode ser caracterizada reportando-se ao ano de 1979, em que se realizou em São Paulo o III Congresso dos Assistentes Sociais, nomeado “Congresso da Virada”. Foi nesta ocasião que os assistentes sociais instauraram possibilidades de compor o entendimento sobre o Serviço Social, nos contornos da “relação capital/trabalho e nas complexas relações entre Estado e Sociedade” (CFESS, 2009). Sublinha-se que esse é um contexto de inúmeras mobilizações dos trabalhadores por reivindicações sociais diante da conjuntura socioeconômica e política de crise capitalista, elevada inflação, dívida externa brasileira, que aprofundam as desigualdades sociais. Os assistentes sociais “se reconhecem como parte da classe trabalhadora em sua condição de assalariamento, partícipe do trabalho coletivo” (ABRAMIDES, 2019, p.22) inscritos na luta de classes, assinala a perspectiva de ruptura com o conservadorismo profissional, e com isso se tem demarcada a gênese do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Desse modo, a partir do final dos anos 70, e início da década de 1980, o Serviço Social vem empreendendo uma movimentação para sua consolidação acadêmica e organização da profissão no Brasil, acompanhando a sua produção de

conhecimento sobre a realidade e empenhando-se sobre a análise da produção e reprodução das relações sociais no sistema capitalista. Assim, com maior ênfase, a profissão colocou-se em interlocução com outras áreas do conhecimento e intensificou o processo de construção da própria produção teórica, alcançando maior destaque à pesquisa e à produção do conhecimento.

Nesse período, houve um avanço expressivo nos cursos de pós-graduação no Brasil, demarcado o seu início a partir da década de 1970, esse fato está relacionado a impulsão acadêmica e a produção científica assinalando o envolvimento dos assistentes sociais e estudantes à dedicação com a pesquisa e o conhecimento qualificados. O Serviço Social assegurou espaço, tanto na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), reconhecido como área de conhecimento, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, tendo elaborado critérios específicos de avaliação de projetos de pesquisas e de programas de pós-graduação, se coloca na dinâmica do fomento à pesquisa e à pós-graduação no Brasil.

Este processo se encontra registrado por Netto (2015),

O fato é que a incidência do projeto da ruptura, a partir do segundo terço da década de 1980, penetra e enforma os debates da categoria profissional, dá o tom da sua produção intelectual, rebete na formação de quadros operada nas agências acadêmicas de ponta e atinge as organizações representativas dos assistentes sociais [...] patenteia-se que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo produtivo. (NETTO, 2015,p. 339)

Silva e Carvalho (2007), nessa mesma direção reconhecem avanços qualitativos da produção do conhecimento do Serviço Social.

Salto qualitativo na área da formação profissional com o desenvolvimento de um projeto a partir das novas alternativas de intervenção profissional em construção; da inserção do Serviço Social no contexto universitário; do avanço da produção acadêmica e da pós-graduação; – Significativo avanço da participação dos assistentes sociais brasileiros em atividades de pesquisa e na

produção de conhecimento, passando estas a serem consideradas, no âmbito da profissão, como atribuição profissional fundamental.(SILVA; CARVALHO, 2007, p.196)

A trajetória da produção do conhecimento do Serviço Social revela o significativo amadurecimento da produção científica após o Movimento de Reconceitualização, a profissão assume as matrizes teóricas do pensamento social, que conduz a aproximação com os movimentos sociais e as lutas de classes, a questão social é atribuída como categoria de análise essencial para o entendimento da realidade social. Nesse momento a teoria social é objeto de estudo e análises com maior aprofundamento pelos assistentes sociais, particularmente, a teoria social de Marx, o que adensou o debate teórico reverberando em visibilidade acadêmica e científica da profissão.

A pesquisa que por hora não ocupava uma realidade determinante do modo de ser e existir da profissão passa a ser uma necessidade em todos os níveis de formação. A aproximação do Serviço social com a teoria social crítica proporcionou grandes graus de acumulação teórico-metodológica e política, estando essa análise também presente nas considerações de Iamamoto (2015), que enfatiza as conquistas do Serviço Social em relação a ruptura com o conservadorismo, assinalando que o movimento histórico e político no interior da profissão foi essencial para construção da base crítica-formativa, a qual deu possibilidade “ no sentido de pensar o Serviço Social na dinâmica das relações e processos sociais inscrito nas transformações históricas do Brasil ”. (IAMAMOTO, 2015, p.463)

Iamamoto (2011) acerca do importante percurso realizado pelo Serviço Social e que resultou em relevantes mudanças no processo do conhecimento qualifica a análise.

Um olhar retrospectivo para as duas últimas décadas não deixa dúvidas houve [...] um adensamento do mercado editorial e da produção acadêmica. Parcela substancial do acervo bibliográfico e principais publicações do Serviço Social, hoje disponíveis, são resultantes das duas últimas décadas. Os assistentes sociais ingressaram nos anos 1990, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento. Por outro lado, amadureceram suas formas de representação político-corporativas, contando com órgãos de representação

acadêmica e profissional reconhecidos e legitimados. (IAMAMOTO, 2011, p.51)

Percebe-se nas considerações da autora que o Serviço Social ascende em várias dimensões da pesquisa, em expressões profissionais, na presença da universidade e da produção do conhecimento. Os ganhos científicos contribuíram demasiadamente para o enfrentamento das expressões da questão social, no processo de superação do viés fatalista e messiânico de direção religiosa que foram características vigorosas na profissão, a relação do Serviço Social com a pesquisa adquire centralidade no compromisso da profissão, é importante indicar a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), que veio a atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972.

A partir da década de 90, se tem a consolidação do Projeto Ético-Político profissional, expresso na normatização do Código de Ética /1993, na Lei 8.662/93 que a regulamenta a profissão e após, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS /1996. No ano de 1996, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), passa a se chamar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), essa mudança decorre da incorporação dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação. É importante considerar que o CEDEPSS, referido anteriormente, foi incorporado na estrutura da ABESS, que passou a ser uma entidade que se dedica ao ensino e pesquisa, agregando também a extensão como dimensões indispensáveis da formação profissional.

Neste período assinala-se o cenário de avanço do neoliberalismo que adquire força, a partir dos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas que segue em curso nos governos petistas (Lula e Dilma Roussef), no governo golpista de Michel Temer e no governo de extrema-direita de Jair Messias Bolsonaro, sem perder de vista as distintas características de cada gestão, entretanto, limitando-se a uma apresentação mais abrangente dos aspectos que incidem na graduação, na pós-graduação, na pesquisa e na produção do conhecimento científico, o que se evidencia é a precarização da formação

profissional, perante a lógica da mercantilização e da massificação do ensino superior, cujo efeito é a expansão dos cursos de graduação em Serviço Social nas instituições privadas, a partir da modalidade do ensino à distância, sem qualquer previsão de qualidade e de garantia de condições de trabalho profissional, que possibilitem a realização do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável.

Ao contrário, na pós-graduação tem prevalecido a concentração do ensino e da pesquisa em instituições públicas, apesar de que a política de educação superior, busca tornar cada vez mais inseparável as dimensões do público e do privado, ampliando o grau de articulação e de subordinação da produção científica aos interesses do capital em matéria de inovação e aumento da competitividade. A educação superior tornou-se uma fatia do mercado e isso está relacionado as diretrizes neoliberais e ditames do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que visam imprimir novo perfil profissional centrado na formação por competências.

A circunstância é que os progressos da ciência e da tecnologia na sociedade moderna tem se dirigido em maior grau ao princípio da inovação tecnológica, a informação de forma progressiva tem tomado centralidade na vida social, cultural e política, em detrimento ao conhecimento enquanto processo de aprendizagem, percepção e descoberta. Sabe-se que essa tendência hegemônica está pautada a lógica mercantil e empresarial que vai sendo imposta à universidade, estimulando a sua privatização, a universidade operacional, “definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores do trabalho intelectual” (CHAUÍ, 2014, p. 05), seguindo as recomendações dos organismos multilaterais, desse modo o contexto da pesquisa e da produção do conhecimento é assim delineado.

Neste contexto, a pesquisa em geral e a formação pós-graduada têm um papel decisivo, sobretudo no segundo caso, por sua natureza acadêmica e não profissionalizante. Razão pela qual é mister preservar e contrapor-se radicalmente às iniciativas que, sob a égide de respostas às questões presentes no cotidiano

profissional, podem retroceder em busca do aplicado, do eficaz [...] Ainda que não se trate de uma vinculação mecânica, essa tendência é determinada pelas diretrizes das agências de regulação e fomento à pesquisa e à pós-graduação brasileiras [...] esta discussão tem relação orgânica com as condições e os rumos da universidade brasileira como locus privilegiado da pesquisa e produção do conhecimento. (MOTA , 2013, p. 20)

A finalidade é conciliar o ensino superior com a financeirização da economia, visando a obtenção de lucros por meio de mais valor o que fundamenta a orientação de submeter a universidade aos interesses econômicos dominantes, nítido nas políticas de ciência, tecnologia e inovação, assim são preocupações emergentes no Serviço Social a racionalidade instrumental que submete o conhecimento e a pesquisa a lógica da imediatividade capturando o pensamento-crítico, essencial como força transformadora da realidade.

O início de qualquer conhecimento é a própria realidade, o movimento que instiga questioná-la continuamente, ante a aparência e a imediatividade, em direção a essência do fenômeno, ou seja, do objeto em si, além do movimento essa análise processual e histórica requer várias conexões, pois o ato do reconhecimento compreende a apreensão das múltiplas determinações, logo não é possível uma análise sem o exercício da razão objetiva, que desconstrói a dureza imediata do real, sem esse movimento a produção do conhecimento de apreciação crítica não se realiza, porque é uma socialização que impede a maior parte das possibilidades de apreender as manifestações do real afirmadas pela sociabilidade burguesa, e é assim que as ações profissionais tornam-se distantes, reduzidas, segmentadas e aparentes. É diante disso, que se vê articulado o objeto desse estudo, a “pandemia” e a produção do conhecimento, a fim de aprender-lhe seu significado, sua relevância, sua causalidade e suas decorrências, pela necessidade de ultrapassar a empiria, apreender e refletir sobre este contexto, como possibilidade de uma escolha crítica consciente que é provocada pela produção do conhecimento pautada pelo projeto profissional.

Dessa forma, a produção do conhecimento no Serviço Social, precisa estar compromissada com o movimento do real e com as indispensabilidades concretas dos sujeitos em seu dia a dia, nesse sentido a concepção de produção do

conhecimento utilizada nesse estudo adota a compreensão de “ livre e autônoma aproximação ao movimento do real, captando suas particularidades, alicerçando o significado social do conhecimento à sua insuprível relação orgânica com a educação e a formação de profissionais, que efetivamente encontrem-se à serviço da vida e da sociedade” (FORTUNA; GUEDES 2020, p.26)

O projeto profissional construído coletivamente pelo Serviço Social deve ser apreendido a partir de uma análise da realidade e do movimento social e profissional, alcançando a compreensão das condições e das limitações, possui uma clara direção social, ética e política que indica o compromisso com classe trabalhadora vinculando-se ao projeto societário de emancipação humana.

Se determinam ao Serviço Social, os efeitos do neoliberalismo, da flexibilização da economia e reestruturação produtiva, da redução do Estado e da redução dos direitos sociais. A conjuntura provoca novas disputas em torno da questão social e da direção a ser seguida pelas políticas sociais. Assistimos à diversas formas de precarização do ensino superior, a capacidade de mobilização em torno de projetos coletivos é restrita, cortes de recursos e dificuldades financeiras para manutenção das universidades públicas e para financiamentos de pesquisas.

É nesse cenário que se torna relevante confirmar a posição política contrária à racionalidade mercantilista que deseja transformar tudo que é público em privado, atendendo ao interesse do capital. Desse modo urge “luta e resistência dos intelectuais pela autonomia na produção do conhecimento, onde se incluem os do Serviço Social, reiterando sua rebeldia profissional e intelectual” (MOTA, 2013, p. 21) então, concorda-se com a autora quanto a necessidade do fortalecimento de estratégias de luta e resistência coletiva a favor da ciência, da vida, da saúde, da formação pública e de qualidade e da autonomia na produção do conhecimento como caminho senão único, aquele que se entende ser capaz de enfrentar os desafios históricos que estão postos na sociedade e para própria humanidade.

Entendendo que a análise da produção do conhecimento em cada período ou ao longo do desenvolvimento da profissão possibilita o reconhecimento de temas, preocupações, demandas e formas de abordagens que perpassam a

profissão, como se fosse “fotografias históricas” ou ainda, “registros de imagem” do Serviço Social, como relação necessária ao conhecimento da realidade e sua relevância sob o ponto de vista de pesquisar e tecer reflexões problematizadoras dando visibilidade aos múltiplos determinantes que dão origem e reproduzem as desigualdades no cotidiano, as quais não podem ser dissociadas do modo de produção capitalista.

Considerando incontestável que a questão social, em suas múltiplas expressões é o núcleo duro da existência desta profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, logo é objeto de intervenção profissional em faculdade que oferece condições de aproximação, apropriadas as características e as dimensões, da realidade e de suas complexas determinações, então compreendendo que a pandemia da Covid-19 afeta a sociedade, e de forma mais agravada a vida das populações historicamente subalternizadas, pois desvela expressões da questão social de experiência anterior aquela situação, o Serviço Social como profissão que atua e se ocupa em compreender a dinâmica das relações sociais e a intervir em suas refrações, revela-se como profissional/pesquisador necessário na contribuição de romper com a lógica objetivista que tem delineado o discurso hegemônico dominante no que diz respeito ao contexto pandêmico.

Por fim, considerando que a questão social exige necessária compreensão, bem como mediações para entendê-la nesse contexto de transformações, com vistas de decifrar suas novas expressões procedendo também um singular tratamento para as expressões que erguem-se e se transfiguram, já que alteram as formas de enfrentamento diante do seu processo de acentuação, deste modo o eixo de análise materializado no próximo capítulo busca aprofundar esta articulação, com o propósito de contribuir para dar visibilidade à discussão apresentada na dissertação.

3 DE QUE CONTEXTO ESTAMOS FALANDO?

Este capítulo aborda a pandemia, apresentando algumas definições gerais acerca dos conceitos e agravamentos no Brasil. Em seguida, realiza a discussão sobre o capitalismo e a dinâmica de suas crises: econômica, política. Trata também da questão social, a partir das contrarreformas do Estado, que seguem no governo Jair Bolsonaro e impactam as políticas sociais, especialmente, saúde, educação e previdência social, evidenciando as conjunturas históricas e suas determinações sociopolítica e econômica agudizando as expressões da questão social, confirmando a gravidade do contexto de pandemia. Destarte, aborda-se as transformações no mundo do trabalho, e a centralidade da questão social como objeto de estudo do Serviço Social, elencando algumas manifestações que se tornaram profundas e intensas pela pandemia, desencadeando desafios profissionais.

3.1 A conjuntura brasileira no contexto da pandemia

Ter pandemia como uma categoria explicativa da realidade é um desafio, pois remete a diversas áreas do conhecimento podendo ser apreendida por múltiplas elucidações explicativas. Assim, por um viés orgânico poder-se-ia considerar, pandemia quando uma doença atinge níveis globais, sendo causada por agente patogênico que se dissemina em vários países ou continentes, atingindo um número expressivo de indivíduos.

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), o termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. Para a área do conhecimento das ciências humanas e sociais não se trata apenas de um vírus que causa uma doença, que pode levar a morte e a sequelas em corpos humanos em escala mundial, o que é motivo de grande preocupação, mas de múltiplas e complexas determinações econômica, política, social e cultural no processo de produção e reprodução das relações sociais, no cenário da sociedade capitalista contemporânea.

De acordo, com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em 31 de dezembro de 2019, a OMS recebeu sinal de alerta sobre diversas situações de pneumonia na localidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tal situação se referia a um tipo diferente de coronavírus que não havia sido ainda reconhecido em seres humanos sendo que, em 7 de janeiro de 2020, houve a confirmação dessa identificação por especialistas chineses.

Os órgãos de saúde identificaram até o momento sete coronavírus humanos, o SARS-CoV-2 (sigla do inglês que significa coronavírus 2), que é responsável por causar a síndrome respiratória aguda grave, também chamado de novo coronavírus, que é responsável por ocasionar a doença COVID-19 (do inglês coronavirus disease 19). A OMS considerou em 30 de janeiro de 2020 que o surto do novo coronavírus consiste em uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) representando o maior nível de alerta da Organização, conforme está pressuposto no Regulamento Sanitário Internacional. É relevante destacar que essa é a sexta vez na história que uma Emergência de Saúde Pública de importância internacional é declarada, as outras foram: pandemia de H1N1 (25/04/2009), Poliovírus (05/05/2014), surto de Ebola na África Ocidental (08/08/2014), vírus Zika (01/02/2016) e surto de Ebola na República Democrática do Congo (18/05/2018). No momento, existem surtos de Covid-19 em vários países e regiões do mundo. Considera-se importante assinalar que, por mais que essas outras emergências de saúde coletiva também foram consideradas processos pandêmicos, pois tiveram proporções de impactos transcontinentais, nenhuma delas equivale-se proporcionalmente à pandemia da Covid-19, já que esta, de fato, afetou todos os continentes e países de forma contemporânea e muito intensa.

Pandemia pode ser entendida a partir de uma direção epidemiológica, indicando que muitos surtos estão acontecendo ao mesmo tempo e espalhados por toda parte, no entanto, é importante considerar que esses eventos não são iguais, podem ter intensidades, qualidades e formas de agravo distintas, estabelecendo relações com as condições socioeconômicas, culturais, ambientais, coletivas ou mesmo individuais. (MATTA; SOUTO, et al. 2021).

De acordo com Mascaro (2020), não se pode limitar a pandemia do coronavírus às chaves de explicação biológicas ou da natureza. Por pandemia, no contexto deste trabalho, apreende-se também uma crítica do processo sócio-histórico em sua totalidade e contradições. A pandemia é agravante da crise capitalista, que tem fundamento na produção e apropriação privada da riqueza socialmente produzida pela classe que vive do trabalho, e sofre a exploração como imposição, frente a necessidade de sustentação material a sua existência.

A pandemia da Covid-19, conforme o Conselho Federal de Serviço Social, compreende uma crise de ordem sanitária que se acresce à crise do capital, que já vinha em curso em escala mundial e que “catalisou e escancarou as desigualdades estruturais, assim como as dificuldades de atendimento à população com o recorrente desmonte e desfinanciamento das políticas sociais pelo projeto neoliberal” (CFESS, 2020).

Na cena contemporânea o Brasil já foi considerado o epicentro da Covid-19, o governo brasileiro revela intenso desprezo pela vida da população, e os efeitos das ações e omissões para o enfrentamento da pandemia no país adquirem maior gravidade, quando se trata de segmentos mais vulnerabilizados: indígenas, negros/as, pretos/as, mulheres, LGBTQIA+, pessoas em situação de rua e de refúgio e a população empobrecida pela própria lógica de acumulação capitalista, isto significa que o processo de pauperização é necessário e funcional ao modo de produção capitalista. O Brasil do século XXI não superou as marcas da colonização, da herança colonial, escravocrata e do patriarcalismo, fato que acentua a desigualdade estrutural no contexto da Covid-19, quando são consideradas essas particularidades. Os agravamentos e os impactos da pandemia são diferentes, e as vulnerabilidades distintas, assim há uma dimensão étnico-racial, de gênero e de classe, que necessita ser incorporada como parte da contextualização, devendo ser considerada na caracterização da questão social que envolve o tema.

De acordo com Toledo (2020), o primeiro caso confirmado de Covid-19 no Brasil foi em fevereiro de 2020, e o número de infectados e óbitos tem avançado de maneira considerável. Nesse sentido a atuação do Estado é urgente para a preservação da vida. O Estado deveria ser, durante a pandemia, o elemento

garantidor dos direitos sociais (alimentação, saúde, moradia, educação, trabalho etc.), no entanto não é a realidade na atual conjuntura, a classe trabalhadora convive com a precarização das condições de moradia ou ainda a sua ausência, o desemprego, a falta de água e saneamento básico, a expansão da violência, a fome, e o flagelo da doença causada pelo coronavírus.

O Estado brasileiro tem se mostrado omisso para as expressões da questão social que se apresentam na realidade, e atuado com vigor na sua forma coercitiva, imprimindo ações repressivas e violentas nas periferias, nos territórios indígenas e quilombolas não somente com o uso das armas, mas também das moralidades hierarquizantes e excludentes. A situação grave que vivemos hoje se gestaram historicamente antes da Covid-19, mas foram agravadas pela pandemia, e possivelmente se estenderão pelos próximos anos.

Os dados de óbitos por Covid-19 atualizados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), infelizmente crescem todos os dias em decorrência das mortes diárias de pessoas. Mais que dimensão quantitativa, expressam fenômenos concretos, objetivos e subjetivos, atingindo indivíduos e a coletividade, demarcando a ausência e a inadequação da atuação do Estado.

Ao passo que muitos brasileiros sofrem perdas de amigos e familiares, sentem a agonia e o medo da doença e morte, os capitais usurpam da riqueza do fundo público e utilizam-se de artifícios de cooptação das classes trabalhadoras desenvolvendo métodos e estratégias para impulsão de ideias e moralidades adequadas as suas exigências, como exemplo disso, a aprovação da PEC Emergencial (PEC 186/2019), que sob a narrativa de emergência para concessão de um auxílio de 250 reais em média. Esse valor é pífio, pois não garante o mínimo necessário à população mais vulnerabilizada e efetiva um arrocho fiscal, que expõe a penalização dos servidores públicos, com a usurpação salarial e dos direitos do salário, curvando-se ao capital financeiro, para favorecer os bancos, os rentistas e o pequeno grupo de privilegiados.

Laval (2020), chama a atenção para a pandemia e o imaginário neoliberal mencionando que:

Quando se trata de vida e morte das populações, a concorrência não tem nenhuma utilidade, ou, mais exatamente, esse imaginário

só poderia servir para justificar que os mais ricos sejam mais bem protegidos do vírus do que os mais pobres. O princípio vital da concorrência manifesta-se, cada vez mais, como uma justificativa da sobrevivência dos mais ricos e perde, então, toda sua pretensão de universalidade. Mais ainda, o que a pandemia revela é que a sociedade real, a sociedade realmente útil, não funciona por concorrência, mas, totalmente ao contrário, por cooperação social, interdependência geral de funções e “solidariedade social”, conforme a expressão dos sociólogos clássicos. (LAVAL, 2020, p.06)

A pandemia do novo coronavírus deixa mais claro quais são as necessidades da população brasileira saúde, medicamentos, leitos hospitalares, respiradores, educação, arte, cultura, ciência e tecnologia aplicada à vida e desvela a contradição entre a vida e o lucro de forma que o capital não pode renunciar à extração do valor.

Nesse sentido, se assinala a necessidade de atenção ao ardil do fetiche na tentativa de capturar a pandemia como exclusiva causa de aprofundamento das desigualdades e que, portanto, no pós-pandemia isso seria superável mais rapidamente, ou ainda, que isso não existia anteriormente e que voltaremos ao “novo normal”, desconsiderando que o contexto da pandemia tem como consequência fortes impactos na vida do conjunto da classe trabalhadora.

Entre as mudanças trazidas pela pandemia, encontramos a necessidade do distanciamento social para evitar o contágio e a propagação do vírus, isso franqueou outra importante modificação: o trabalho remoto. Emergem narrativas simpatizantes dessa modalidade, destacando-a oportuna quanto à possibilidade permanência com a família ou, ainda, de esquivar-se do deslocamento e do uso de transporte público. Qual o esforço deste “novo” modelo de trabalho? Em geral, as empresas públicas ou privadas não disponibilizam os meios materiais para efetivação das atividades e os trabalhadores que estão exercendo suas atividades nessa modalidade de trabalho necessitam arcar com os custos das ferramentas do seu próprio trabalho, internet, água, luz, telefone, celular, computador, equipamentos de proteção individual (EPIs), entre outros. Como é medida a produtividade para quem está trabalhando em casa? O trabalho invade a vida privada e não há mais limites para impedir que os trabalhadores tenham sua jornada estendida para 12, 13, 14, 15 horas por dia.

Com a pandemia se intensificou a exploração da força de trabalho, metas são impostas e aos trabalhadores resta o seu cumprimento usando todo o seu tempo de vida, essa é uma situação que demanda análise para reflexão-ação, isto é, uma práxis que de fato se coloque na contramão desta tendência.

Para compreender esse contexto torna-se importante contextualizar as mudanças no mundo do trabalho e na esfera da proteção social após a crise de 1970. Elas delinearão outras características ao capitalismo contemporâneo, assinalada pela agudização das políticas neoliberais, acrescida à financeirização do capital, e reestruturação produtiva. No momento de explosão da pandemia de Covid-19, se acentuam as condições precárias de vida da classe que sobrevive da venda de sua força de trabalho, desencadeando novas requisições, demandas, possibilidades e desafios ao trabalho de assistentes sociais.

Os assistentes sociais em diferentes e diversos espaços sócio-ocupacionais são interpelados e envolvidos na tarefa de produzir reflexões e intervenções nesta conjuntura de crise do capital e pandemia, a qual estabelece retrocessos aos direitos sociais e as políticas sociais públicas. É fundamental compreender que a realidade do contexto pandêmico exacerba as expressões da questão social, com vista a formulação de estratégias para intervenção profissional.

Novos e antigos desafios se impõem aos assistentes sociais durante a pandemia, não somente no âmbito do trabalho, mas também da formação profissional, particularmente, na circunstância da pandemia da Covid-19. Pormenorizando algumas determinações, se verifica um conjunto de implicações que a pandemia da Covid-19 traz diretamente para a formação profissional, inserindo o Ensino Remoto Emergencial (ERE). Essa modalidade de ensino foi adotada por grande parte das instituições de educação, diante da impossibilidade de desenvolvimento das atividades presenciais em contexto de pandemia, no entanto, traz inúmeros desafios para defesa do projeto de formação profissional crítico e comprometido com a qualidade da graduação, da pós-graduação, da pesquisa e da produção do conhecimento.

As contradições que estão colocadas pelo ensino remoto emergencial assinalam sua necessidade para garantir as condições de preservação da saúde e

da vida como inegável, em contrapartida se observa efeitos danosos do ponto de vista pedagógico, de interação entre os diferentes sujeitos no processo do ensino-aprendizagem, comunicação e convivência. Destaca-se o aprofundamento das desigualdades socio-raciais e de gênero nas dimensões do acesso e sua permanência que reverbera inclusive no alcance aos meios para sua efetividade, resultando em implicações significativas nas condições objetivas e subjetivas para os trabalhadores da educação e discentes, compreendidas as dimensões físicas e psíquicas de trabalhadores e de discentes.

Também se identifica a possibilidade de perigo de assimilação da ideia de adaptação, que relaciona a responsabilidade individual travestida de falsa autonomia, implicando-a em processos de sucessos e insucessos do discente nesse contexto, ou ainda, a condição do docente e do técnico-administrativo se relacionando a falta de capacitação, encobrendo as condições objetivas e subjetivas concretas da condição de precarização do ensino remoto. Outra ameaça que se torna importante considerar é a de transformar o caráter absolutamente emergencial do ensino em uma adaptação precária a um novo padrão de projeto de formação profissional, pois essa é uma estratégia que vem se revelando pelo grande capital de cooptação de um projeto de educação no país e que encontra o oportunismo dos grandes conglomerados de educação.

Frente ao exposto, refletir sobre a implementação do ensino remoto emergencial enseja reafirmar os princípios das diretrizes curriculares da ABEPSS, bem como, a incompatibilidade entre a graduação à distância e o Serviço Social, esse conjunto de elementos são fundamentais para construir estratégias de fortalecimento do projeto de formação profissional. A medida em que o ensino remoto emergencial vem sendo adotado ele pode se tornar uma adaptação precária, representando um avanço do ensino à distância, desfigurando o que o Serviço Social vem construindo coletivamente como entendimento de educação crítica e de qualidade.

Torna-se importante destacar que se neste momento houvesse condições sanitárias de retorno ao ensino presencial, esse regresso ocorreria também em um cenário de dificuldades, devido as condições que ficaram ainda mais precarizadas

pela falta de recursos. Nesse sentido, se atravessam as provocações: que estrutura universitária encontraremos quando as aulas retornarem de forma integral ao modo presencial? Que dimensão de qualidade poderá ser assegurada?

Dessa forma, é importante delinear coletivamente estratégias de resistência a todo esse processo que se move em defesa da vida, e da formação profissional com qualidade e crítica. A defesa do projeto de formação profissional também exige a luta por condições de trabalho e por políticas de acesso e permanência para os estudantes, sobretudo para aqueles que pertencem aos segmentos mais explorados e oprimidos.

O projeto do capital encontra ressonância com o projeto político da extrema direita, que repercute na privatização da educação superior, na redução dos currículos, no aligeiramento da formação e nos cortes orçamentários, assim como, negacionismo da ciência, difusão do racismo, misoginia e xenofobia.

A aceleração do processo de acumulação burguesa vem desmontando um projeto de educação previsto por meio dos princípios constitucionais, historicamente não consolidado, que na situação da pandemia se encontra ainda mais fragilizado pelo (des) financiamento das políticas sociais que a luz reflete sobre a precarização dos serviços públicos nas dimensões de acesso, possibilidades de permanência e de garantia da sua qualidade.

Esta tendência que já estava em curso, mas é agravada pela pandemia, se apresenta como preocupação frente aos impactos atuais e os vindouros pelo aprofundamento da crise sistêmica do capital, sobretudo, considerando a realidade brasileira, marcada por intensas desigualdades regionais, sociais, étnico-racial e de gênero agudizadas no contexto da Covid-19.

Em relação a classe trabalhadora, torna-se importante ressaltar que a crise sanitária desvela as faces cruéis do ultraneoliberalismo, expondo a situações penosas exatamente os trabalhadores mais subalternizados, acometidas pelo empobrecimento, desassistência ou desproteção social, particularizando-se de forma ainda mais severa, nesse rol de vulnerabilizados, aquelas que são mulheres, pretas, pardas e periféricas, os indígenas, quilombolas e as pessoas em situação

de refúgio, conforme revela os dados do “Relatório o Vírus da Desigualdade”, apresentado em 2021.

A pandemia chamou a atenção para as fraturas sociais e políticas já presentes nas comunidades e desencadeou respostas discriminatórias que estão afetando comunidades marginalizadas em todo o mundo. Ela expôs as múltiplas vulnerabilidades e camadas de opressão e marginalização que algumas pessoas enfrentam com base em seu gênero, raça, etnia, idade, classe, casta, geografia, deficiência, sexualidade, religião, identidade indígena ou status de migrante/refugiado. Essas experiências, por sua vez, estão enraizadas em estruturas produtoras de privilégios e opressões moldadas por séculos de patriarcado, racismo estrutural e colonialismo. (OXFAM- BRASIL, 2021, p.34)

Dessa forma, fica evidente que a pandemia tem em sua expressão o conteúdo de classe quando afeta diretamente os segmentos subalternizados, que estão evidentemente mais expostos ao contágio do vírus, a sua gravidade e letalidade, pois não podem cumprir o isolamento físico, uma medida importante e segura de proteção a vida, considerando a situação do Brasil de impossibilidade da vacinação em massa, pela inexistência da compra por recusa do governo federal as ofertas dos laboratórios, ou ainda pela escassez de insumos necessários para sua produção no país.

Exatamente é essa população que não pode cumprir os critérios de isolamento por não dispor de recursos materiais e objetivos como, por exemplo, moradia, água, saneamento básico, entre outros, que são indispensáveis para os cuidados de evitar o contágio do coronavírus e, ainda porque obrigatoriamente são afrontadas na luta pela sobrevivência, deslocando-se de casa para realização de um trabalho, que em muitas ocasiões é informal, subcontratado, eventual e de baixa remuneração.

À vista disso, é importante destacar o discurso retórico que permeia o senso comum, o qual assinala que “o vírus é democrático” e, por isso “estamos todos no mesmo barco”, entretanto, se trata de uma exposição ideológica que não representa a realidade, essa narrativa visa sustentar e apoiar a cultura da crise, conforme Mota (1995, p. 101) o traço predominante dessa cultura é a ideia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade, independentemente da condição de classe dos

sujeitos sociais, de modo que a “saída” da crise exige consensos e sacrifícios de todos.

Nesta conjuntura essa análise se mostra contemporânea pois, assinala a permeabilidade nas classes subalternas do projeto ultraneoliberal e ultraconservador, que pretende transformar as dimensões subjetivas, firmes as exigências do plano de governo Bolsonaro, substanciando os anseios do capital e de frações da burguesia.

É importante afirmar que isso se realiza em um momento no qual a potência de forças entre as classes presentes está afetada pelos limites da organização e manifestação política dos trabalhadores, ambas comprometidas pelo isolamento e pela pandemia.

A forma como se acentuam as desigualdades sociais e como a crise se determina sobre a sociedade brasileira não oferece dúvidas de que a pandemia exacerbou e aprofundou as características mais perversas de uma crise social de graves proporções que desnudaram um processo que já estava em curso. É possível assegurar que a pandemia não tem a dimensão de uni causalidade, ou seja, não corresponde as totalidades das contradições da sociedade capitalista, mas certamente revela as suas contradições subjugando ao barbarismo da precarização e superexploração dos que têm necessidade de vender a sua força de trabalho para prover as próprias necessidades vitais.

Diante da atual conjuntura é possível afirmar que esta pandemia não se resolverá somente com a vacinação de toda a população, contudo há luta coletiva para assegurá-la, indubitavelmente outras demandas se afirmarão sendo necessário reflexões, debates e articulação de forças políticas, reiterando espaços de resistência comprometidos com o Serviço Social.

3.2 Questão Social e Crise Sanitária

A passagem do capitalismo comercial para o industrial nos sécs. XVIII-XIX ocorreu em meio às revoluções tecnológica e política. As revoluções Francesa e Industrial são marcos históricos importantes, para compreender as mudanças conjunturais que impulsionaram as transformações no mundo do trabalho e na

sociedade. Na primeira, como expressão social e política, será questionado o poder do rei, influenciada pelo Iluminismo, a razão e o conhecimento racionalizado impulsionam a sociedade e os indivíduos para o crescimento, essa é a ideia que sustenta o pensamento liberal, o qual vai ser incorporado pela burguesia, que transitando por ele ascende como classe dominante, como apresenta Martinelli (2011):

Por outro lado, enquanto trabalhador livre e assalariado, e especialmente enquanto cidadão, o operário era possuidor de direitos que a própria Revolução Francesa proclamara, entre os quais se colocava desde o direito à liberdade pessoal e à vida digna, até o direito à igualdade e à assistência, quando necessária. Ocorre que tal sociedade, plena de contradições, negava, na prática, aquilo que anunciava no discurso. Sua própria organização em classes antagônicas, apoiada em uma estrutura social produzida para garantir o domínio econômico e político da classe burguesa em relação ao proletariado, era, por si só, reveladora de uma atitude que afrontava os direitos de liberdade e de dignidade de vida. As crescentes dificuldades e obstáculos criados para impedir a organização do proletariado e a expressão coletiva de suas manifestações denunciavam, por sua vez, o desrespeito aos seus direitos políticos. (MARTINELLI, 2011, p.62)

Assim, sob o fetiche do discurso de igualdade e de liberdades humana e individual, a burguesia mascara a intensa desigualdade de classes, e esconde também seus propósitos de impulsionar a mobilidade do trabalhador transformando-o em mercadoria, tornando acessível a livre concorrência que é dispositivo essencial ao mercado capitalista.

Já a Revolução Industrial, altera o modo de produção econômica, modificando o processo de trabalho, estabelecendo o trabalho alienado característico da cadeia produtiva do modo de produção capitalista, quando o trabalho é abreviado a consumo pelo capitalista, reduzido a mercadoria, sintetizado a seu caráter abstrato, não mais como objetivação humana, mas apenas dispêndio de energia, como no qual o homem não mais se enxerga no processo e não se identifica no produto do seu trabalho, porque está afastado da percepção da totalidade.

Assim, se refere Martinelli (2011), em relação aos impactos da Revolução Industrial e de seus efeitos que penetram na sociedade:

Embora suas origens possam ser buscadas no crepúsculo do mundo feudal, foi na primeira metade do século XIX, sob os impactos da Revolução Industrial, que seus efeitos começaram a penetrar mais fundo no contexto social. Mudando a face, a estrutura e a dinâmica da sociedade europeia, em que foi engendrado e de onde se expandiu, o capitalismo fez de tal processo de expansão uma das páginas mais violentas na história da relação capital-trabalho. Instaurando-se como uma forma peculiar de sociedade de classes fundada sob a compra e venda da força de trabalho, revelou desde logo sua força opressora em relação ao proletariado. Com o capitalismo se institui a sociedade de classes e se plasma um novo modo de relações sociais, mediatizadas pela posse privada de bens. O capitalismo gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa. (MARTINELLI, 2011, p. 54).

A Revolução Industrial é um marco na história mundial, pois assinala profundas mudanças nas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais alterando as relações sociais e transformando a dinâmica societária. Ademais, no âmbito da relação capital-trabalho ela transformou o particular modo de produção modificando os processos de trabalho.

Nesse horizonte, a introdução da máquina foi importante para atender as finalidades e objetivos do capital, pois despreendeu o trabalhador de sua força de trabalho, porque exclusivamente ela, revertida em mercadoria é do interesse dos capitalistas.

Assim, a era da modernidade não representou somente um período de grandes invenções e transformações tecnológicas, que vieram modificando o processo de produção, para além disso, foi circunstância de ascensão do capitalismo e de transformações no mundo do trabalho.

A concretude das máquinas à vapor, os aparelhos da produção têxtil, as locomotivas, a expansão das estradas de ferro e a insurgência das fábricas eram o matiz do progresso ao timbre da acelerada produção de mercadorias e da exploração das riquezas naturais. Desse modo, esse processo sócio-histórico indica

relevantes transformações no âmbito da ciência, do conhecimento e da tecnologia, em relação ao processo produtivo e as relações de trabalho.

(...) O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha. (MARX, p.329 -30)

Assim sendo, a mudança para nova forma de produção, a qual exige a concentração dos trabalhadores em um espaço geográfico específico, local de concentração da produção, leva a aglutinação aos arredores das fábricas, proporcionando os meios para o desenvolvimento das cidades industriais que são traço particular, essencial e indispensável para o capital seguir seu curso de expansão e acumulação.

Paradoxalmente a esta trajetória de crescimento e de desenvolvimento se revela as contradições intrínsecas do modo de produção capitalista, a partir de medidas imperativas se impõe a classe operária a intensificação e aceleração do trabalho para atender a ambição do capital e ardileza da classe burguesa impelindo celeridade na produção e esforço do trabalhador em prol da extração de mais-valia e da acumulação de capital, em contrapartida o barbarismo de baixos salários e o martírio da vida.

Com o propósito de situar as configurações do trabalho se recorre a Antunes (2009), que apresenta de forma sintetizada essa processualidade histórica.

Se a Revolução Industrial, nos séculos 18 e 19, legou-nos um enorme processo de “desantropomorfização do trabalho” usando uma expressão de Lukács; se o século 20 pode ser caracterizado pelo que Braverman definiu como sendo a “era da degradação do trabalho”, as últimas décadas do século passado e os inícios do presente vêm presenciando a generalização de “outras formas e modalidades de precarização”, típicas da fase toyotista-flexibilizada, aquela responsável pela geração do *cybertariado* fazendo alusão a Úrsula Huws, uma nova força de trabalho global que mescla intensamente “informatização” com “informalização” uma simbiose entre o trabalho *cyber* em condições de *lumpen*. (ANTUNES, 2009, p.131-132)

Seguindo o caminho histórico traçado pelo autor, se analisa que o pensamento liberal, e os princípios econômicos do liberalismo assinalam o ideário do progresso nos séculos XVIII-XIX. Já nos anos 70 a crise e a necessidade de reorganização do capital tiveram como desfecho o advento do neoliberalismo. Nesse sentido, toma corpo o individualismo em forma de aptidão e dom individual a serem desenvolvidos pelos sujeitos que desejam prosperar e ascender como grupo social na sociedade capitalista. Para manter a superioridade de classe, a burguesia precisa legitimar a contradição da relação capital-trabalho, para além de sua própria classe, tornando o processo de desigualdade constructo pactuado, irrefletido e inconsciente no âmbito da reprodução ideológica. A natureza ideológica do neoliberalismo propagou os ideários do individualismo, da competição e da meritocracia aguçando as desigualdades sociais das origens da formação socio-histórica-econômica do Brasil.

Neste universo das relações de contradições entre capital e trabalho (Wellen, 2019) menciona que essa dimensão contraditória não é restrita as relações econômicas ao apresentar o papel do Estado no controle e vigilância da sociedade capitalista.

Além da entidade do mercado, o Estado também tem um papel essencial na regulação da sociedade dominada pelo modo de produção capitalista. A igualdade burguesa de direitos, ainda que se configure como um patamar civilizatório, relaciona-se diretamente com esta dinâmica contraditória. Esta igualdade jurídica se processa pela troca econômica, em que os indivíduos se manifestam tão somente como guardiões de mercadoria, fundamentando-se na vigência da propriedade privada e na acumulação capitalista. A aparência da igualdade jurídica burguesa é, pois, uma manifestação fenomênica do conteúdo da produção capitalista, que se vale da apropriação da mais-valia. (WELLEN, 2019, p. 22)

O autor analisa a contradição da aparência da igualdade jurídica burguesa e a desigualdade social como expressão do fenômeno ideológico e estatal próprios do sistema capitalista.

Ainda sobre esse conteúdo Harvey (2017), destaca a dimensão do fetiche da relação normatizadora jurídica e a desigualdade social que constrói uma base de poder da classe burguesa, e a estrutura de forma racional dando sustentação política e econômica ao sistema do capital adquirindo clareza nos processos de mercantilização, financeirização e de apropriação da força de trabalho.

Somente quando entendermos com clareza que as mediações “objetivas”, porém totalmente fictícias, da monetização, da mercantilização e da privatização de não mercadorias como a terra, o trabalho e o capital (todas forjadas e muitas vezes sustentadas por meios ilegais e coercitivos) estão na raiz da hipocrisia da constitucionalidade capitalista é que veremos como a constitucionalidade (e seus códigos legais) pode incorporar a ilegalidade em sua base. O fato de que essas ficções e esses fetichismos favorecem sistematicamente alguns indivíduos em detrimento de outros, e desse modo constituem a base da construção do poder de classe capitalista, não é mais puramente acidental: é a razão de ser fundamental de todo o edifício político e econômico construído pelo capital. A relação interna entre o poder de classe capitalista e essas ficções e fetichismos não é mais evidente do que na mercantilização, monetização e privatização da força de trabalho – todas cruciais. (HARVEY, 2017, p.73)

Para entender a questão social é necessário considerar que sua gênese está alicerçada na lógica da produção de valor na sociedade capitalista, e em sua análise é preciso levar em conta a teoria do valor do trabalho sendo que “valor” na sociedade capitalista é produzido pela apropriação e exploração da força de trabalho. Também, é fundamental ter em consideração a Lei Geral da Acumulação Capitalista tratada por Marx (2012), quando analisa que a acumulação de capital somente é possível por meio da extração de mais-valia, a partir do excedente que é retirado da força de trabalho. Ainda, é fundamental ter em mente a (re)produção das relações sociais, ou seja, o modo de produção capitalista é a produção e reprodução de relações sociais dessa forma, o capital não é um “objeto”, mas uma relação social, logo é carregada de concepções ideológicas.

A questão social então tem sua origem historicizada não apenas pela emergência das desigualdades sociais, políticas e econômicas, mas está na base da emergência das lutas dos trabalhadores, como aponta Meirelles (2017) a “questão social” é um conceito que abrange dupla dimensão, ou seja, envolve a

exploração capital/trabalho e, também, a inconformidade e a resistência da classe trabalhadora frente à exploração capitalista.

Nas considerações de Iamamoto (2011), acerca da questão social,

a questão social pode ser definida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2011, p.27)

Por sua vez, a autora ao analisar a questão social destaca a desigualdade em suas múltiplas dimensões como expressão que a caracteriza e que são indissociáveis da sociedade capitalista.

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais de classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formação regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2015, p. 160)

Desde a aproximação do Serviço Social com a teoria social crítica marxiana, a questão social é considerada objeto de estudo, análise e intervenção do Serviço Social e se apresenta na cotidianidade da vida social com características múltiplas de expressões, as quais decorrem da exploração da força de trabalho pelo capital, e, dessa forma consideradas matéria de investigação e intervenção profissional do assistente social.

Assim, a questão social está presente em todas as requisições dirigidas ao Serviço Social, compondo os fundamentos da profissão. Desse modo, para os assistentes sociais, que trabalham nas diversas expressões da questão social, e, tem nas políticas sociais as mediações necessárias para o atendimento aos usuários, a desigualdade social, resultante da concentração de renda e de propriedade privada dos meios de produção se mostra como núcleo estruturante da questão social, principalmente, quando observada em sua dimensão material e real, isto é, na pobreza extrema, privações e mendicância.

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos que a experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem (IAMAMOTO, 2011, p. 28)

A partir, das considerações da autora é possível ainda destacar que as múltiplas expressões da questão social como, por exemplo, violências, vulnerabilidade social, fragilização de vínculos familiares, fome, desemprego, precarização das relações de trabalho, entre tantas e diversas formas de manifestações, demandam a ação profissional em conjunto com a sociedade, vem se configurando como diferentes requisições para o trabalho do assistente social não só em distintos espaços sócio-ocupacionais, como também na produção de conhecimentos e pesquisas na área do Serviço Social. De acordo, com lamamoto (2011, p. 29) é necessário, hoje, repensar a questão social, porque as bases de sua produção sofrem, na atualidade, uma profunda transformação com as inflexões verificadas no padrão de acumulação.

Assim, é fundamental aos assistentes sociais ultrapassar o campo de aparência do real e desvelar a realidade, alcançando a dimensão do estudo e compreensão das relações que se efetivam com o modo de produção capitalista, isto é, na produção de desigualdades e violações de direitos processualizadas na história de vida dos sujeitos, e que rebatem nas variadas expressões da questão social, que foram exemplificadas e trazidas anteriormente ao contexto do debate.

Nesse sentido, o Projeto Ético-Político do Serviço Social assume destaque na formação e trabalho profissional, particularmente, na adoção de uma teoria social crítica que conduz a olhar para realidade pelas dimensões da totalidade, historicidade e contradição da vida em sociedade. Assim, apreender a realidade que se manifesta para além do que é visível, ou seja, romper com o senso-comum para tratar os fenômenos singulares e contemporâneos da vida social na sociabilidade capitalista.

Um aspecto que se destaca na sociedade capitalista na atualidade é o acirramento das contradições econômicas, sociais, culturais, ambientais e sanitária

com a observância de aumento do contingente de trabalhadores que foram descartados do mercado de trabalho pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que se identifica o desmonte das políticas sociais públicas de combate à pobreza pela avalanche ultraneoliberal. Neste contexto, pergunta-se: as políticas sociais tais quais estão organizadas poderiam dar conta das atuais demandas?

Indicar o caminho para essa resposta requer assinalar a trajetória de lutas por direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, e nessa condição estão representados os assistentes sociais, contra a ditadura militar, no período de redemocratização e no seu enfraquecimento que culminou com a abertura democrática e conquistas a partir da Constituição Federal de 1988, ainda que considerados todos os seus limites.

As políticas sociais são fundamentais para o acesso a benefícios sociais e garantia de direitos, contudo nunca terão a capacidade de diminuir desigualdades no acesso à riqueza socialmente produzida, seu caráter compensatório amenizam as expressões da questão social, sendo a superação do capitalismo como modo de produção que poderá levar a humanidade a um outro nível de sociabilidade sem opressão e exploração de classe.

O reconhecimento da condição de trabalhador assalariado alterou a direção social do trabalho dos assistentes sociais levando a nova percepção da profissão e da realidade social, a partir do pensamento marxista indo desembocar em importantes conquistas da profissão (Diretrizes Curriculares da ABEPSS/96, Lei 8.662/93 e Código de Ética/93) que incidirá na produção do conhecimento e no trabalho profissional.

Altera-se o objeto de trabalho não sendo mais os usuários e sim as expressões da questão social sendo essa mudança o suporte para que os assistentes sociais não sejam mais instrumentos da burguesia para cercear a classe trabalhadora, reconhecer a centralidade da questão social para o Serviço Social é entender a origem das desigualdades sociais tornando-se pressuposto essencial a análise marxiana da lei geral da acumulação capitalista é o que revela Netto (2001) como a anatomia da questão social.

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista” (...) revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (NETTO, 2001, p. 45).

Nos anos dos governos petistas, especialmente, no governo Lula se observou algumas conquistas e avanço no âmbito das políticas sociais ainda que distante de uma universalidade e de um Estado protetor. De acordo, com Simionatto e Costa (2014):

Ao assumir a presidência em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva destacou como prioridade a “erradicação da pobreza”, a ser enfrentada através dos programas de transferência de renda, entendidos como “necessários” para garantir o poder aquisitivo das famílias, reduzir sua pressão sobre o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, favorecer o consumo de massa. Tais programas combinaram políticas universais focalizadas no combate à pobreza extrema, tendo o PBF como principal estratégia, atendendo, entre 2003 e 2009, cerca de 12,4 milhões de famílias, sendo meta do governo Dilma Rousseff (2011 a 2014) beneficiar 16 milhões de famílias até 2014. (SIMIONATTO; COSTA, 2014, p. 71-72)

Neste período destacado ocorre a impulsão da rede de serviços e programas socioassistenciais, ao mesmo tempo esse processo é acompanhado por uma racionalidade de operacionalização das políticas sociais, e a categoria profissional acompanha as novas formas, estratégias e técnicas dessa instrumentalidade operacional, acentuando-se a tecnificação do trabalho profissional, que tende a reverberar no interior da profissão em ações estreitas, vinculadas à protocolos e a procedimentos. Nos anos que se sucedem e, particularmente, depois do Golpe de 2016, que culminou na destituição da presidenta Dilma Rousseff, verifica-se um momento de inflexão que persevera a passos largos tornando mais intenso o neoliberalismo, com aprofundamento das contrarreformas e privatizações. A eleição presidencial de 2018, coloca no cenário político Jair Bolsonaro e econômico o ministro Paulo Guedes, constituindo-se um governo de extrema direita, ultraneoliberal e neofascista, que dá continuidade à agenda liberal do Golpe de 2016

com apoio político, econômico e religioso, especialmente, de grupos do campo empresarial, pequena burguesia, latifundiários e religiosos, essa aliança econômica-política é responsável por implementar o teto de gastos (EC nº 95/2016), Lei da Terceirização (Lei nº13429/2017), contrarreforma trabalhista (Lei 13467/2017) e contrarreforma da previdência (EC nº 103/2019), por meio desse conjunto de ações são asseguradas condições para as garantias indispensáveis a lei do mercado e ao aminguamento dos direitos, como quesitos da acumulação de riquezas, tornando o trabalho ainda mais rebaixado ao capital.

Assim, tem-se o agravamento da desigualdade estrutural, desvelada pelo crescente aumento do desemprego e desalento, pelas condições de precarização, informalização e pauperismo da classe trabalhadora, acompanhando o desmonte do Estado e ampliação do estado penal-punitivo.

O Estado tem se ocultado para as manifestações da questão social neste nível de reprodução em que o capital se encontra, suas ações têm se voltado para repressão, coerção e controle da população, conforme se verifica em operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro em meio à pandemia como, por exemplo, a realizada no Jacarezinho¹ que resultou na execução de 28 pessoas. Essa realidade que é agravada pela Covid-19 precisa ser enfrentada com a construção de alternativas críticas no campo do coletivo, sendo fundamental estabelecer relações de aproximação com as populações, as comunidades e os territórios, buscando alianças que fortaleçam e afirmem o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia, como capacidade de encontrar possibilidades neste universo de contradições.

O Serviço Social precisa estar sintonizado com a realidade que tem elementos densos e um conjunto de informações que nos trazem desafios e preocupações, mas que parte necessariamente da realidade concreta, atualmente

¹ Intervenção policial na região do Jacarezinho(RJ) é considerada a mais letal ação em 15 anos de história da segurança pública do Rio de Janeiro. Conforme a plataforma digital Fogo Cruzado, em 2005, uma operação na Baixada resultou em 29 óbitos. A chacina de Vigário Geral, em 1993, deixou 21 mortos; a operação na Vila Vintém, em 2009, resultou em 19 mortes. Dados completos sobre o assunto podem ser encontrados no link da notícia. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/10/o-que-se-sabe-sobre-a-operacao-no-jacarezinho-que-matou-28-pessoas>.

o Brasil é o segundo país com mais mortes registradas ²pela Covid-19, atrás apenas dos EUA.

Aponta-se que a pandemia ocorre em um momento em que o capital já estava em crise e isso produziu contradições extras para além das contradições da própria ordem capitalista. Os rebatimentos na sociedade da crise sanitária intensificada pela Covid-19 vieram para acentuar uma crise econômica que se deu na década de 70, nesse período o capitalismo veio precipitar profundas transformações no âmbito do próprio sistema, alterando formas de organização e acumulação do capital com o predomínio do capital monetário como principal fonte de rentabilidade das oligarquias financeiras, acarretando o que teóricos do tema qualificam de desemprego estrutural. O capital na sua ânsia natural por elevação das taxas de lucro criou métodos de acumulação que não perpassa mais o âmbito da produção e a consequência disso é a dispensa de parte significativa da força viva do trabalho.

A “poção milagrosa” encontrada pelo capital para voltar a elevar as taxas de lucro não ocorre mais no âmbito da produção material de mercadoria de forma direta, ela passa ao âmbito do capital financeiro e fictício e isso vem acarretando a perda de empregos em nível mundial. O desemprego não é mais uma marca dos países periféricos como o Brasil, a perda de empregos é uma marca do estágio atual do capital. Parte significativa da população não encontra no mercado de trabalho um espaço para vender a sua força de trabalho.

O tratamento capitalista para essa crise catalisada pela pandemia também atinge a própria organização interna do trabalho os símbolos dessa “droga” que os trabalhadores brasileiros estão sendo obrigados a tomar são as contrarreformas, entre elas, pode ser destacada a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que congelou os investimentos públicos por vinte anos, ou seja, não haverá recurso público para as políticas sociais, o que afeta diretamente o Sistema Único de Saúde (SUS) e as universidades públicas, que no momento da pandemia do coronavírus

² Em listagem de dez países (Estados Unidos, Brasil, Índia, México, Rússia, Peru, Reino Unido, Indonésia, Itália e Irã), que constituem um ranking, o qual apresenta o comparativo do número de casos, casos diários, mortes e mortes diárias por Covid-19, o Brasil ocupa a segunda posição permanecendo atrás somente dos Estados Unidos. Dados completos podem ser consultados através do link, disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/coronavirus/numeros/>.

tem sustentado pesquisas e ações de prevenção, recuperação e promoção da saúde constituindo juntamente com o Sistema de Único de Assistência Social (SUAS) as principais redes de serviços de proteção e amparo a população no enfrentamento da Covid-19.

Urge retomar elementos centrais para pensar a continuidade da luta coletiva que balizam as discussões e pactuações coletivas, no campo do enfrentamento que deve ser construído conjuntamente, diante deste cenário em que o vírus fatídico compete com a necropolítica, conforme termo cunhado por Mbembe (2018).

Nesse horizonte de tragédia a miséria se expressa pelo desemprego e desalento, segundo os dados mais recentes divulgados em 30 de abril de 2021, da PNAD Contínua do IBGE se confirma, que no trimestre móvel terminado em fevereiro de 2021 o número de brasileiros desempregados é de 14,4%. Isso representa em números, que 14,4 milhões de pessoas estão desempregadas hoje no Brasil sendo esse, o mais expressivo número das estimativas elaboradas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que iniciou em 2012. Ainda, mais de seis milhões de brasileiros estão nas condições de desalentados, para o IBGE uma pessoa desalentada é aquela que, por diversos motivos, desistiu de procurar por emprego e não são incluídos na taxa de desocupação do país e, 39,6% da população ocupada, ou 34,0 milhões de trabalhadores, estão atualmente em trabalhos informais.

Paradoxalmente, a Oxfam Brasil³ divulgou em novembro de 2020 o relatório “Quem Paga a Conta?”, o qual revela que bilionários da América Latina e do Caribe aumentaram fortuna em US\$ 48,2 bilhões durante a pandemia, enquanto a maioria da população perdeu emprego e renda.

Nesse sentido, se corrobora a afirmativa de que a pandemia torna aparente as discrepâncias da sociabilidade capitalista, evidenciando o modo como o

³ A Oxfam Brasil divulgou relatório intitulado Quem Paga a Conta? Onde chama a atenção para necessidade de taxar a riqueza para enfrentar a Crise da Covid na América Latina e Caribe. Ainda, conforme nota informativa, que consta nesse documento, datado em julho de 2020, as desigualdades, a informalidade e os serviços de saúde insuficientes minam as possibilidades de fazer frente à pandemia, identificando que são os mais vulneráveis que pagam a conta. Dados completos podem ser consultados através do link, disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/quem-paga-a-conta/>

capitalismo vem atendendo as suas crises, desde os anos de 1970, quando no contexto da reestruturação produtiva se articula visceralmente ao neoliberalismo.

Os artifícios capitalistas de confrontação a crise econômica e política encontraram na pandemia um campo profícuo para guarnecer as diretrizes do projeto ultraneoliberal de governo e construir respostas lucrativas aos grandes capitais, fazem isso lançando uma multidão de pessoas à fome como expressão do desemprego, a pobreza como expressão de miséria e a precariedade do trabalho como resultado da subtração de direitos dos que vivem da venda da sua força de trabalho.

Conforme analisa Antunes (2008) estamos presenciando o afloramento de novas e distintas modalidades de trabalho que se esparramam pelo mundo em escala global, reconfigurando (e complexificando) o mundo do trabalho e sua polissemia. Essa estruturação contemporânea no mundo do trabalho tem sido nomeada pelo autor como a nova morfologia do trabalho, a qual ele refere ser o seu elemento mais visível o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo do capital nas últimas décadas.

Ao examinar a dimensão morfológica do trabalho, Antunes (2008), refere:

Nova morfologia que compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em relativo processo de encolhimento (que é desigual quando se comparam os casos do Norte e do Sul), até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. Nova morfologia que pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado industrial estável de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a amplificação, segundo a lógica da flexibilidade-toyotizada, das novas modalidades precarizadas de trabalho, de que são exemplos as trabalhadoras de *telemarketing* e *call center*, os motoboys que morrem nas ruas e avenidas, os digitalizadores que laboram (e se lesionam) nos bancos, os assalariados do *fastfood*, os trabalhadores jovens dos hipermercados, etc. (ANTUNES, 2008, p.31)

Com o propósito de adensar a compreensão sobre como o capital para impulsionar a sua expansão e acumulação, se reorganiza em outras formas de regulação social do trabalho, onde a flexibilização representa ser a nova lógica de

exigência do capital, cujo resultado repercute na condição de precariedade dos diversos trabalhos, se recorre a Alves (2020).

A nova morfologia do trabalho é constituída pela nova precariedade salarial, que diz respeito, não apenas aos locais de trabalho das organizações privadas e públicas, mas ao novo perfil do mercado de trabalho, imerso na crise do emprego e da disseminação do trabalho precário (a dita “uberização do trabalho” com a precariedade salarial sendo articulada pelo capitalismo de plataforma). Ao lado da pobreza extrema da velha informalidade, emerge uma nova pobreza urbana das “classes médias” proletarizadas. Assim, a nova informalidade convive, lado a lado, com a velha informalidade e com a pobreza extrema. Mais uma vez, com a consolidação da modernização catastrófica no Brasil, temos a reprodução do arcaico no interior do novo capitalismo flexível. (ALVES, 2020, p.07)

A partir das considerações do autor se apreende que a precariedade salarial na atualidade tem uma nova dimensão, que não se diferencia somente no âmbito da gestão pública e privada ou de outras formas de organização administrativa, mas também, está relacionada ao “moderno” perfil do mercado de trabalho, ou seja, assume novas configurações na contemporaneidade captando a classe trabalhadora imergida no desemprego e na pobreza extrema, todavia se trata da estratégia do padrão de acumulação capitalista flexível vivificada pela ascensão do projeto ultraneoliberal e ultraconservador.

A partir da superexploração da força de trabalho pelo capitalista, amplia-se as condições de extração de mais-valia para garantir o lucro ao capital financeiro, alargando de modo irrestrito a terceirização, informalização, uberização⁴ ou outras denominações, como capitalismo de plataforma e capitalismo de vigilância justamente porque, ocorre a consistente incorporação das tecnologias digitais e que culmina na transformação dos trabalhadores em escravos digitais, como tem sido apontado por Antunes (2020).

⁴ A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho. Ricardo Antunes, Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0 (São Paulo, Boitempo, 2020, p.11, coleção Mundo do Trabalho)

É necessário acentuar que esse vilipêndio em relação ao trabalho não é uma “possível remissão ao futuro” porque, no presente, a monumental expansão do trabalho digital, on-line, vem demolindo a separação entre tempo de vida no trabalho e o tempo de vida fora dele, uma vez que vem apresentando, como resultado perverso, o advento daquilo que denominamos escravidão digital. (ANTUNES, 2020, p.15)

Assim, se verifica que essa transformação dos trabalhadores em prestadores de serviços assume como relação fetichizada do trabalho as funções de “colaborador”, “parceiro” e “empreendedor”, que não respeita limites físicos e mentais, imprime ritmos intensos aos processos com jornadas extenuantes, coloca os trabalhadores em condição de submissão e servidão e, ainda, oculta a relação de assalariamento, dá ao trabalho condição que está à exceção da legislação protetora, conduzindo o desprovemento de direitos trabalhistas.

Neste processo de metamorfoses do trabalho o capital vai incorporando as tecnologias, particularmente, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) de base digital, as quais vão se assumindo como parte central da relação capital-trabalho, no sentido de acelerar a produtividade do trabalho e substituir o que é trabalho vivo, em morto, isto é, a força de trabalho viva dos trabalhadores, pelo processo tecnológico-organizacional-digital, que vai apoderando-se com mais intensidade e velocidade dos processos de trabalho nessa nova fase de apropriação real do trabalho ao capital.

Essa forma contemporânea do trabalho se propaga abrangentemente, em diversos setores e atinge amplos segmentos da classe trabalhadora como trabalhadores de aplicativos, informais, professores, jornalistas, pedreiros e assistentes sociais, entre outros.

Apresenta entre suas características, a transferência de custos do trabalho para os trabalhadores, que precisam sustentar, por exemplo, a internet, o computador e a energia elétrica, assume atuais traços de vigilância, a partir do cumprimento de metas, e ainda, se vincula a ideia de promoção da autogestão no trabalho, sendo estimulado pela idealização de “patrões de si mesmo” na compreensão de que não existindo a figura do patrão, o processo de tomada de decisão é do trabalhador.

É um trabalho que decorre da mediação das plataformas gerando dependência gradualmente dos sistemas digitais. Se verifica que a configuração do trabalho remoto e do teletrabalho se acentua no contexto da pandemia, aparentemente no formato de trabalho excepcional, portanto em dimensão de transitoriedade, o que requer considerar que há possibilidade de se estabelecer, tornando-se permanente, isso se apresenta como um desafio a classe trabalhadora no sentido de mobilização, luta e resistência no enfrentamento desse processo que tende a se fortalecer e se impor sobre os trabalhadores.

Essas condições de trabalho que foram estimuladas pela pandemia estão operando para o capital financeiro como um vigoroso workshop, em que gigantes empresas, companhias e bancos que em certo momento apresentavam apreensão de generalização do *home office*, na atualidade revelam sua atenção levados pelo aumento da produtividade no trabalho.

Dentro desse contexto de transformações, torna-se importante realizar algumas considerações sobre a processualidade do trabalho no Serviço Social na dimensão da nova morfologia, compreendendo que ela traz desafios e requisições que já estavam postas e outras que são novas, e se apresentam no exercício profissional no contexto da pandemia.

Essa nova morfologia alcança o trabalho social em diversas categorias e manifestamente para os assistentes sociais, tanto aqueles que tem o Estado como principal empregador, como os que tem as instituições privadas ou as empresas privadas, portanto atravessa todos os espaços sócio-ocupacionais em que atuam os assistentes sociais. Raichelis (2018) aponta algumas manifestações da nova morfologia do trabalho no Serviço Social e a forma que assumem essas relações de trabalho.

Inúmeras situações que expressam essa nova morfologia do trabalho de assistentes sociais podem ser observadas nas políticas de habitação, saúde, assistência social, entre outras, atestando que assistentes sociais subcontratados, terceirizados experimentam assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o

sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida. (RAICHELIS, 2018, p.52)

Nesse sentido, aponta-se que os assistentes sociais como classe trabalhadora, na condição de trabalhadores assalariados estão expostos à iguais processos de devastação, transgressão e expropriação dos direitos trabalhistas e sociais. Cabe ressaltar, que de modo evidente, há ressalvas de distintos trabalhos, qualificado, regulamentado e que exige competência de grau superior, e ainda, ponderadas a heterogeneidade que constituem as características da classe trabalhadora.

No contexto de crise do capital e da pandemia, as tecnologias de informação e comunicação se reforçam, a partir do teletrabalho e do trabalho remoto, e adquirindo imensa centralidade no trabalho do Serviço Social, dialeticamente potenciam o trabalho e o atendimento à população/estabelecem o controle sobre o trabalho e intensificam ainda mais a exploração da força de trabalho. Estas questões são desafiadoras e requerem discussão e aprofundamento pela categoria profissional, já que este processo se mostra complexo, torna-se necessário compreender as dimensões contraditórias, a título de exemplo, se abre a possibilidade de troca com pessoas em diferentes espaços geográficos, o que demonstra também a potência dessas tecnologias, assim entre os desafios que se apresentam aos trabalhadores, está inscrita a democratização das tecnologias.

Ainda, na dimensão do trabalho profissional se assinala o desafio frente as requisições de atendimento as emergências causadas pela tragédia sanitária que tem alterado as rotinas profissionais e as condições de trabalho, somando-se ao desmonte das políticas sociais com a captura do fundo público para atender os interesses do capital.

Nessa perspectiva, é importante compreender que o tempo presente demanda ação, a pobreza se expressa na ausência de comida e a fome ameaça a vida dos brasileiros regressando ao panorama do país de forma naturalizada, conforme os dados que fazem parte do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede

Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar⁵, mais da metade da população está em situação de insegurança alimentar, seja leve, moderada ou grave, o total passou de 36,7% dos domicílios, em 2018, para 55,2% no final do ano passado.

Essa catástrofe sugere que as práticas profissionais se voltem para atender em caráter urgente as demandas sociais, e o desafio surge pela necessidade de discutir no âmbito das competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas esse momento de emergência e calamidade, o seu caráter esporádico – permanente, percebendo que o infindável pode se constituir em possibilidades de perigo ao reforço do pragmatismo, com conseqüente fragilidade e distanciamento da teoria social crítica marxista.

Frente aos desafios que se colocam na atual conjuntura que expõe a perversidade do capitalismo financeiro na sua ambição pela acumulação de riqueza, por meio da superexploração da força de trabalho e depauperamento da classe trabalhadora em um contexto de brutalidade onde o lucro está acima da vida, que é interposta por uma ofensividade conservadora no campo dos valores, do conhecimento, das ideologias, da economia e da ação política que se expressam no desmonte das políticas sociais, na regressão e expropriação dos direitos da classe trabalhadora, assevera Abramides (2019), nessa questão:

O desafio de desvelar a relação entre ética e política, captar os substratos nela contidos, as dimensões objetivas da base material e subjetivas da organização e da consciência, interessa-nos para capturar de que modo – concreta e materialmente – o nosso projeto ético-político profissional se move nos marcos do avanço do neoliberalismo em nosso país, que a partir do golpe de direita, em 2016, e a eleição da extrema-direita em 2018, nos exigem novas estratégias de ação, posto que o recrudescimento da classe dominante se torna brutal na destruição dos direitos da classe trabalhadora. (ABRAMIDES,2019,p.59)

⁵ A Rede Brasil Atual (RBA) informa que após período de retrocesso significativo até meados da década passada, a fome voltou a crescer no Brasil sendo que, a insegurança alimentar se impulsionou nos dois últimos anos. Encontram-se próximo de 117 milhões de pessoas nessa situação, sem acesso pleno e permanente a alimentos. Além deles, há ainda 19,1 milhões de brasileiros que efetivamente passam fome, em um quadro de insegurança alimentar grave. Estes dados fazem parte do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan). Dados completos podem ser acessados através do link, disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/04/pessoas-com-fome-19-milhoes-inseguranca-alimentar-dispara-no-brasil/>

Se revelam muitos desafios no tempo presente ao trabalho no Serviço Social frente a crise capitalista, social, política e sanitária que destrói as conquistas democráticas de ampliação do acesso a direitos para o conjunto da população brasileira que são resultados de lutas e disputas entre projetos societários que reiteram esses direitos como componentes essenciais ao desenvolvimento de níveis evolutivos de outra sociabilidade e os projetos que se apresentam ao interesse do capital que os rejeitam, admitindo que os investimentos sociais devem ser reduzidos e sua responsabilidade transferida à sociedade restringindo o seu acesso aos que podem pagar.

As questões do presente assinalam que o projeto ultraneoliberal, que atende os interesses do capital, está em plena ascensão, sendo a questão social agravada pelo aprofundamento das desigualdades, por novas determinações sociais, novos delineamentos da acumulação, flexibilização econômico-financeira das relações de trabalho e dos direitos. São manifestações paradigmáticas da vasta e intensa transformação estrutural do trabalho assalariado, com repercussões nas dimensões objetivas e materiais.

Há repercussões também na subjetividade da classe trabalhadora, que vivencia a destruição de direitos e a insegurança do hoje e do porvir, intensificadas pela volubilidade das estratégias de resistência e organização coletivas, contudo, se o agora é de recrudescimento da questão social, torna-se importante pautar que isso ocasionará, de certo modo, novos padecimentos sociais.

Por outro lado, a perspectiva histórica aponta novas formas contra hegemônicas, nesse sentido, o projeto ético-político profissional do Serviço Social admite o compromisso estratégico de encadeamento e busca de unidade política na heterogeneidade da categoria profissional, o que estende possibilidades de fortalecimento e de contraposição à ordem hegemônica do capital.

4 SERVIÇO SOCIAL E PANDEMIA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Neste capítulo, o empenho é para conceder visibilidade a análise das informações coletadas na pesquisa bibliográfica. Serão apresentadas as categorias do estudo, assim como as implicações e interpretações dos dados obtidos na pesquisa.

4.1 Caracterização das bibliografias

Compuseram este estudo a produção bibliográfica do Serviço Social que trata do tema da pandemia, nas revistas Serviço Social & Sociedade e Temporalis a partir de artigos publicados entre março de 2020 e setembro de 2021, cuja busca por artigos ocorreu nos sítios eletrônicos dessas revistas. O banco de dados validado foi submetido a uma análise qualitativa para fornecer as características de interesse da literatura incluída no corpus, sendo os resultados na sequência apresentados. Esta pesquisa identificou produções que continham o tema “pandemia” no título, mas elas não tratavam com dados objetivos sobre este contexto, portanto não continham análise sobre o período da pandemia e por isso foram descartadas desse estudo. A relação das produções bibliográficas que compuseram o corpus de análise deste estudo pode ser observadas no quadro um (1) que segue abaixo.

Quadro 1. Seleção dos artigos para análise

Nº	Ano	Revistas	Título	Palavras- Chave	Autor(es)
01.	2021	Serviço Social & Sociedade	Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social	Pandemia. Desigualdades. Racismo. Brancura. Serviço Social.	Eurico; Gonçalves; Moreira
02.	2021	Serviço Social & Sociedade	Serviço Social e pandemia: desafios e perspectivas para a atuação no sociojurídico	Sociojurídico. Pandemia. Trabalho remoto.	Tejadas; Junqueira
03.	2021	Serviço Social & Sociedade	Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19	Covid-19. Política de saúde. Serviço Social	Soares; Correia; Santos
04.	2021	Serviço Social & Sociedade	O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia	Trabalho. Crise estrutural. Pandemia. Serviço Social. Teletrabalho.	Raichelis; Arregui
05.	2021	Temporalis	Crises Econômica e Sanitária: Notas de Continuidade	Crise sanitária. Crise e COVID-19. Crise econômica e direitos sociais. Serviço Social e saúde.	Silva; Castro; Souza
06.	2021	Temporalis	Serviço Social e Crise Estrutural do Capital em Tempos de Pandemia	Crise sanitária. Crise e COVID-19. Crise econômica e direitos sociais. Serviço Social e saúde.	Bezerra; Medeiros
07.	2021	Temporalis	Desafios da Formação Profissional Crítica em Tempos de Pandemia, Neoliberalismo e Conservadorismo	Formação Profissional. Serviço Social. Pandemia de COVID-19. Conservadorismo.	Cardoso; Canêo
08.	2021	Temporalis	Capital Pandêmico e Ensino Remoto: O Posicionamento Político do Serviço Social	Capital pandêmico. Ensino remoto. Serviço Social. Entidades organizativas.	Fernandes; Goin; Rocha
09.	2021	Temporalis	Exercício Profissional do(a) Assistente Social: Problematizações dos Impactos da Pandemia Covid-19	Serviço Social. Exercício Profissional. Pesquisa de Impacto. Pandemia COVID-19.	Lanza; Faquin; Santos; Campanucci; Silva
10.	2021	Temporalis	Atuação do Serviço Social com População LGBT em Contexto Ultraconservador e Pandêmico	Conjuntura brasileira. Ultraconservadorismo. Pandemia. LGBT. Serviço social.	Dantas; Souza; Pinheiro

11.	2021	Temporalis	Dupla Política de Serviço Social e Profissional em Serviço Social	Pandemia, Assistência Social e Exercício em Serviço Social	Crise do capital. Covid 19. Bolsonarismo. Política de Assistência Social. Trabalhador(a) do Sistema Único de Assistência Social.	Carneiro; Carvalho; Araújo
12.	2021	Temporalis	O Estado Neoliberal Face à Covid-19: o Financiamento de Políticas Sociais		COVID-19; Estado; Financiamento de políticas sociais; Saúde Pública.	Souza
13.	2021	Temporalis	Crise do Capital, Contrarreforma da Previdência Social e Pandemia		Capitalismo. Pandemia. Contrarreformas. Previdência Social.	Semzezem; Cartaxo
14.	2021	Temporalis	Pandemia, Crise do Capital e o Aprofundamento da Pobreza da Classe Trabalhadora		Pandemia. Crise do capitalismo. Pobreza.	Redon; Campos

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em termo de porcentagem, a revista Temporalis possui significativos 10 artigos (71,4%) da produção com os descritores da pesquisa, número superior às publicações na revista Serviço Social & Sociedade que disponha de 04 artigos (28,6%) das publicações e que juntas totalizaram a amostra de 14 artigos publicados.

Em relação, ao período de publicação houve predominância para o ano de 2021 e não se demonstrou publicações para o ano anterior, destacados os critérios de inclusão e exclusão que foram estabelecidos neste estudo. O maior número de artigos proveio da revista Temporalis, que tem uma característica particular relativa à sua afiliação à ABEPSS.

A partir da análise do corpus que compôs a pesquisa identificou-se as políticas sociais como temática mais abordada pelos autores, tendo o total de 08 artigos, desses (02) publicados na revista Serviço Social & Sociedade e os outros (06) artigos, na revista Temporalis, sendo reconhecidos os seguintes autores: EURICO, M.; GONÇALVES, R.; FORNAZIER, T., 2021; SOARES, R.C.; CORREIA, M.V.C.; SANTOS, V.M., 2021; SILVA, L.B.; CASTRO, M. M.C. ; SOUZA, R. de O., 2021; DANTAS, M. H.; SOUZA, L. V. S.P.de.; PINHEIRO, S. K. M., 2021;

CARNEIRO, A.M.F.; CARVALHO, A.M.P.de.; ARAÚJO, M. do S. S. de., 2021; SOUZA, D.O, 2021; SEMZEZEM, P.; CARTAXO, A.M.B., 2021; REDON, S.A.; CAMPOS, E. C.S.de.,2021.

O tema trabalho profissional veio na sequência tendo como resultado 04 artigos, sendo (02) publicações na revista Serviço Social & Sociedade e outras (02) na revista Temporalis, com os respectivos autores: TEJADAS, S. S.;JUNQUEIRA, M.R., 2021; RAICHELIS, R.; ARREGUI, C.C.,2021; BEZERRA, A.L.S.;MEDEIROS, M.G.de., 2021; LANZA, L.M.B.; FAQUIN,E.S.; SANTOS, E.R.dos, et al.,2021.

Por fim, a temática da formação profissional, com o total de 02 artigos publicados na revista Temporalis, com a identificação dos seguintes autores: CARDOSO, P.F.G.; CANÊO,G., 2021; FERNANDES, L.D.S.; GOIN, M.; ROCHA, I.L., 2021.

Nas catorze (14) produções analisadas, figuram em relação a formação do total de trinta e seis (36) autores, nove (9) mestres na área do Serviço Social, um (1) mestre em área não especificada, dezessete (17) doutores na área do Serviço Social, quatro (4) doutores em outras áreas do conhecimento, um (1) pós-doutor na área do Serviço Social, três (3) assistentes sociais e um (1) especialista em Saúde da Família.

Em relação ao perfil profissional do total de trinta e seis (36) autores, se tem dezessete (17) docentes de graduação e/ou pós-graduação em Serviço Social, um (1) docente de graduação e/ou pós-graduação de outra área do conhecimento, quatro (4) docentes de áreas não especificadas, um (1) assistente social do Ministério Público do Rio Grande do Sul, um (1) assistente social do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, três (3) assistentes sociais de Poderes Executivos Municipais e nove (9) não foi possível identificar as informações sobre as áreas específicas de atuação profissional.

O tema de maior expressão “políticas sociais” retrata a consistente produção de conhecimento do Serviço Social ao redor da política social, revelando sincronia com a trajetória sócio-histórica e o movimento da profissão. A política social tem sido um alicerce para afirmação do Serviço Social como área de conhecimento no campo das ciências sociais aplicadas. Todavia, lamamoto (2015, p. 460) sinaliza o

cuidado para “ existência de uma relação mimética entre políticas sociais e Serviço Social, diluindo e obscurecendo a visibilidade das particularidades das ações profissionais nas políticas” nesse sentido, a profissão ainda tem dificuldades para abordar, analisar e pesquisar o seu próprio trabalho e formação profissional, o que acabar incorporando o que são importantes mediações, especialmente, na conjuntura de crise do capital agravada pela pandemia, a uma compreensão de identidade profissional.

4.2 Análise da abordagem da pandemia na produção bibliográfica do Serviço Social

Com o propósito de responder a primeira questão norteadora “como a pandemia está sendo abordada na produção do conhecimento na área do Serviço Social?” foram elaboradas duas categorias, sendo elas: A- Negacionismo. B – Acirramento da crise.

A partir da leitura dos artigos que constituíram o corpus de análise por negacionismo compreende-se a recusa e o desprezo as orientações sanitárias fundamentadas cientificamente e propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no sentido de conter a transmissão exponencial do coronavírus e minimizar a sua letalidade.

O negacionismo da ciência é outro elemento importante dessa conjuntura, a qual tem o presidente como um dos principais entusiastas. Chega a ser criminosa a ação de Bolsonaro e sua equipe ante o enfrentamento da COVID-19 em nosso país. (DANTAS; SOUZA; PINHEIRO, 2021, p.162)

A política genocida que foi adotada pelo governo, seu caráter negacionista, ultraliberal e protofascista, não considera as evidências científicas, oculta dados, naturaliza as mortes e provoca a flexibilização das medidas recomendadas pela ciência e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em nome do mercado. (SOARES; CORREIA; SANTOS; 2021, p. 119)

No Brasil, esse processo se agrava com o negacionismo do governo federal expresso em uma não-ação-ativa no enfrentamento da COVID-19, colocando em questão as principais estratégias de

contenção do vírus – o isolamento social e a vacinação.(SILVA; CASTRO; SOUZA, 2021, p.35)

Apesar da produção da vacina, este novo contexto demonstra um descontrole da pandemia que requer um movimento estratégico a fim de amenizar os efeitos do conservadorismo na atuação profissional, explicitado pela negação dos avanços da ciência, num verdadeiro negacionismo e obscurantismo quanto às saídas éticas e sociais para a população.(BEZERRA; MEDEIROS; 2021, p. 66)

Obviamente, a condução do enfrentamento pelos governos atuais é fator decisivo no êxito ou na falta dele. No caso brasileiro, tem pesado o negacionismo da gravidade da pandemia, a campanha contra vacina e a falta de planejamento e coordenação por parte do Ministério da Saúde para a condução das ações contra a COVID-19. Essa questão atual requinta um histórico de desmonte das políticas sociais, constituindo uma trágica miscelânea. (SOUZA, 2021, p. 201)

Apoiando-se nos dados coletados nas bibliografias que compuseram a amostra desta pesquisa e que estão retratados nos fragmentos acima pode-se constatar que está muito presente a abordagem da pandemia relacionada ao negacionismo no que se refere à ausência de medidas e de condução política do governo federal para o seu enfrentamento, as quais estão retratadas pela flexibilização das medidas recomendadas pela ciência, como isolamento social e vacinação, escusa pública de dados e a negligência na condução de um plano nacional de enfrentamento a pandemia, coerente com as orientações das autoridades científicas. Essa negação também está relacionada a deslegitimação do conhecimento científico e o seu efeito relativo à política genocida do poder público federal.

Sobre o negacionismo científico e a particularidade da pandemia, refere Caponi (2020),

esse negacionismo se traduz na aceitação de intervenções sem validação científica, como a divulgação e exaltação de uma terapêutica de eficácia não comprovada e com efeitos colaterais extremamente sérios como a cloroquina, ou a defesa de uma estratégia de intervenção que contraria a posição da Organização Mundial de Saúde (OMS), denominada por Bolsonaro como “isolamento vertical”. (CAPONI, 2020, p.211)

Segundo Andreto (2022), a “anticiência” e o “negacionismo” [...] são apenas a forma fenomênica que a razão do Capital aparece para aqueles que pensam por critérios outros que não apenas a maximização de lucros, a dominação de classe e a manutenção da ordem social a todo custo.

Barroco (2022) na análise do governo Bolsonaro identifica o negacionismo como característica do irracionalismo e do fascismo, conforme apresenta:

A criação de mitos, característica do irracionalismo e do fascismo, visa subjetivar a história, transformando-a em “verdades individuais”, remetendo a outra característica do irracionalismo: o negacionismo em face da ciência e da história. O negacionismo tem sido o método de refundação do real, de transformação de fake news em verdades. (BARROCO, 2022, p.16)

Para Mattos (2019), o programa do grande capital não é o mesmo que foi posto em prática pelos regimes fascistas, mas tem em comum a lógica burguesa da intervenção do Estado para assegurar saídas para a crise de acumulação capitalista. Os autores Valim; Avelar; Bevernage (2021) apontam sobre o negacionismo e o revisionismo ideológico na sociedade, que para conhecer o fenômeno, a partir da sua historicidade é preciso considerá-lo em movimento, portanto em constante reconfiguração, tendo no cenário contemporâneo assumido em vários lugares os traços de uma forma particular – negacionista – de “governabilidade da vida política”.

Conforme, Rousso (2020, s/p) apud Valim; Avelar; Bevernage (2021, p. 14) afirma que é uma verdade limitada o fato de que o negacionismo seja ligado ao atípico aspecto do extermínio dos judeus, pois ele já se evidenciava, sob outros traços, na negação da autoria do governo turco pela dizimação dos armênios no ano de 1915 e, hoje em dia, se tornou uma qualidade discursiva, um meio de representação do progresso e de percepção do presente. Para os autores essa questão sinaliza que o negacionismo histórico pode ser pensado como combinações de discursos, de condutas e de representações estimuladas com o propósito de validar determinadas questões que são antecedentes suscetíveis, especialmente de suas violações, seus extermínios e dominação dos mais vulneráveis.

Ainda analisam os autores acerca do negacionismo, três características contemporâneas à primeira, está relacionada ao seu aspecto cada vez mais difuso geograficamente e a sua autoria coletiva, sendo que as expressões hoje de negação histórica e da luta contra ela passaram a ser “fenômenos globais em razão das influências combinadas da globalização, da migração em massa e da ascensão da mídia internacional”. (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE 2021, p.17). Para os autores a conjuntura das mídias-digitais deu maior abrangência a disseminação do negacionismo histórico, abrindo espaços para disseminação de ódios e de afrontosas informações, sob a não identificação e a impunidade. A segunda característica, diz respeito às manifestações recentes de negacionismo histórico relacionado ao patrocínio do Estado com avanço de governos reacionários de direita, a terceira e última tem a ver com a relação dos sentidos entre o negacionismo atual e a ascendência de marcações internacionais relativas ao modo de enfrentar o passado com lustro político em nome da verdade histórica e do reconhecimento público das faltas cometidas, tendo a intenção de retratação e reparação pública.

Nesse sentido, com base nos elementos que vem sendo afirmados pelos autores e pesquisadores acerca do negacionismo é possível constatar, que as estratégias de negação de alguns acontecimentos sensíveis, como por exemplo, a ditadura militar e os genocídios das comunidades indígenas e negras, que ilustradas a partir de circunstâncias distintas, condizem com certos traços comuns que aproximam a experimentação do país com a de outros, nos quais o negacionismo converteu uma forma de gestão da vida política, a qual no contexto da pandemia da Covid-19 torna-se determinante para a leitura da realidade em sua conjuntura atual.

No Brasil, especialmente, com maior força após o golpe de 2016, as formas digitais “*fake news*” de elaboração e disseminação de materiais que operam conteúdos negacionistas e de notícias falsas geralmente, sem qualquer controle, através das redes sociais e de aplicativos de mensagens (grupos de Whatsapp), tem sido um dos eixos de constituição do governo Bolsonaro, “essa estratégia conforma a desqualificação da pandemia, “o encorajamento a atitudes que induzem à aceleração do ritmo de contaminação e a propagação de falsas soluções,

particularmente com anúncios enganosos de medicamentos comprovadamente ineficazes” (CALIL, 2021, p. 31), impensável na sua desassociação própria do negacionismo ideológico, que opera a captura e compreensão da realidade histórica e material com fins de manutenção do *status quo* corrobora a ideologia neoliberal e seu “subproduto, a ideologia pós-moderna, cuja representação social é de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital” (BARROCO, 2011, p. 206). Pode-se observar pelas análises da produção bibliográfica referenciais críticos a condução e direção do governo do Presidente Jair Bolsonaro na gestão da pandemia da Covid-19, o fundamento tem sido construído a partir da atribuição de uma lógica de negacionismo que articula, principalmente, as suas manifestações e seus efeitos sobre a classe trabalhadora. Isso aparece evidenciado pelas autoras Soares, Correia, et.al (2021, p. 119), “o governo federal, no contexto da maior crise sanitária de dimensão planetária, tem minimizado a pandemia da Covid-19, em função do seu projeto de extrema direita que coloca o lucro acima da vida, banalizando as mortes”.

É preciso considerar que a dimensão do negacionismo antecede e ultrapassa a dimensão sanitária e se efetiva, na atualidade, sob o *modus operandi* de uma governamentalidade, compreendida como um bloco de instituições, técnicas e táticas que ganham sentido e forma quando conectados ao negacionismo histórico. Assim, é importante compreender que se explicitam no Brasil as particularidades de desenvolvimento do capitalismo dependente e periférico, que preserva os traços conservadores em seus fundamentos e princípios de progresso liberais, que não rescindiriam com as variadas circunstâncias de atraso, tais como: o latifúndio, a submissão econômica ao capital internacional, o poder das oligarquias ruralistas e da autocracia burguesa. Também, se considera as características dos processos de exclusão dos trabalhadores nas instâncias políticas-decisórias, expondo o modo de agir dos setores da burguesia brasileira e do Estado para antever processos de mudanças estruturais, assumindo por antecipação essa condução e ofuscando as possibilidades de alterações estruturantes do modelo econômico – capitalista, para manutenção da lógica de sua acumulação e servindo-se dessa racionalidade como forma política, nessa perspectiva a subsistência de

uma tênue e fragilizada experiência democrática de constituição da República brasileira é um relevante exemplo. Para Raichelis e Arregui (2021, p. 142), “convivemos com o (des) governo Bolsonaro, que reafirma o compromisso com as oligarquias financeiras e o grande capital internacional, aprofundando a inserção subordinada do Brasil ao governo de direita ultraneoliberal dos EUA.”

Trata-se de um (des) governo de traços neofascistas, que reforça o braço repressivo do Estado e ameaça reiteradamente o rompimento da ordem constitucional. A isso somam-se o fundamentalismo religioso e obscurantista, o negacionismo da ciência, os irracionalismos, as práticas neofascistas que impõem o social-darwinismo e a necropolítica como *modus operandi*. (RAICHELIS E ARREGUI, 2021, p. 142)

Digladiaram-se, a partir de uma visão negacionista da pandemia, o núcleo duro econômico – representado por Guedes e pelos dirigentes dos bancos estatais - os militares em busca de um plano de reconstrução nacional e a agenda de valores reacionários, voltada para os costumes e para a organização social - representada por Damares Alves e o então ministro da Educação Abraham Weintraub. (TEJADAS E JUNQUEIRA, 2021, p. 108)

Com base nos fragmentos acima se pode constatar que o irracionalismo se apresenta como o retorno reacionário identificando-se com as características do negacionismo científico, é preciso portanto considerar a realidade, a partir das configurações e interesses das classes sociais, a função do Estado burguês e como se encaminha dialeticamente as disputas de classe, nesse sentido uma análise crítica sobre o negacionismo, necessita ultrapassar as reflexões que se apoie de maneira basilar nas discussões relativas as medidas (não) adotadas pelo governo Bolsonaro no enfrentamento a pandemia, entretanto, observada a importância de apreensão quanto as características autocráticas que assinalam sua gestão combinando política de militarização, ideias moralizantes, imagem e semelhança do mito, violência armada e social, dirigida a população negra, pobre e periférica, que convergem aos interesses capitalistas, os quais buscam de modo exato ocultar suas motivações e lucros, tecendo polêmicas científicas e imprecisão de entendimentos na ciência, ainda que em situações de não existência, para obstruir ou mesmo impedir a efetivação de políticas ou para conduzi-las em acordo burguês.

Destarte, o negacionismo acha-se como força ideopolítica presente na sociedade, e em conjunto com outras forças políticas conservadoras são parte integrante das relações sociais, logo presentes na economia e no Estado, refratam as condições de estabelecimento nas dimensões do conhecimento, da moral, da cultura e, portanto, das instituições.

Concomitante à ofensiva contra os direitos exigida pelo capital e executada pelo governo, as ideologias do racismo, do machismo e da homofobia assumem dimensões pletóricas em nosso tecido social em vias de desagregação. O crescimento vertiginoso tanto de um neopentecostalismo individualista e preconceituoso quanto da repulsa à ciência, ao conhecimento, às universidades, à diversidade e à igualdade – mesmo que à liberal “igualdade de oportunidades” – completam o quadro ideológico do nosso tempo presente. (DEMIER, 2020, p. 36)

Imerso nas considerações do autor é preciso ter em conta que as dimensões ideológicas assinaladas incidem sobre a vida cotidiana criando necessidades e motivando respostas que na conjuntura da pandemia da Covid-19 configuram determinações sociais, políticas e econômicas que são parte e expressão da realidade pandêmica.

De acordo com Poggi (2019), o fascismo no hoje, como as históricas manifestações de fascismo no entre guerras, é uma resposta a uma crise estrutural do capitalismo; uma resposta à exacerbação das condições inerentes ao sistema capitalista, dessa forma em conexão com a análise da autora toma-se o caminho da dimensão analítica do acirramento da crise.

Demier (2020), enriquece essa análise.

Em tempos de crise, não há nada mais a pactuar com os de baixo, pois o pacto já não é possível para os de cima. Se, no início, sob as democracias blindadas neoliberais, os oprimidos recebiam do Estado pouco mais do que palavras, pouco mais do que o verbo, agora, sob o neofascismo ultraneoliberal, a palavra só pode existir se for para verbalizar precisamente o ódio às vítimas das opressões. (DEMIER, 2020, p. 35)

Seguindo na perspectiva apresentada pelos autores, é possível afirmar que a atenção dispensada pelo governo Bolsonaro para realidade pandêmica alicerça o autoritarismo, fortalecido pelos setores da direita e extrema-direita, compreendendo

que, grupos e organizações de extrema direita tem ascendido em vários países como, por exemplo, EUA, França, Colômbia, Argentina, logo não se trata de uma particularidade no Brasil, sob a agenda ultraneoliberal, a qual avança as privatizações, firma maior retração do Estado no que tange ao não financiamento e a retirada de recursos às políticas sociais, a retirada do que ainda sobrou de direitos trabalhistas, todas essas características em conciliação a argumentos de defesa à repressão aos movimentos sociais e de trabalhadores, as instituições democrática, ao pensamento social crítico e ao anticientificismo, dessa forma o governo se mantém voltado para atender de forma irrestrita o capitalismo em crise, diante de tais circunstâncias a pandemia da Covid-19 veio a exponenciar a crise brasileira na atualidade.

Nessa mesma direção analítica, será desenvolvido na sequência, partir da análise da produção bibliográfica a categoria acirramento da crise que é apreendida, como crise econômica e social que precede e atravessa a crise sanitária provocada pela pandemia.

[...] a pandemia do novo coronavírus não é responsável pela emergência da crise contemporânea, mas certamente exacerbou os traços mais perversos de uma crise social de grandes proporções, tornando mais tangíveis e mais visíveis processos que já estavam em desenvolvimento. (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 139)

Apesar da ampla gama de problemas que a humanidade enfrenta no contexto da pandemia, não se pode deixar de anotar que tais expressões da questão social são de ordem estrutural e, portanto, fazem parte de uma cadeia mistificadora de contradições que mantém intocável a estrutura desumanizante do sistema do capital. (BEZERRA; MEDEIROS, 2021, p. 55)

A COVID-19 não produziu uma crise econômica. O que ela fez foi intensificar os efeitos de uma crise já existente. A pandemia não provoca empatia no capitalista, o que ela faz é funcionar como um terreno para a acumulação e exploração da força de trabalho. É uma crise sanitária que engendra uma crise estrutural do capital. (SILVA; CASTRO; SOUZA, 2021, p. 39-40)

A chegada do COVID-19 ao Brasil no primeiro trimestre de 2020 inseriu o país na maior crise sanitária e social da nossa geração. O cenário sócio-político brasileiro já padecia de uma profunda crise, cujos pontos mais significativos orbitaram a queda da primeira presidenta mulher e da eleição de um presidente conservador

apoiado em mote antidemocrático, que, desde a última década, já estava submetido a um processo de recessão contínuo, sustentado nas premissas neoliberais, aprofundadas nos governos de Michel Temer e de Bolsonaro, que arraigaram a abissal desigualdade social e não colocou o país na curva de crescimento prometida.(LANZA; FAQUIN; SANTOS, et.al, 2021, p.122)

A pandemia do Coronavírus descortinou, não para os críticos do modo de produção vigente, uma sociedade extremamente desigual e injusta, cuja busca pela acumulação de riquezas banaliza a vida, a tornando descartável em nome do funcionamento dos mercados. (REDON; CAMPOS, 2021, p. 266-267)

A pandemia da COVID-19 deflagrou uma crise sanitária e humanitária em âmbito global, configurada como expressão do capitalismo contemporâneo, agudizando questões de classe, gênero e etnia. (CARNEIRO; CARVALHO; ARAÚJO, 2021, p. 185)

Observando-se os fragmentos acima é possível identificar consenso entre os autores quanto a origem da crise em curso, a qual não está na Covid-19, contudo a pandemia agravou os processos em desenvolvimento, ou seja, acentuou as expressões da questão social, nesse sentido a pandemia expõe com intensidade as dimensões em curso da crise estrutural do capital em desenvolvimento desde a década de 1970, que se aprofundaram com as crises de 2007 e de 2008 e tomou proporções ainda mais críticas em 2020, sinalizadas pelo processo de [...] “agudização das questões de classe, gênero e etnia”. (CARNEIRO; CARVALHO; ARAÚJO, 2021, p. 185).

Marques, et.al (2021) ao analisar o tamanho e a especificidade da crise aponta que a pandemia ocasionou a maior crise econômica capitalista já registrada na história contemporânea. Atribui a forma generalizada com a qual se expandiu para todos os países que tiveram recuado o seu Produto Interno Bruto (PIB), em ressalva a China, o que reverberou em aumento significativo do desemprego, da desigualdade e da pobreza.

Conforme o fragmento abaixo, para os autores a crise não foi provocada pelas contradições do processo reprodutivo de larga escala do capital, ainda que houvesse elementos substanciais que já indicavam um descontínuo processo de crescimento mundial, apontando a possibilidade de uma outra crise financeira. Assim, a pandemia como fator externo provocou alterações intensas e repentina do

ambiente em que o trabalho humano se desenvolve, por consequência requereu a interrupção na produção e reprodução das relações econômicas e sociais, estiveram mantidas as atividades consideradas “essenciais” com propósito de conter a propagação do coronavírus.

A crise econômica de 2020, a que chamamos de crise da Covid-19, [...] não nasceu das contradições do processo de reprodução ampliada do capital, muito embora problemas e distorções vinham se acumulando e o prognóstico para 2020 já era de desaceleração do crescimento mundial, com aumento da probabilidade de ocorrer uma crise financeira. A pandemia constitui uma mudança brusca do ambiente no qual a atividade humana se desenvolvia, podendo ser caracterizada como um choque externo que exigiu a parada brusca das práticas econômicas e sociais (com exceção das essenciais) a fim de diminuir o ritmo da contaminação do novo coronavírus. (MARQUES, et.al , 2021, p. 15)

Marques, et.al (2021) e Harvey (2020) assinalam as dimensões do acirramento da crise na análise dos seus efeitos no âmbito do trabalho.

No tocante ao mercado de trabalho, além da redução significativa do nível do emprego ocorrida em diversos países, o que foi acompanhado de perda de renda dos trabalhadores e dos que desenvolveram atividade por conta própria, houve aumento expressivo da inatividade, o que introduz um elemento novo e preocupante no cenário dos países. (MARQUES, et.al , 2021, p. 22)

O efeito a longo prazo pode ser o de encurtar ou diversificar as cadeias de abastecimento, ao mesmo tempo em que se avança para formas de produção menos intensivas em mão-de-obra (com enormes implicações para o emprego) e uma maior dependência de sistemas de produção artificial-inteligentes. A ruptura das cadeias produtivas implica demissões ou corte de trabalhadores, o que diminui a procura final, enquanto a procura de matérias-primas diminui o consumo produtivo. Estes impactos sobre a procura teriam, por si só, produzido pelo menos uma ligeira recessão. (HARVEY, 2020, p. 19)

Em relação aos agravantes da crise do capitalismo Marques (2021) e Harvey (2020) apontam o desemprego, acompanhado da perda de renda dos trabalhadores e dos processos de conexão informacional-digital que implica em maior superexploração da força de trabalho e ainda, em desligamentos e em contingenciamento.

Para Antunes (2017), as causas mais profundas da crise atual, crise econômica, é a dimensão de globalidade inicialmente atingiu desde 2008, países do centro do capitalismo (EUA, Japão e vários países da Europa), contudo como é uma crise desigual e combinada, atingiu o sul, os países de capitalismo intermediário e periféricos.

Conforme Mascaro (2020), a pandemia e a crise econômica encontram um grau ímpar de retrocesso e reacionarismo político e social, que, sob o governo Bolsonaro, acresceu-se em relação às próprias experiências neoliberais dos governos anteriores, que já tinham sido descomunais.

A partir do autor é possível mencionar que a crise contemporânea é estrutural na economia, na política e em todas as dimensões da vida, considerados os impactos sem precedentes para classe trabalhadora. O cenário brasileiro antes da pandemia da Covid-19 já era avassalador para a grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras com o agravamento e a intensificação das contrarreformas do Estado e sua especificidade nos governos Temer e Bolsonaro. Os extratos a seguir reforçam essa inferência.

Praticamente inertes, assistimos à regressão de inúmeros direitos sociais nas mais variadas áreas: as contrarreformas trabalhista e previdenciária; a Emenda Constitucional nº 95, que congelou por vinte anos os gastos da União com despesas primárias, o que significa que não haverá recursos para saúde, habitação, assistência social etc. (EURICO; GONÇALVES; FORNAZIER, 2021, p. 86)

Nos governos de ajuste, particularmente nos governos Temer e Bolsonaro, a Previdência Social pública vem sendo submetida a sucessivas contrarreformas. E a última e mais radical contrarreforma, ocorrida em 2019, dentre outras medidas e estratégias, aumentou a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, e a redução da pensão por morte, o que agravou a precarização de vida da população trabalhadora. (CARNEIRO; CARVALHO; ARAUJO, 2021, p. 181)

De acordo com os extratos das produções que compõe o corpus de análise, além do retrocesso dos direitos sociais em diversas áreas, as contrarreformas trabalhista e previdenciária, assim como a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016

estão entre os fatores que agravaram a precarização de vida da população trabalhadora.

O conteúdo do texto da EC nº 95/2016, estabelece que os gastos federais, excetuados os juros da dívida pública, achem-se congelados por vinte anos, utilizando como parâmetro o que foi efetivamente gasto em 2016. Os montantes dos orçamentos dos anos subsequentes são apenas atualizados pelo índice da inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) e seus valores reais submetidos aos resultados obtidos em termos de equilíbrio fiscal, poderão ser revisados depois de dez anos, conforme detalha o artigo 108.

"Art. 108. O Presidente da República poderá propor, a partir do décimo exercício da vigência do Novo Regime Fiscal, projeto de lei complementar para alteração do método de correção dos limites a que se refere o inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parágrafo único. Será admitida apenas uma alteração do método de correção dos limites por mandato presidencial." (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

Ainda que com forte pressão da classe trabalhadora para barrar essa iniciativa com forte resistência e protesto dos movimentos sociais, das associações, das representações sindicais, de partidos políticos posicionados no campo da esquerda e de trabalhadores e trabalhadoras organizados, não se logrou êxito culminando pela sua aprovação com votos da ampla maioria dos deputados e senadores não pelo acaso, mas pela lógica determinante do capital, “ mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes”. (NETTO, 2006 p.3)

Afirmam Marques; Nakatani (2019, p. 228), que a adoção de teto para o gasto público não se trata de um fato novo no capitalismo, entretanto com base em um estudo divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que tratou das regras fiscais empregadas por 89 países, não encontrou comparativo com a aplicação da Emenda Constitucional Nº 95, mostrando a particularidade do que foi estabelecido no Brasil.

Em discrepância com as experiências desses países, a EC nº 95/2016 se distingue segundo Marques; Nakatani (2019, p. 228) em decorrência de quatro razões sendo a primeira, não há o âmbito temporal de longo prazo nesses países, enquanto, no Brasil, a duração de sua aplicação abrange o tempo de uma geração. A segunda, não inclui as despesas com os juros da dívida pública, logo não se trata de conter o gasto público, mas de reduzir o gasto para garantir o contínuo pagamento dos juros da dívida pública. A terceira razão que particulariza a experiência brasileira frente as outras é a ocorrência de alteração constitucionais, assinalando que a restrição do gasto não é temporária e sim definitiva, mudando o regime fiscal do país. Por fim, a experiência do Brasil não resguarda os gastos sociais, não obstante a expressiva desigualdade social e a extrema pobreza de caráter estrutural, dessa forma a EC nº 95 não afigura preocupação em proteger os programas de transferência de renda, tal como corrobora a extinção do Programa Bolsa Família pelo governo federal e em seu lugar passou a vigorar por meio, da Medida Provisória nº 1.061/2021, o programa de transferência de renda Auxílio Brasil destinado às famílias em situação de vulnerabilidade, o qual é instituído com muitas incertezas, desinformações e sem debate com a sociedade.

A contrarreforma trabalhista, Lei nº 13.467/2017, tem sido determinante para o acirramento da crise, pois materializa a agenda ultraneoliberal que já vinha sendo executada, mas que em processo contínuo de retirada de direitos do trabalho se torna nesse contexto de realidade pandêmica uma hecatombe para as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. De acordo com Marcosin; Caetano (2019, p. 173), ela caracteriza-se como uma contrarreforma, porque aprofundou a flexibilização da legislação trabalhista e sindical, já em curso no país desde meados da década de 90. A narrativa neoliberal aponta a necessidade de “modernização” da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) justificando tal alteração por conta de sua data de 1943, contudo mantém velado que essas alterações estão sendo paulatinamente realizadas pelos governos.

Conforme apontam Marcosin; Caetano (2019), o trabalho intermitente, os contratos de trabalhadores autônomos sem direitos, as jornadas de 12x36 horas, a redução do período de descanso em jornadas superior a seis horas (de uma hora

para trinta minutos), quando realizada a negociação entre empregado e empregador, o pagamento, pelo empregado, das custas processuais em caso de perda da causa judicial, tais como outros, desvenda a medida dos retrocessos que são decorrentes da contrarreforma trabalhista. Essas mudanças provocaram e vem provocando desmedidas e insupríveis perdas para o conjunto de trabalhadores e de trabalhadoras.

Ademais, os autores fazem destaque a um elemento que consideram da maior gravidade, que se refere a substituição do legislado pelo negociado, não só para as questões das negociações coletivas, mas também das individuais, neste caso muito mais graves. Isto significa, que institui uma legislação mínima, residual, a ser complementada pela lógica da negociação, que é também individualizada. Isso representa o encolhimento dos sistemas de proteção social e um declínio ainda maior dos sindicatos nas instâncias de negociações, visto que se tornam abertas as vias dos acordos individuais, não necessariamente com a mediação dos sindicatos que possam resultar em conquistas coletivas.

Ainda, para os autores o objetivo dessa contrarreforma é acabar com os parcos obstáculos que o regulamento público do trabalho coloca à exploração capitalista, o que promove o aumento da insegurança, da desproteção e a decorrente expansão da precarização das relações de trabalho. As contrarreformas realizadas colocam em evidência o propósito fulcral do governo Temer, “a aplicação da política pós-crise do mercado financeiro, de reestruturação produtiva permanente, conforme orientações do ultraneoliberalismo” (MARCOSIN; CAETANO, 2019, p. 175), para a classe trabalhadora a sua efetivação representa a desvalorização dos salários, o aumento das situações de informalidade e a procedente precarização do trabalho, desemprego e miséria, tal análise é adensada, a partir de Marx (2012), acerca do mecanismo de produção e reprodução do capitalismo, fundamento da lei geral de acumulação capitalista, que faz ajustes para atender as necessidades constantes de valorização do capital.

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação

consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. [...] quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (MARX, 2012, p. 471)

A acumulação capitalista, com esses traços e direcionamentos se estabelece sobre o trabalho, não apenas a partir do acréscimo de mais-valia, que o capitalista usurpa para elevar ao máximo a exploração da classe trabalhadora, mas também na relação direta de exploração da força de trabalho e as lutas sociais encadeadas pelos trabalhadores, certa e densa na circunstância de crescente degradação das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora.

Nesse sentido, trazendo essa análise para realidade pandêmica afirmam as autoras Silva; Castro; Souza (2021, p. 39), que a pandemia atinge a todos, mas o fardo e os efeitos são vivenciados de formas distintas sendo que, para os trabalhadores recaem os maiores custos e não há nada de inevitável ou natural nesse processo, assim como não é algo novo. Apontam que os efeitos da crise sanitária causada pelo SARS-CoV-2 repercutem em meio a uma crise econômica vigente e destacam que as respostas a estas crises são o recrudescimento das condições sociais de reprodução de trabalhadores e trabalhadoras, deixando desnudas as desigualdades próprias do modo de produção capitalista e ainda, sustentam que no país a Covid-19 avança em uma conjuntura sócio-histórica de inúmeros retrocessos dos direitos sociais. (SILVA; CASTRO; SOUZA, 2021, p. 46).

A partir das obras que compõe o corpus de análise se evidencia que a contrarreforma trabalhista, está imbricada a contrarreforma previdenciária como fatores determinantes para o acirramento da crise no contexto pandêmico. Nessa dimensão, as autoras Semzezem e Cartaxo (2021) tecem considerações sobre os ataques aos direitos dos/das trabalhadores/as na última quadra histórica evidenciando que eles integram o pacote de estratégias para manutenção de lucros, onde o capital busca a superação de sua crise e, ainda, apontam entre os frutos recentes desse projeto, a contrarreforma da Previdência Social (EC nº 103/12/11/2019), Lei da terceirização (Lei nº 13.429, de 2017), a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017), e a Emenda Constitucional 95/2016.

As autoras ao analisarem a previdência social afirmam, que essa é uma política social importante de enfrentamento ao contexto presente, contudo tem sido alvo de inúmeros ataques realizados desde a década de 1990, pois colocada à serviço do capital como uma de suas estratégias de superação da crise. A proposta de contextualização traz os elementos de compreensão da contrarreforma da previdência social, a partir dos argumentos que dela se originam com o propósito de afastar o discurso hegemônico dominante que ideologicamente cumpre o papel do consenso em prol da sua realização.

Nesse sentido, ao versar sobre a narrativa do déficit da previdência, se declara o equívoco, uma vez que, boa parte do orçamento está sendo utilizado para o pagamento da dívida, isto significa, aumentar os lucros das corporações financeiras, em oposição ao interesse de investimentos que possam impactar diretamente a vida da população no que se refere aos direitos da seguridade social. Para Semzezem e Cartaxo (2021), o ajuste fiscal tem como objetivo a ampliação de investimento para o capital em detrimento ao social, basicamente a ideia do déficit da previdência vem sendo utilizada como justificativa para contrarreformas. O fragmento abaixo é ilustrativo.

Há uma inserção de fatores materiais, sociais e políticos levando-os a acreditar que a melhor forma é de oferta dos serviços sociais pela via do mercado, para isso, realizam diversas ações de precarização, ao ponto de que a dependência significa risco, insegurança e medo. Assim, os trabalhadores divididos arcam em conjunto com as empresas onde trabalham: planos de saúde, convênios médicos, escolas particulares, previdência privada. (SEMZEZEM; CARTAXO, 2021, p. 246).

Fica evidente no fragmento acima um processo de combinação de fatores que podem ser relacionados ao avanço da agenda ultraneoliberal e a dimensão político-ideológica do capital, no ensejo de novas possibilidades de ampliação e acumulação, apropria-se dos setores públicos transformando-os em lucrativos negócios com apoio e incentivo governamental, conta com a possibilidade de sempre estender mais as privatizações, para isso precarizam-se os serviços públicos, atribui culpa e responsabilidade aos trabalhadores impondo a lógica compartilhada de sacrifícios, que significam progressivamente a redução do

conjunto de direitos sociais para a exploração direta e subsumida pelo capital “dificultando o acesso a benefícios, ao mesmo tempo, o aumento das alíquotas expropriando parte cada vez maior do trabalho necessário dos trabalhadores em troca de cada vez menores contrapartidas” (CISLAGHI, 2019, p. 203). Semzezem e Cartaxo (2021), ao analisarem a crise sanitária provocada pela Covid-19 no contexto do aguçamento da crise do sistema capitalista e os seus rebatimentos na Previdência Social, afirmam que nessa circunstância ocorre o aumento de demanda à política previdenciária, seja pelo crescimento de doenças e acidentes de trabalho devido às precárias condições de vida e trabalho da população em situação de pobreza, ou mesmo pela procura de benefícios, que muitas vezes se constituem como formas estratégicas de sobrevivência. Referem que simultaneamente em curso está o dismantelamento dessa política por razões dos ajustes fiscais e contrarreformas e que a soma desses elementos, associados às condições instáveis de trabalho, dificulta ou impede o acesso aos direitos previdenciários, ainda, apontam que a contrarreforma da previdência social se encontra entre as ações que deprimiram a capacidade de enfrentamento das sequelas criadas no contexto da pandemia, em compensação fortalece o capital, desta forma ao contrário da preservação dos direitos sociais para garantias mínimas à população, o que se verifica é que estes estão sendo drasticamente atacados.

Ao que se propôs a análise de como a pandemia está sendo abordada na produção bibliográfica do Serviço Social se constatou, a ênfase para característica negacionista e seus aspectos avassaladores na vida da maioria da população brasileira, realçando também a pandemia como uma crise de múltiplas manifestações que acirrou o cenário de dificuldades já existentes.

O negacionismo emerge com força nos extratos, expresso pela crítica dos pesquisadores à realidade vivenciada no contexto da pandemia e que se traduz nos elementos de ação e/ou omissão da gestão federal no enfrentamento e condução da situação pandêmica. Em relação as principais questões discutidas destacam as estratégias de contenção do vírus, particularmente, o isolamento social, a vacinação, o estabelecimento de tratamento precoce para Covid-19 sem evidência científica e a ausência logística para aquisição de insumos, materiais médicos e

correlatos, necessários ao suporte e apoio aos infectados e doentes pela Covid-19, expressando uma visão de avaliação negativa quanto a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).

As produções da área do Serviço Social apontam que o negacionismo é o projeto político do governo federal e que as narrativas de negação à gravidade da pandemia se desenvolveram de forma progressiva pelo reforço de notícias falsas (fake News) que são difundidas em redes sociais. As políticas negacionistas que não possibilitaram o isolamento social do trabalhador assalariado e dos desempregados, tiveram repercussão em numerosas mortes, sobretudo da população negra e de renda baixa.

A pandemia causada pelo coronavírus teve conformidade com o desempenho do poder executivo ao não assumir as responsabilidades com relação as medidas de controle e prevenção, com o negacionismo da ciência e com incentivo da violência e da desinformação contínua, sendo destacada a relação contraditória entre esses elementos e a atuação centrada na direção social do Projeto Ético-Político, pois acentuam e escancaram os limites profissionais em relação a atual conjuntura brasileira.

A postura negacionista e genocida do governo Bolsonaro é sinalizada como indiscutível e que o (não) enfrentamento da pandemia se contrapõe a conduta de praticamente todas as nações, a qual se dispôs a negar ou encobrir as evidências, para atender com prioridade o mercado, garantindo as taxas de lucros em favorecimento do grande capital, contrariamente ao interesse de milhares de vidas da população trabalhadora. Contra o negacionismo da ciência é destacado como sendo fundamental que a coordenação da política nacional de saúde seja conduzida com seriedade, na efetivação de propostas condizentes com os especialistas da área da saúde e da Organização Mundial de Saúde.

As produções bibliográficas do Serviço Social têm se direcionado também pelo caminho de abordagem a pandemia que pode ser relacionado a forma como são produzidas e reproduzidas as relações sociais na sociabilidade capitalista, quando no contexto pandêmico são intensificadas as manifestações do que já se experienciava antes da Covid-19. A circunstância do capitalismo em crise e o ardor

imediatista e indelével pelos teores de lucro coloca a vida dos trabalhadores em risco frente a maior exposição ao vírus, do mesmo modo não rejeita a relação histórica e social determinante da forma capitalista e que portanto, já se achava em caráter ativo e em força sagaz prolongada no tempo e no panorama nacional. Com tal característica, a desigualdade, a fome, a miséria, a violência, como expressões da questão social não são novidades da realidade brasileira, logo vêm fazendo parte da essência do que constitui a sociabilidade do capital, contudo a intensidade e a perversidade atuais são inéditas considerada a própria particularidade pandêmica.

A investida daqueles que possuem os meios de produção, a burguesia capitalista, contra a vida de trabalhadores em toda sua heterogeneidade se complexificou nesse período atual, de crise estrutural do capital e pandemia, uma referência fenomênica ao que se pode apreender nessa totalidade que se move num curso perverso se materializa na insegurança alimentar e na fome que tiveram aumento espantoso neste contexto pandêmico, como mostram os dados que compuseram o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, de iniciativa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e que foram apresentados no capítulo 3 e, junto com isso, se tem os dados da Oxfam Brasil, igualmente referenciados no capítulo 3, revelando que bilionários da América Latina e do Caribe aumentaram suas fortunas durante a pandemia, enquanto para maioria da população a situação pandêmica combina o desemprego em larga escala, as perdas em renda do trabalho, os altíssimos preços dos alimentos e a inflação que confere privação ou subtração do poder de compra das pessoas. Isto significa, que a pandemia do coronavírus consolida e constitui os processos inerentes a dinâmica do capitalismo na produção de desigualdades e de violações de direitos, com fim de estruturar as relações do capital com efeito não só, de reproduzir a relação de exploração e de dominação capitalista, mas ensejando novas formas e possibilidades de acumulação sempre mais intensificadas se tornam essas relações de exploração do trabalho em contexto de crise, pois é ponto que engendra um útil e propício meio de negócios conveniente ao capitalista em busca de valorização do capital e de sua

acumulação, por meio da extração de mais-valia e na perspectiva de realizar maior apropriação possível da riqueza socialmente produzida.

Nessa direção, as produções bibliográficas demonstram que a pandemia da Covid-19 é decorrente de uma conjugação de determinações sanitárias e sociais, que estão vinculadas ao próprio contexto de reprodução social, em meio às desigualdades econômicas e sociais, conseqüentes do capitalismo e de seus aspectos no tempo presente, portanto a pandemia não desencadeia a crise econômica, mas vêm aprofundá-la, sendo que as duas são concebidas pelo sistema capitalista num mesmo marco histórico e, por esse motivo e de modo contraditório, a pandemia possibilita em um mesmo momento o agravamento da crise econômico-social.

Por conseguinte, mostram que a Emenda Constitucional Nº 95 e as contrarreformas trabalhista e previdenciária são transformações profundas na forma de gerenciamento do Estado e de ataques à classe trabalhadora em função de respostas do capital à sua própria crise, desse modo são elementos determinantes para o acirramento da crise na conjuntura da Covid-19 e outrossim contribuem no âmago da extrema regressividade dos direitos dos trabalhadores com fortes implicações para as condições de vida da classe trabalhadora.

4.3 Visibilidade, implicações e mudanças decorrentes da pandemia presentes na produção do conhecimento do Serviço Social

Com objetivo de responder a segunda questão norteadora “considerando a conjuntura e as determinações sociais, políticas e econômicas, como o Serviço Social está discutindo as implicações e mudanças decorrentes da pandemia?” foram desenvolvidas duas categorias, sendo elas: A- Precarização do trabalho. B- Desmonte das políticas sociais.

A partir desse estudo bibliográfico por precarização do trabalho compreende-se a regressão de inúmeros direitos, através das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Por conseqüência, aparece o aprofundamento do desemprego, a

informalidade, condições instáveis de trabalho e o empobrecimento da classe trabalhadora.

A precarização do trabalho assume novas dimensões e manifestações na atualidade, atingindo o conjunto da classe trabalhadora, ainda que com diferentes intensidades, considerando-se a divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho. (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p.140)

Diante da urgência do distanciamento social, os(as) profissionais foram direcionados(as) para o trabalho remoto sem qualquer preparação, utilizando-se, em geral, de recursos próprios para a realização das atividades laborais. Os(as) profissionais acabaram, na maior parte dos casos, por utilizar seus notebooks, telefones celulares, pacotes de dados da internet, rede WI-FI, energia elétrica, entre outros recursos, para atender às requisições institucionais nesse período. (TEJADAS; JUNQUEIRA, p.110)

Não bastasse o avanço da educação à distância e o aligeiramento da formação profissional, especialmente na educação superior, a pandemia trouxe a modalidade do ensino remoto, o qual tem expandido a precarização do ensino, das condições de trabalho e do acesso ao conhecimento nos seus diferentes níveis. (FERNANDES; GOIN; ROCHA , 2021, p.93)

A desigualdade, o desemprego estrutural, a superexploração e precarização do trabalho não são elementos trazidos pelo coronavírus e fazem parte da realidade capitalista há bastante tempo.(DANTAS; SOUZA; PINHEIRO, 2021, p. 161)

Os fragmentos acima assinalam a precarização do trabalho, sendo indicados pelos autores expressões que as revelam, o desemprego estrutural, a superexploração do trabalho, ensino remoto, trabalho remoto, informalidade, isso revela as suas repercussões, como fenômeno importante na contemporaneidade.

Às análises evidenciaram que o capitalismo em suas últimas décadas, vem tendo um contínuo movimento em que a flexibilização, a terceirização, a informalidade e o desemprego são meios vitais, para o processo de precarização estrutural do trabalho, não só para a preservação, como também para a ampliação da lógica deletéria do capital.

Antunes (2020), ao analisar o ano de 2008, refere que a crise estrutural do capital, provoca à expansão significativa do processo de precarização estrutural do

trabalho. Aponta que essa tendência já estava inscrita desde a déc.70, quando acontece o processo de reestruturação produtiva do capital em escala mundial. Cita como um dos elementos mais expressivos desse processo a entrada da China no mercado capitalista, acompanhado da inserção ou da ampliação da atividade industrial em vários países do mundo asiático.

Tal como apresenta Alves (2013),

A precarização do trabalho é um traço estrutural do modo de produção capitalista, possuindo, entretanto, formas de ser no plano da efetividade histórica. Por natureza, a força de trabalho como mercadoria está imersa numa precariedade salarial que pode assumir a forma de precariedade salarial extrema ou, então, de precariedade salarial regulada. O que regula os tons da precariedade salarial é a correlação de força e poder entre as classes sociais. É, portanto, uma regulação social e política. (ALVES, 2013, p. 236)

A precarização do trabalho é um determinante estrutural do modo de produção capitalista, a força de trabalho transformada em mercadoria vem assumir a forma de precariedade salarial extrema ou regulada, sendo essa regulação é determinada na luta de classes. Assim, a precarização do trabalho é elemento de composição do “novo metabolismo social que emerge com a reestruturação produtiva do capital e a constituição do Estado neoliberal”. (ALVES, 2009, p. 189).

Segundo Alves (2009), precarização do trabalho se caracteriza por intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho, pelo desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; e pela fragmentação social nas cidades em virtude do crescimento exacerbado do desemprego em massa. A experimentação da precarização do trabalho no país “decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato etc.) que emerge numa textura histórica específica – a temporalidade neoliberal” (ALVES, 2009, p.190). Bezerra e Medeiros (2021), entendem que o acirramento da questão social é conferido pelo processo de intensa precarização do trabalho em que o conjunto da classe trabalhadora se vê privada não só, das condições de sustento e de provisão dos elementos essenciais para a preservação da vida, como também dos recursos de segurança social constituídos

no decorrer do século XX. Raichelis e Arregui (2021), referindo-se à precarização do trabalho, afirmam que:

A precarização do trabalho não é uma fatalidade, como muitos(as) querem fazer crer, mas uma estratégia do padrão de acumulação capitalista em tempos de mundialização neoliberal, tanto no centro quanto na periferia dependente. Trata-se de um poderoso mecanismo de reorganização do trabalho no contexto do capitalismo hegemônico pelas finanças, que combina flexibilização, terceirização e informalidade do trabalho. (RAICHELIS E ARREGUI, 2021, p. 139)

Pelo fragmento acima, fica evidente que a precarização do trabalho é consequência de um prolongado processo histórico-social e político edificado no capitalismo da qual as condições e relações de trabalho e proteção social precárias não são transitórias e meramente se manifestaram perante o ano de 2020, ou diante da pandemia do coronavírus, mas em consequência de um processo de transformações colocadas no mundo do trabalho e na dinâmica de contrarreformas do Estado. No decorrer dos últimos anos houve mudanças na configuração e expressões da relação entre capital e trabalho, isto é, na questão social, em tão alto grau no âmbito mundial como no cenário brasileiro. Assim, na conjuntura de crise estrutural do capitalismo agudizada pela pandemia da Covid-19 se assinala tempos difíceis para o conjunto da classe trabalhadora, uma vez que na busca de superar suas crises, o sistema procura meios para oxigenar-se frente ao período de declínio da taxa de lucro.

Nesse contexto de capitalismo financeirizado as mudanças ocorridas no mundo do trabalho são observadas no conjunto complexo-composto de intensificação da exploração do trabalho, caracterizada por novos ritmos de trabalho e pela flexibilização, por inovações tecnológicas que põem em prática novos padrões e hábitos de consumo, assim como em variações nos processos e relações de trabalho. É neste campo denso e contraditório que permanece a exigência de emendadas requisições para a classe trabalhadora, ratificando a radicalização da questão social em suas variadas expressões. Tais modificações na dinâmica do capitalismo têm como propósito essencial a procura pela reestruturação da produção, o que serve a sua função como procedimento tático para retomar o ciclo

de expansão, com a escalada da taxa de lucro e a conseqüente apropriação da mais valia em um ritmo muito mais acelerado e intenso da superexploração do trabalho e nesse cenário pandêmico, “[...] além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2020, p.08). Corroborando para análise da precarização do trabalho em um contexto de crise do capital e pandemia do coronavírus, afirmam Semzezem e Cartaxo (2021, p. 239), que [...] “as relações de trabalho são reconfiguradas e adequadas à reestruturação produtiva, acentuando a flexibilização e sua precarização”, diante disso altera a dinâmica da vida social e se estendem na direção da completa devastação da vida humana.

Como dissemelhança aos períodos anteriores de outras crises estruturais ao capital, Gomes; Rojas; Stampa (2021, p. 05) assinalam que, [...] “com características específicas nesse contexto de pandemia, o desemprego torna-se característica exponencialmente dominante”, dessa maneira não só, a vida da população é transformada pela necessidade do isolamento social e das rotinas de higienização que se tornam parte do cotidiano, mas também há o agravamento do panorama de grande medida pelo reflexo significativo de trabalhadores varridos do mercado de trabalho, na inter-relação que há entre a necessidade de ter de eleger entre ficar sem o emprego ou a própria vida, assim acirrando as desigualdades sociais preexistentes e recolocando, em lampejo, novas mazelas do trabalho precarizado onde tem plasmado o desemprego extremo e se levantam os efeitos da tragédia sanitária com isso, “as novas configurações do mundo do trabalho assumem um padrão em que a flexibilidade é premissa marcante na configuração do trabalho” (GOMES; ROJAS; STAMPA, 2021, p. 05), o que para os autores é por meio desse novo padrão produtivo que o capital é capaz de estender em nível mais amplo a taxa de mais-valia, por meio da precarização do trabalho, reduzindo a quantidade de trabalhadores diretos vinculados às empresas, aumentando a rotatividade de trabalhadores, diminuindo a remuneração, entre outros elementos que só pioram as condições de trabalho e o acesso aos direitos dos trabalhadores (GOMES; ROJAS; STAMPA, 2021, p. 05). Como informa Antunes (2020, p. 08) ao final de 2019, antes da pandemia “[...] quase metade da classe trabalhadora achava-

se na informalidade, e em crescente expansão mais de cinco milhões de trabalhadores vivenciava a uberização do trabalho, propiciados por aplicativos e plataformas digitais” sendo assim, é tornado evidente que a idealização ao empreendedorismo (tonificando o capitalismo), o aumento exponencial do desemprego, a subutilização e a intermitência são situações que já ocorriam de forma ampliada antes mesmo do coronavírus e o que se assinala no contexto pandêmico é como as formas de controle, expropriação e opressão ficam mais explícitas sobre a classe trabalhadora que tem necessidade do seu trabalho para sobrevivência. Para Antunes (2020, p. 15), “como o avanço informacional-digital tem capacidade ilimitada de expandir-se seu caráter destrutivo se potencializa a cada período, tornando a força de trabalho global progressivamente mais supérflua e descartável”. Ainda na perspectiva do autor no tempo presente em que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) se encontram calcadas e estimuladas, “comandadas pelas relações capitalistas em sua forma mais destrutiva a situação vem se agravando profundamente e nesse trágico cenário de devastação, veio a se somar a pandemia global “ (ANTUNES, 2020, p.15-16). Com isso é na ambiência desse quadro agravado para os trabalhadores e de dominância do capital que a pandemia do coronavírus guarda a grande oportunidade para à motivação no processo de uma maior dominância neoliberal quanto as novas possibilidades de acumulação capitalista a partir da ascensão do uso das TICs, conforme pode ser observado na sequência.

É interessante observar que o ambiente virtual promovido pela pandemia vem se associando, no decorrer dos meses, a mudanças que estão sendo introduzidas por essas instituições no âmbito da administração dos processos de trabalho. Movimentos que vinham sendo desenvolvidos nos últimos anos, caracterizados pela visão produtivista, na qual o trabalho técnico é mensurado por prazos e metas, com foco em resultados, pela redução de custos, pela conformação de um(a) profissional polivalente, capaz de atuar concomitantemente em diferentes frentes, foram intensificados nesse momento. (TEJADAS E JUNQUEIRA, 2021, p. 109)

O ensino remoto, potencializado pela pandemia – vale lembrar que a modalidade do ensino virtual e o home office não são invenções pandêmicas – guardadas as diferenças locais, regionais e institucionais, vem sendo utilizado de maneira desordenada, com o

intento de cumprir orientações estabelecidas pelo órgão educacional regulador [MEC]. (FERNANDES; GOIN; ROCHA, 2021, p. 97-98)

Os fragmentos acima informam que no contexto da pandemia do coronavírus ante a circunstância de ameaça à vida e por isso, na razão de conter a transmissão do vírus e minimizar a sua letalidade, algumas atividades laborativas realizadas de forma presenciais foram deslocadas para o ambiente remoto revelando-se em um grande desafio aos trabalhadores e entre eles os assistentes sociais nesse período, por meio de limitações que se impuseram para o exercício das atividades profissionais em um difícil cenário, no qual perseveraram para os trabalhadores as exigências atinentes ao alcance de metas e prazos e, frequentemente, sendo acompanhadas por demandas de tarefas que se tornam árduas, periclitantes ou mesmo impraticáveis nesta conjuntura. Dessa forma, para o Conselho Federal de Serviço Social, “a introdução das TICs e dos meios remotos repercute nos processos de trabalho em que nos inserimos, na relação com outras profissões e trabalhadores/as, na relação com usuários/as e nas condições éticas e técnicas de trabalho” (CFESS, 2020, p. 02).

O fato é que a pandemia da Covid-19 mudou completamente a rotina da população, ficando evidente a situação da classe trabalhadora que percorre essa realidade, as alterações das atividades do labor, como indivíduos que vivenciam a perda de direitos e como profissionais que se acham com as incontáveis expressões da desigualdade e das formas de resistência, perpassando o processo de desmonte da políticas sociais, o que adiante será analisado, quando o CFESS (2020) aponta que nas áreas da assistência social e da saúde, no cenário pandêmico a crucial questão tem sido garantir condições de trabalho face à precariedade, à falta ou escassez de EPIs, à intensificação das demandas e à fragilidade dos vínculos de trabalho consequentes das contratações temporárias e urgentes. Em relação a área da educação, assinalam Fernandes; Goin; Rocha (2021, p. 93) que, o ensino remoto foi potencializado pela pandemia e tem “[...] expandido a precarização do ensino, das condições de trabalho e do acesso ao conhecimento nos seus diferentes níveis educacionais”. Essa dimensão é corroborada em nota conjunta das entidades que

compõem a executiva do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social⁶, o CFESS se expressa em relação ao trabalho e ensino remoto no contexto da pandemia do coronavírus mencionando que, esse quadro tem contingência de um Ensino a Distância (EaD) precarizado, “[...] provocando patente ampliação e acentuação das desigualdades no ensino superior, do ingresso ao processo educativo, e ocasionando consequentes impactos nas condições do trabalho profissional e na qualidade da formação em Serviço Social”. (CFESS, ABEPSS, ENESSO e CRESS-RJ, 2020, p. 2). Assim, se reconhece que foi intensificada a utilização dos meios virtuais para assegurar a continuidade das atividades laborais e acadêmicas (ensino escolar e universitário) durante o período de distanciamento social decorrente da pandemia da Covid-19 e, assim, evitar prejuízos maiores, especialmente, à educação e à saúde, o que já foi mencionado alterou a vida da população brasileira.

Salienta-se que o cenário em tempos de pandemia do coronavírus revela relações históricas de exploração/dominação e portanto, é decorrente de um projeto societário que determina o lugar hierárquico na divisão social, sexual, racial e técnica do trabalho, tal dimensão explícita que a população composta por, mulheres, negra e indígena são exponencialmente mais afetadas, residentes nas periferias mais precarizadas, com os inferiores índices econômicos (de acesso aos bens e serviços básicos e as políticas sociais), e que em geral, tem suas relações de trabalho terceirizado, flexível, subcontratado, com salários menores e jornadas de trabalho intensas e prolongadas. Dessa maneira, é incontestável que com a pandemia da Covid-19 tornou-se mais intenso e grave as contradições inerentes da sociedade capitalista, seja no âmbito social ou mesmo na alçada do Estado, seus efeitos não deixam titubeações sobre a urgente necessidade de uma transformação radical, estrutural e materialmente, portanto de superação do modo de produção capitalista.

⁶ Sobre a nota “ TRABALHO E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL”, conjuntamente elaborada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro – CRESS RJ, a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) que compõem a executiva nacional do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social e o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS é um texto de referência importante no Serviço Social sobre esse tema, visto que apresenta contribuições para reflexões implicadas com o projeto de formação e trabalho profissional crítico diante do contexto da pandemia do coronavírus. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/1NotaForumNacional2020.pdf>. Acesso em: 20 ago.2021.

Os enfrentamentos e as resistências aos desmontes das políticas sociais e no âmbito das relações e condições de trabalho “ [...] dito flexível, digital e “moderno”, que tenderá a intensificar-se enormemente se o capital pandêmico continuar a comandar o mundo de acordo com seus princípios” (ANTUNES, 2020, p.19), perante uma conjuntura que é marcada, ainda, por enorme crise econômica, desemprego estrutural, pobreza, crescimento descomunal da inflação e redução do poder aquisitivo da população, são dimensões que consistem em mediações relevantes para a luta de classes.

Fica evidente que a modalidade do ensino virtual e do home office perpassa as relações no mercado de trabalho vindo a reforçar o triunfo da ideologia do neoliberalismo, processos mediados por novas tecnologias de informação e comunicação, são acentuados no contexto da pandemia do coronavírus impactando nas condições de vida dos trabalhadores, quando tais modalidades visam a atender precipuamente às necessidades de reprodução do capital, em prejuízo das inter-relações e convivências humanas, da educação, da pesquisa e da organização política da classe trabalhadora, o fragmento abaixo ilustra o seguinte.

A atual conjuntura está sendo um laboratório para um mundo pós-pandemia, com seus mecanismos de intensificação da superexploração da força de trabalho, a exemplo das práticas de home Office, EaD (ensino à distância), teletrabalho, desenvolvimento e dependência das tecnologias de informação e comunicação (TIC), inteligência artificial, etc. Estas modalidades levam à individualização do trabalho, ao distanciamento da organização social e sindical, à tendência de supressão de direitos e à intensificação da desigualdade social e racial. Assim, tecem os caminhos para a barbárie social, em que a classe trabalhadora é a maior prejudicada e penalizada pelo modo de produção capitalista, agora em sua face de capital pandêmico. (FERNANDES; GOIN; ROCHA, 2021, p. 99)

Como se pode evidenciar, no extrato as práticas de home Office, ensino à distância e teletrabalho ou trabalho remoto se põem a experimentações que respondem pela intensificação da exploração do trabalho e colocam desafios a organização política da classe trabalhadora assinalando que, “[...] precisamos pensar em saídas e proposições consistentes, que respondam às demandas de

médio e longo prazo”. (CFESS, 2020, p. 02), desse jeito esse panorama aponta que refletir em saídas relacionadas apenas na sugestão e sensação de que o contexto face à Covid-19 está perto do fim parece ser insuficiente para responder aos problemas sociais. Importa destacar que no capitalismo tudo se torna mercadoria, mulheres, crianças e homens explorados pelo trabalho, quando se tem a força de trabalho para o capitalista como fonte criadora de valor necessário, à acumulação de riqueza, mediante extração de mais-valor e prática de lucro, imprescindível a reprodução do modo de produção capitalista. Confere evidência a manifestação estrutural do capitalismo frente, “[...] à tendência de supressão de direitos e à intensificação da desigualdade social e racial” e, desse modo “ [...] os caminhos para a barbárie social, em que a classe trabalhadora é a maior prejudicada e penalizada pelo modo de produção capitalista” (FERNANDES; GOIN; ROCHA, 2021, p. 99) já que, o contexto pandêmico dá visibilidade a dimensão absoluta de desigualdades que decorrem da relação capital-trabalho, que não deve ser negada por análises limitadas. Quanto a circunstância que se vê relacionada a pandemia da Covid-19 e o encadeamento da aceleração do curso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no trabalho, se identifica a ênfase e o reforço crítico para as questões da individualização do trabalho e do distanciamento da organização social, política e sindical, o que vem a contribuir para tornar mais evidentes os traços das contradições intrínsecas do sistema do capital, conforme Prates, et.al (2020, p. 33), analisa “o processo de individualização legitimado pela classe dominante, visa fragmentar os trabalhadores no coletivo, negligenciando-os em sua inserção classista e negando a existência da luta de classes”, em um cenário que exacerba as diferenças entre as classes sociais, onde a classe burguesa tem superiores condições, privilégios para enfrentar a pandemia e a classe trabalhadora tem que expor-se para sobreviver, é o fogo cruzado, uma agudização e aprofundamento no campo da luta de classes. Ressalta-se que não é possível desconsiderar “[...] a redução do trabalho vivo pela substituição das atividades tradicionais por ferramentas automatizadas e robotizadas, que [...] amplia o monumental exército sobrando da força de trabalho, que não para de crescer nesta fase mais destrutiva do capital” (ANTUNES, 2020, p. 22), um fenômeno que já

estava sendo gradualmente incorporado como terreno para a acumulação e exploração da força de trabalho e com o acirramento da luta de classes na atual conjuntura os direitos estão sendo cada vez mais dizimados. Tal condição tem revelado importantes danos em termos de proteção social para a classe trabalhadora, e tem correspondência pela insatisfação dos trabalhadores, pois a proteção social, de forma progressiva vem sendo matéria de questionamento da elite burguesa que na manutenção e na defesa de um projeto claramente privatista para seguridade social tem se utilizado do dispositivo das contrarreformas e cortes orçamentários, por isso a crise do capital imbricada à sanitária determina princípios de mudanças no ordenamento das políticas públicas e modificações no mundo do trabalho, que tencionam a recuperação de lucro do capital e reverberando de modo desumano nas condições de vida e trabalho da população.

Assim entende-se por desmonte das políticas, a partir da leitura dos artigos o ataque aos direitos sociais com grandes e progressivos cortes e contingenciamento de gastos e recursos fornecidos pelo governo federal para setores/instituições como: a previdência social, a assistência social, o Sistema Único de Saúde e a educação pública.

A situação de pandemia expõe com muita crueza as dimensões contraditórias desse processo: de um lado, a falência das medidas ultraneoliberais que desfinanciaram as políticas sociais, especialmente o SUS e o SUAS, os sistemas de proteção social mais requisitados no contexto da pandemia. E, ao mesmo tempo, a necessidade de mais Estado e do fortalecimento das políticas públicas para enfrentamento dessa grave crise. (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p.143)

Diante do cenário de retrocessos estruturantes no âmbito dos direitos e das políticas sociais que se adensaram no contexto da pandemia da Covid-19, revela-se fundamental apreender como a crise sanitária e a implementação de medidas ultraliberais vêm aprofundando a desigualdade social, no Brasil. O modelo de acumulação capitalista já se encontrava em declínio antes mesmo da pandemia – cuja referência é feita à crise estrutural do capital. (FERNANDES; GOIN; ROCHA, 2021, p. 88)

As contrarreformas neoliberais nesse contexto da pandemia só agravaram os processos já existentes de desmonte e de privatização do Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de

Assistência Social, da Previdência Social etc. Retirada das parcas políticas sociais duramente conquistadas pela classe trabalhadora nos governos imediatamente anteriores. (EURICO; GONÇALVES; FORNAZIER, 2021, p. 86-87)

Em meio às diversas ações de desmonte da seguridade social, a de maior magnitude em termos de devastação do sistema de proteção social brasileiro foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que instituiu um novo regime fiscal que congelou os gastos primários por vinte anos, entre eles os investimentos em políticas sociais. (SOARES; CORREIA; SANTOS, 2021, p. 120-121)

A partir dos fragmentos acima, é possível destacar que a conjuntura de ajustes fiscais permanentes e contrarreformas neoliberais responderam pelo desmonte das políticas sociais que na ocorrência da pandemia deixam a classe trabalhadora desprotegida e sem direitos.

Quando a pandemia chega ao Brasil já se tem o contexto de desmonte das políticas sociais, por um processo permanente de ajustes fiscais, os quais nunca permitiram fazer com que a Seguridade Social efetivamente pudesse ser implementada nos princípios e garantias da CF/88.

A política social possui uma trajetória histórica determinada na sociedade burguesa, é resultante da luta de classes, logo, marcada por contradições, se combina ao processo de acumulação como recurso de gerenciamento da força de trabalho e de reprodução ampliada do capital, atende as necessidades de reprodução da força de trabalho, dessa forma é disputada pela classe trabalhadora, possui fundo público e altera-se com os ciclos do capital.

Conforme, Salvador (2017) acerca do fundo público,

O fundo público exerce pelos menos quatro funções na economia capitalista: a) o financiamento do investimento capitalista, por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por redução da base tributária das empresas e de seus sócios; b) a garantia de um conjunto de políticas sociais que asseguram direitos e permitem também a inserção das pessoas no mercado de consumo, independentemente da inserção no mercado de trabalho; c) assegura vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, e nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas; d) assegura no âmbito do orçamento público a transferência na forma de juros e amortização da dívida pública para

os detentores do Capital Portador de Juros (CPJ) (SALVADOR, 2017, p.429)

Antes do golpe de 2016, já se viu delineado o cenário do ajuste fiscal permanente com desfinanciamento e com desinvestimento do poder público, ainda que com um pouco de remoção sutil das origens dos governos petistas, conforme se pode observar no fragmento abaixo.

Uma das decorrências mais brutais do modelo neoliberal é o desmantelamento das políticas sociais, em que serviços públicos fundamentais, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) e do ensino público precisam ser defendidos cotidianamente contra a privatização. O corte de verbas para a saúde e para a educação, que vem se ampliando desde o governo Lula, é uma das principais formas de abertura para a iniciativa privada e o desmonte do serviço público. O estrangulamento financeiro dessas políticas evidencia a ofensiva da lógica mercantilista na promoção do acesso ao direito à saúde e à educação, evidenciando a exclusão cotidiana da população mais pobre. (FERNANDES; GOIN; ROCHA, 2021, p. 92)

Contudo, após golpe, introduziu-se com rapidez as contrarreformas, as mais destruidoras para os trabalhadores, destacadamente com a EC nº 95, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Morte, que mantém os gastos primários federais congelados por vinte anos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro. Ocorre também neste período, outra grande ofensiva sobre a classe trabalhadora por meio das contrarreformas trabalhista e previdenciária, o suporte regulador às terceirizações e à precarização do trabalho. As contrarreformas trabalhista e da previdência não conseguiram provocar os efeitos que o presidente Bolsonaro e seu Ministro da Economia Paulo Guedes desejavam, já que, não se realizou a expectativa de retomada da economia, tão pouco o crescimento de empregos formais, registou-se um crescimento do trabalho sem carteira e por conta própria, efeito das contrarreformas.

Neste processo econômico, social e político houve o choque exponencial com a pandemia, foram tomadas medidas de redução de salário, acompanhada de redução de jornada, suspensão de contratos de trabalho sem demissão, e políticas de proteção às empresas por intermédio da MPs nº 927 e 936. Mesmo assim, dados

do IBGE apontavam que, até junho 2020, ocorreu fechamento de 7,8 milhões de postos de trabalho e a requisição de seguro-desemprego para 3,9 milhões de trabalhadores. No mês seguinte, a taxa de desemprego chegou a mais de 13% e 522 mil estabelecimentos encerraram atividades eventualmente ou definitivamente. Com isso, se percebe que no momento extremo da situação pandêmica, na tentativa de minorar os impactos da crise do capitalismo o governo lança mão de recursos corriqueiros da pragmática capitalista clássica que não foram suficientes para dar conta das ausências e urgências econômicas, sociais e políticas em dimensões exacerbadas, pois necessariamente, são de ordem estrutural e, portanto, é correspondente a aceleração da acumulação burguesa e sua manifestação é em medida, a profundidade do processo de degradação e violação de direitos que sofre o conjunto dos trabalhadores e a população brasileira face aos interesses do mercado na busca da valorização do capital, conforme pode ser observado nos fragmentos abaixo.

A ameaça que a pandemia representa é acompanhada da reposição e acentuação do caráter perverso e destrutivo da formação de uma agenda ultraneoliberal que privilegia políticas de ajuste fiscal e desmonta progressivamente as bases de financiamento do sistema de proteção social. (BEZERRA E MEDEIROS, 2021, p.158)

[...] neste contexto de tríplice crise – econômica, política e sanitária – explicita-se a ruptura do pacto social construído em torno da Constituição Federal de 1988 (especialmente na Seguridade Social), com base na ideia de que ela não cabe no orçamento, que os direitos sociais oneram demais o fundo público e que o enfrentamento da crise é de responsabilidade de toda a sociedade. Decorrem daí os apelos ao empreendedorismo, ao solidarismo social, à solidariedade do capital. (RAICHELIS E ARREGUI, 2021, p. 143)

No contexto da Covid-19, observando o teor das políticas sociais e dos direitos perfaz o aprofundamento do ultraneoliberalismo e o direcionamento político conservador com a dimensão reacionária que sucessivamente se torna mais intensa a partir do governo de Jair Bolsonaro, situações que se determinaram para as condições de agudização da desigualdade socioestrutural e, por consequência se revelam no cenário de desmonte do sistema de proteção social brasileiro ficando

evidente pela dinâmica das medidas dos ajustes fiscais que reverberam na redução do financiamento público e dos investimentos nas políticas sociais com “transferência nunca antes vista de fundo público para o capital” (BOSCHETTI e BEHRING, 2021, p. 73), o que se verifica a partir da contrarreforma previdenciária, da contrarreforma trabalhista e da Emenda Constitucional nº 95, é que na instituição de um novo regime fiscal se estabeleceu a execução mínima para realizações de serviços públicos de saúde, assim se assinala com destaque a gravidade dos seus desdobramentos nas áreas sociais, fundamentalmente, saúde, educação, habitação, segurança alimentar e assistência social, pois a imposição de tais medidas mostra sobremodo a destruição dos direitos sociais, nesse sentido apontam Raichelis e Arregui (2021) que se torna explícita a interrupção do pacto social erguido pelos fundamentos da Constituição Federal de 1988, especialmente, no que tange a Seguridade Social, sob o discurso que está contido na representação de que a mesma não adequa-se ao orçamento público, já que os direitos sociais sobrecarregam o fundo público de modo que cabe a toda sociedade os sacrifícios necessários para combater a crise.

Isto posto, fica evidente que a máxima da falta de recursos vem sendo ostensivamente reproduzida para justificar os elementos ultraneoliberais da agenda em curso, abarcando e direcionando os recursos públicos para o fortalecimento do setor privado, desse modo favorecendo as instituições financeiras, atendendo a orientação de acumulação e avançando os padrões de favorecimento do capital, circunstância que responde pela gravidade da conjuntura pandêmica compreendida que a mesma reverbera e atinge desigualmente os desiguais, ou seja, os trabalhadores pobres que lutam cotidianamente pela sua sobrevivência mais imediata. Assim, é que se está diante do evidente empobrecimento da população sendo que seus efeitos na sociabilidade são cruciantes e se acham conformados a performance do Estado cuja consequência tem sido uma brutal e crescente omissão da assistência à saúde e da assistência social e como elementos implicados pode-se arrolar: a morosidade, a debilidade e os vácuos assistenciais, posto que se reconhece o sucessivo desmonte das políticas sociais e a consequente destituição do sistema de proteção social, da assistência, da saúde e da previdência pública

determinando a ausência de direitos e do que se propõe em termos de instrumentos e recursos, os quais possam ser efetivamente garantidores de acesso frequente e contínuo às políticas sociais e aos cuidados da população brasileira, especialmente, se pode identificar que o projeto em curso no país tem favorecido em proporção maiores os mais ricos em detrimento das pessoas que dependem basicamente do Sistema Único de Saúde (SUS), as quais enfrentam cotidianamente às filas intermináveis, à continência de leitos hospitalares, os obstáculos de agendamento de consultas e de realização de exames clínicos, às limitações de abrangência dos serviços assistenciais de média e alta complexidade, as possibilidades precárias de encaminhamentos articulados a intersectorialidade da rede socioassistencial e com efeito à totalidade do acesso aos bens e serviços de saúde de amplos segmentos da população brasileira.

Neste contexto de desmonte das políticas sociais e de regressão de direitos sob a égide das orientações neoliberais e que tem no Estado o papel indutor das mudanças que vem correspondendo as pressões da crise do capital, é importante considerar os argumentos centrais de Prates; Carraro; Zacarias (2020), que assinalam:

Se for levado em conta o contexto presente de retrocesso de direitos, assiste-se a uma retomada de análises e iniciativas de proteção social de cunho meritocrático e conservadoras que, com críticas similares, buscam desconstituir direitos, culpabilizar aqueles que lutam contra as interdições e por uma vida mais digna, deslocando de sua raiz as expressões da questão social que se agudizam. Igualmente, penalizam os mais pobres, que mais necessitam dos serviços públicos, negando-lhes o atendimento de suas necessidades mais elementares, como o direito à vida, e ofertando-lhes políticas públicas focalizadas, de caráter gerencialista e voltadas ao alívio imediato da pobreza. (PRATES, CARRARO, ZACARIAS, 2020, p.27)

É irrefutável que o Sistema Único de Saúde (SUS) cumpre notável função de garantir o acesso a saúde pública como direito de todos e dever do Estado e mais contundente ainda se revela a sua contribuição no contexto pandêmico isto significa que dificilmente a população brasileira teria a possibilidade de acessar os direitos de saúde e de proteção à vida sem que antes houvessem no momento histórico os esforços cabais dos trabalhadores, a partir das lutas sociais e que adquirindo a

densidade refletiu-se em avanços no campo dos direitos sociais e da cidadania, combinados à materialidade da Constituição Federal em 1988, e que no cenário de pandemia da Covid-19 não poderia ser mais expressiva. Porém, após anos acumulados de desfinanciamento sistemático do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Previdência Social, que estabeleceram o esfacelamento histórico da Seguridade Social e, extensivamente implicaram no intencional projeto de desmonte das políticas públicas e do conjunto dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores desde o processo de redemocratização do país por meio dos movimentos de luta popular advindos da sociedade civil organizada.

À medida que se assinala as políticas sociais ampliaram as conquistas no campo dos direitos sociais também é fundamental destacar a função central do Estado no contexto da formação do capitalismo, a partir das particularidades brasileira, que se determinou como substancial agente econômico e político desse processo. Dessa forma, a dimensão do espaço público para viabilizar os interesses privados das classes dominantes, dependente da forma subalterna do capital internacional, se tornou uma das características fundamentais da realidade política brasileira, como analisa Tejedas e Junqueira (2021, p. 106), “[...] um projeto de Estado mínimo que alimenta o capital financeiro e direciona o fundo público para os interesses do capital, no qual as políticas públicas se (des)universalizam, focalizam e precarizam ao mesmo tempo”. Conforme Behring (2018), as repercussões no cenário presente da intervenção estatal no contexto da crise estrutural do capital revelam o aprofundamento da direção burguesa sob hegemonia do capital financeiro na condução do Estado, apesar das relações de contradições, com isso se verifica o aumento do poder de decreto, de desprovimento democrático, de recrudescimento da violência sobre a população e de forte intervenção econômica por meio da alocação do fundo público [...] como componente da reprodução ampliada do capital (BEHRING, 2018, p. 51), em concordância com a autora e aos argumentos consistentes apresentados o que se revela contundente são os movimentos e tensões no campo dos projetos societários em disputa e frente a essa conjuntura, torna-se indispensável a defesa da Seguridade Social e a luta pelos

direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, contudo é importante apreender que as conquistas da classe trabalhadora em relação as políticas sociais de maneira alguma podem paralisar com os direitos burgueses, desse modo elas precisam serem vistas como meios de transição para a emancipação social, ou seja, as políticas sociais porque derivam do Estado burguês, tendem como forma de pacificação da classe trabalhadora e de amenização das expressões da questão social, assim não tem pretensões de ruptura com o sistema capitalista, sendo significativo registrar que elas são fundamentais na luta de classes e necessárias ao acréscimo de força na disputa política da classe trabalhadora.

Os avanços das barbáries investidas pelo capitalismo em sua lógica da financeirização globalizada e a regressividade imposta pelo neoliberalismo vem ocasionando o mais negligente desmonte das políticas sociais que no contexto atual de reação conservadora representa dimensões ampliadas da criminalização da pobreza que se reflete pela culpabilização dos trabalhadores empobrecidos e sua condição de classe, expondo a naturalização da pobreza penetrada pelo ódio de classe, o desemprego em massa, a imposição do trabalho precário e a retração da proteção social e cujo processo de desumanização vem se revelando em tão alto nível de violações de direitos.

De acordo com Prates (2020), o imperativo das políticas de austeridade econômica tem proporcionado o desmonte de políticas públicas e amplificado as dimensões privatistas nas agendas de governo e nas decisões do estado, resultando a redução do poder de barganha da classe trabalhadora, o aumento do desemprego, das desigualdades sociais e da pobreza (PRATES, 2020, p.10). Constata-se que no panorama brasileiro o receituário econômico do neoliberalismo a vigência das providências recentes de austeridade como pretexto para enfrentamento da crise do capitalismo foram centrais para o desmonte de um sistema de proteção social, ainda recente e em processo de desenvolvimento, que historicamente vem recebendo pouco investimento, condição que nos últimos anos é agravada a partir da implementação da Emenda Constitucional 95. Vê-se que os princípios neoliberais relacionados à proteção social e amparados pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial se efetivam em propostas

pertinentes ao repertório da flexibilização do mercado de trabalho, da redução do custo com a força de trabalho e da transferência de sistemas públicos e de distribuição por sistemas de capitalização privada, entre as medidas mais representativas de escalada da insensatez que o governo colocou em prática foi a EC 95, pois inviabilizam as políticas públicas que asseguram direitos, percebidas com plena visibilidade quando o país necessita de soluções a questão da pandemia por intermédio do Sistema Único de Saúde. Desse modo, é possível afirmar que o reconhecimento de um Sistema de Saúde potencializado pela luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho se revela nas dimensões de porte do SUS na excelência que vem sendo e é decisivo no processo de evitar que os agravos da pandemia impostos pela Covid-19 à população brasileira sejam ainda mais barbarizantes. No entanto, as medidas de transformar as políticas sociais, sublinha-se a saúde, como vigoroso nicho de mercado, imposto pelo projeto neoliberal concreto, especialmente, em referência aos últimos governos, de Michel Temer e Jair Bolsonaro, comprimiu a capacidade potencial do sistema, agudizando a sua precarização. Para Souza (2021) a pandemia da Covid-19 comparece nesse mosaico social deixando essa questão mais evidente, já que o seu enfrentamento é limitado pela capacidade dos sistemas públicos de saúde e suas sequelas se agravam frente as políticas sociais fragilizadas (SOUZA, 2021, p. 190). Carneiro; Carvalho; Araújo (2021) analisam as políticas que dão materialidade ao sistema de Seguridade Social no decorrer de mais de 30 anos, representam contradições consequentes de exigências do capital, a impor limites estruturais à sua plena implementação, na garantia de direitos sociais na perspectiva da Proteção Social Brasileira (CARNEIRO; CARVALHO; ARAÚJO, 2021, p. 175).

Isto posto, fica evidente a regressividade imposta pelo neoliberalismo correspondente aos processos de desmantelamento dos direitos sociais, em contexto de agudização das crises do capital que, na perspectiva marxista, exprimem as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, na busca incessante por superlucros e se reconhece na atual conjuntura o encolhimento do Estado social (burguês) cada vez mais desmontado, com efeitos a desproteção e a insegurança social, trata-se das sucessivas e arrasadoras ações por intermédio das

contrarreformas nas políticas sociais, quando o objetivo é limitar o orçamento público pelo caminho da restrição e da redução dos direitos, promovendo o oferecimento mercantil de bens e serviços, e na míngua de direitos sociais de subsistência, impele a classe trabalhadora pôr à disposição sua força de trabalho no mercado seja qual for o custo e submeter a domínio às mais perversas e precarizadas relações de trabalho. Com isso, considera-se que de modo bárbaro esses processos são determinantes no contexto pandêmico, pois os impactos ocorrem na forma ainda mais acentuada quando os trabalhadores necessitam de mais proteção social para enfrentar as refrações da crise, para assegurar o mínimo necessário à sua reprodução, essa estrutura acha-se reduzida, por condições de redução das despesas na realização de direitos, limitando as possibilidades de acesso dos trabalhadores e das suas famílias aos recursos necessários à reprodução da sua própria vida.

Ao buscar analisar como o Serviço Social está discutindo as implicações e mudanças decorrentes da pandemia considerando a conjuntura e as determinações sociais, políticas e econômicas do tempo presente constata-se que a situação pandêmica imposta pela Covid-19 afetou a sociedade em geral, mas sob o prisma de classe, mais especificamente, aprofundou as disparidades entre as classes sociais, deixando evidente o aumento da desigualdade social e a acentuada concentração de riqueza e distribuição de renda na mão de poucos ainda maior em um momento em que predomina o quadro de pandemia.

A conjuntura atual de crise estrutural do capital e a realidade pandêmica do ponto de vista da classe trabalhadora são de decadência que atinge todas as dimensões da vida humana, representando a intensificação da violência, mormente estatal e a constante e cada vez mais estendida barbarização da vida. O cenário de emergência sanitária revela a expressividade das histórias de vidas subtraídas e que adentra o descaso, a omissão, a negligência e o autoritarismo do poder público, no que se entende como primazia a responsabilidade do Estado em assegurar condições de proteção para população brasileira, que correntemente se volta ao esquivamento desse indicativo.

A pandemia da Covid-19 colocou em evidência os interesses econômicos das classes dominantes e se acresce o apoio institucional e as escolhas políticas do governo federal, se reconhece como tendência a intensificação dos movimentos relacionados ao negacionismo, não só das vacinas, mas também da ciência de forma geral, as inúmeras expressões de ataque ao sistema democrático, os atropelos e vilipêndios ao pensamento crítico, que contribuem para o adoecimento e disseminação da Covid-19 com implicações no contexto de vida da classe trabalhadora, tanto quanto gera um cenário de desinformação e confusão e, com consequente desqualificação do potente Plano Nacional de Imunização (PNI) e do Sistema Único de Saúde incide na preocupante e grave situação já em curso de retrocessos em termos históricos de saúde pública.

As dimensões político-ideológicas envolvidas ao contexto pandêmico e refletidas na produção bibliográfica assinalam a vigência conservadora com a tônica dos avanços de partidos de direita e de extrema direita em escala global e, no caso do Brasil, apontam a trajetória ascendente a partir do golpe de 2016 e o seu fortalecimento, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro, vociferando ameaças em todas as direções, que indicam um ciclo de violência e de ódio de classe, o qual repercute demasiadamente sobre as populações ainda mais vulnerabilizadas pela circunstância do quadro pandêmico. Tais práticas marcam a ofensiva burguesa, tendo em vista a defesa dos seus interesses, consequentemente o que se observa é a forma ainda mais aperfeiçoada, generalizada e intensificada das perseguições e das intolerâncias de cor/etnia, de classe, de gênero, de crença religiosa e de orientação política, explicitando que as expressões da questão social foram agudizadas na pandemia da Covid-19, assim desvelando os sistemas de dominação e exploração sobre os quais o capitalismo se estruturou e deles necessita para seu absoluto funcionamento. E que se expressa, muito particularmente, sobre a conduta de Bolsonaro e de ministros e ex-ministros na ambiência da pandemia com tal ofensiva sobre a classe trabalhadora e por sua vez, é acompanhada no âmbito econômico e social pelo aumento do nível de empobrecimento, de miserabilidade e de desemprego aos trabalhadores. Consta-se que ao impulso de qualquer intenção e esforço no enfrentamento da

Covid-19, particularmente por parte do governo federal essa dinâmica foi dificultada, restringida e deformada, enfim tornada irrelevante e reduzida, ações para trazer as respostas à pandemia se atrelam a uma mesa de negócios, de outro lado é registrado a importância das lutas sociais que se revelaram imprescindíveis neste cenário pandêmico em contraponto a lógica perversa do capital, mostrando-se potencializadas para construção da resistência à ordem burguesa.

As produções do Serviço Social apontam que a pandemia da Covid-19 acelerou e expôs processos de desigualdades sociais, como consequências da natureza e da lógica do capital de buscar incessantemente a acumulação constante e expansiva, e como resposta se verifica que as mudanças situam-se num campo onde se tem um patamar mais elevado de intensificação da exploração dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se conjuga o incremento das políticas de austeridade econômica e se evidencia a retração do Estado burguês para as dimensões do social ainda maior que nos períodos anteriores, logo paulatinamente mais subordinado diretamente aos interesses burgueses. Descortinam o desmonte das políticas sociais, evidenciando o significativo retrocesso em direção a formas mais restritivas de direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora, especialmente assinalado o exercício da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 2016 e as contrarreformas trabalhista e previdenciária deste modo, constata-se que sobre as condições de vida da classe trabalhadora incidem as transformações no âmbito das legislações e de políticas e direitos sociais, e no limite as implicações decorrentes da pandemia da Covid-19 que demonstra as imprescindibilidades específicas de consumo e de produção, a autorreprodução e os nichos de valorização do capital ficando evidente que sobrepõem-se à esfera das necessidades humanas básicas.

4.4 Estratégias de enfrentamento e resistências frente ao contexto de pandemia

Para responder a terceira questão norteadora “como a categoria profissional está debatendo os desafios e apontando as possibilidades de enfrentamento e resistência frente ao contexto da pandemia?” foram desenvolvidas duas categorias,

sendo elas: A- reafirmação do Projeto Ético Político. B- Atuação coletiva forma de resistência e engajamento.

Por reafirmação do Projeto Ético-Político a partir das bibliografias, o enfrentamento do avanço conservador, baseando-se no pensamento crítico com responsabilidade ética e política que, para tanto, precisa negar a base tradicional.

O Serviço Social tem sido convocado para atuar, junto com os(as) demais trabalhadores(as) da saúde, na linha de frente no enfrentamento da covid-19. Em meio a condições de trabalho precárias e, muitas vezes, como trabalhador(a) precarizado(a), com vínculos temporários, assistentes sociais em todo o país tiveram que lidar, inclusive, com demandas não condizentes com suas atribuições profissionais. Todavia, contraditoriamente, exercitaram sua relativa autonomia profissional com capacidade propositiva, a partir dos fundamentos do projeto ético-político profissional, na resistência em defesa da vida e dos direitos de todos(as). (SOARES; CORREIA; SANTOS, 2021, p 119)

O Serviço Social, com seu projeto ético-político-profissional, foi capaz de propor as respostas mais qualificadas às demandas complexas da crise sanitária e das expressões da questão social, a partir de estratégias coletivas de reflexão sobre a realidade e o planejamento, articulações interna e externa aos serviços, inclusive junto aos movimentos sociais, potencializando o tensionamento dos limites da relativa autonomia profissional, na defesa do SUS, da reforma sanitária e de uma sociabilidade emancipada. (SOARES; CORREIA; SANTOS, 2021, p.130)

Contexto nos impõe a defesa do projeto ético-político profissional, mas também das bandeiras da Reforma Sanitária dos anos 1980, que hoje passa pela defesa do SUS e seus trabalhadores, da democracia e, fundamentalmente, pela defesa da vida acima do lucro. (SILVA; CASTRO; SOUZA, 2021, p. 47)

Atuar consoante com o projeto profissional requer uma constante reflexão ética, para não cairmos na mecanicidade e reprodução dos valores hegemônicos racistas, cisgêneros e heteropatriarcais. (DANTAS; SOUZA; PINHEIRO, 2021, p. 168)

Portanto, embora o capital se aproprie hegemonicamente das tecnologias digitais para ampliar os níveis de produtividade e de superexploração do trabalho, é preciso adotar estratégias para tensionar e utilizar essas tecnologias na perspectiva contra-hegemônica de fortalecimento dos valores ético-políticos que

orientam o projeto profissional. (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p.147)

Na busca da efetivação de uma formação crítica em Serviço Social no Brasil hoje, cabe o enfrentamento do avanço conservador, baseando-se no pensamento crítico com responsabilidade ética e política, que, para tanto, precisa negar a base tradicional e reafirmar seu Projeto Ético Político. (CARDOSO; CANÊO, 2021, p. 82)

Com base, nas bibliografias é possível identificar que o projeto ético-político se encontra relacionado a necessidade de sua reafirmação e de seu fortalecimento, no enfrentamento e na resistência frente a crise e a pandemia.

O projeto ético-político no Serviço Social tem como essência a liberdade como valor ético central, compromisso com a autonomia, emancipação e plena dos sujeitos, a defesa intransigente dos direitos humanos, assim como, a defesa radical da democracia e da cidadania. Neste sentido, pensar a relevância do projeto profissional como processo de ruptura com o conservadorismo e como este se materializa nas diferentes ações cotidianas, se revela como fundamento inesgotável de debate e análise. Analisar os desafios apresentados à profissão atualmente, em tempos tão nebulosos de retrocessos e destruição de serviços públicos e direitos, convoca a reflexão também formas de enfrentamento, resistência e luta. O processo de permanente construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, o qual se consolidou em meio a profundas transformações na sociedade capitalista, nesta conjuntura de crise estrutural do capital, mantém-se vivo e atual.

A crise do capital agudiza ainda mais as formas de exploração dos trabalhadores, dessa forma assinala-se que o tempo presente coloca na pauta do dia a atualidade da luta pela transformação radical da realidade social, vinculada aos enfrentamentos necessários na luta de classe em um cenário regressivo para a humanidade.

Com base, nas bibliografias estudadas entende-se por atuação coletiva forma de resistência e engajamento as lutas da classe trabalhadora que reivindicam garantias de direitos sociais.

Só a luta coletiva é capaz de transformar a realidade. A resistência individual não é suficiente. (DANTAS; SOUZA; PINHEIRO, 2021, p.170)

O debate acerca do exercício profissional na pandemia não pode se afastar das lutas mais amplas da categoria e da organização geral dos trabalhadores e trabalhadoras, daí a necessidade de aproximação e participação nos movimentos contra hegemônicos na saúde, como a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, assim como os fóruns regionais a ela vinculados. (SILVA; CASTRO; SOUZA, 2021, p. 47)

É no embate diário e na ação miúda do cotidiano profissional que é possível encontrar a potência para a conformação de práticas que fortaleçam os caminhos para a resistência, a luta coletiva e a emancipação humana. (TEJADAS; JUNQUEIRA, 2021, p. 114)

Tendo o entendimento de que ações, como por exemplo a luta para assegurar a política de previdência social não é capaz por si só de acabar com a relação de exploração presente no modelo capitalista de sociedade, exige a luta de todas/os trabalhadoras/es em prol de um outro projeto societário. (SEMZEZEM; CARTAXO, 2021, p.238)

Pelos fragmentos acima visualiza-se as pautas de lutas que se apresentam no contexto de pandemia ao Serviço Social, como profissão e como trabalhadores inseridos na divisão sociotécnica do trabalho.

A atual política de austeridade econômica, impõe cortes de investimentos nas áreas sociais em processo de regressão civilizatória, caracterizado pelo aumento do desemprego, agudização da pobreza e, por consequência, flagelo e mortes. Assim é na organização política e na construção de alianças sociais fortalecidas no conjunto das lutas da classe trabalhadora em torno de um projeto de resistência a essas tendências que se destaca a importância da ação política nesses tempos difíceis, todavia se considera a necessidade de que questões relacionadas aos recursos de sobrevivência estejam de imediato articuladas com transformações mais profundas e, especialmente, concatenada a elevação de consciência e de organização dos trabalhadores no sentido de agarrar pela raiz os problemas sociais consideradas essa uma condição absolutamente necessária aos embates entre capital e trabalho. Para Tonet (2021, p.03), esses efeitos não derivam da incapacidade de produzir riqueza suficiente para atender as necessidades humanas antes, é pelo excesso de capacidade de produzir riqueza, mas sob a forma da

propriedade privada capitalista. Assim, o que se observa neste contexto pandêmico é a riqueza de poucos acompanhada da privação do necessário para muitos e por consequência, a situação de pauperização da maior parte – a classe trabalhadora que a produzem. Logo, a pobreza, a pauperização e as desigualdades intensificadas na situação da pandemia da Covid-19 são por consequência da exploração da força de trabalho e da riqueza expropriada do trabalhador e apropriada pelo capital. Nesse sentido, se entende como de fundamental importância esse reconhecimento, como fruto do modo de organização da sociedade sob a natureza e a lógica do capital, já que inúmeras e importantes lutas estão sendo encadeadas pelo conjunto da classe trabalhadora, por intermédio de organizações e lutas coletivas.

Ainda, tal quadro esboça a relevância de apreender sob os ensinamentos e os princípios do materialismo histórico os sentidos dessas lutas, não só no que confere as dimensões de possibilidades, mas também as circunstâncias dos limites, compreendendo que possam apoiar e orientar os caminhos das lutas iminentes e os enfrentamentos futuros como o que se aproxima no âmbito eleitoral neste ano de 2022, conscientes que a transformação social contém em si o protagonismo da classe trabalhadora e se encontra na superação radical e integral de todo cunho de exploração e dominação, considerando-se que esses são desafios inscritos no estágio atual da ordem do capital em busca da superação da sociabilidade capitalista.

Analisa Bezerra e Medeiros (2021, p. 158), que a determinação do trabalho assalariado continua sendo ponto de mira da intensificação das contradições da sociedade capitalista, pertinente à ofensiva do neoliberalismo no contexto da Covid-19 se tem a agudização das contradições do sistema do capital em seu modo mais tradicional, “o acirramento da questão social como decorrente da Lei Geral da Acumulação Capitalista que guarda a polarização entre concentração de riqueza e miséria”. O que se evidencia é a constatação, brutal e explícita de mudanças no contexto de vida da classe trabalhadora que despontam com o panorama da Covid-19 nesse processo a população supérflua necessária e de máxima relevância para o capital conferindo o quadro de expansão do desemprego e a consequente

ampliação do exército industrial de reserva confirma a estratégia de ter trabalhadores sempre prontos e à disposição do capital sendo que em confronto ao cenário de emergência sanitária combina necessariamente e de forma mais aprofundada a precariedade e a insegurança, se estende as dimensões de exploração e de controle aos trabalhadores, alargando o trabalho desprotegido para aqueles que ainda contavam com alguma forma de proteção.

Além disso, nessa esteira bárbara que se inscreve o quadro sanitário se vê adensado os princípios do neoliberalismo espraiando-se os efeitos dos processos de privatizações em movimento combinado e articulado compõem os resultados das acentuadas restrições da utilização do fundo público para as políticas sociais e se mostra limitado ao mínimo o emprego de recursos para manutenção e estabelecimento de benefícios assistenciais monetários que adquirem ainda maior importância na presente situação familiar e de insegurança alimentar que alcança a vida de milhões de brasileiros, sendo assim tão patente está a superexploração da força de trabalho e, as condições que inevitavelmente geram controle a submeter os trabalhadores a quaisquer posições e relações de trabalho e imperativos sanitários, por consequência esse controle também torna maior a quebra de resistência da classe trabalhadora no sentido da luta por melhores condições de trabalho e de vida.

A partir de Mota (2018) se tem caracterizadas as expressões que revelam o aumento da exploração dos trabalhadores e a subsunção do trabalho ao capital.

A redução da qualidade e do tempo real de vida do trabalhador pela intensidade e extensividade das jornadas de trabalho, pela penosidade e multifuncionalidade, adoecimento no trabalho, além do trabalho em domicílio e da mobilidade urbana determinam o sitiamento de qualquer projeto de vida do trabalhador e sua família (ético-político, pessoal, social), empobrecendo suas objetivações e ideários, dada a centralidade da luta pela sobrevivência, o medo do desemprego, o desalento, a insegurança, as incertezas e os riscos do trabalho. Igualmente fraturam a organização e a solidariedade coletiva das classes trabalhadoras, determinada pelo esgarçamento da vivência (MOTA, 2018, p. 183)

Diante disso, afirma-se que a lógica reprodutiva do capital no movimento de marcha ascendente no ritmo exploração - expropriação baliza mudanças nos

processos, relações e condições de trabalho, adjacente ao adensamento do desmonte de políticas sociais, de corte de benefícios e supressão de direitos demonstram que as transformações provocadas pelo coronavírus repercutem de forma dilatada e direta sobre o modo de vida da classe trabalhadora com capacidade de assombro em medida equivalência ao próprio coronavírus.

O Serviço Social por consequência, ao constituir seu Projeto Ético-Político incorpora-se aos interesses e demandas da classe trabalhadora, até mesmo por se afirmar trabalhador. Experiencia assim enfrentamentos diários, frequentes na defesa da direção crítica e social da profissão, no âmbito dos violentos e intensos ataques do capitalismo respaldados pelo Estado, que assegura sua reprodução, ampliação. Ancorados ainda com o conservadorismo moral e profissional que persiste e é reforçado no pós-Golpe de 2016, com exemplos se encontra o Serviço Social Libertário, o Serviço Social Clínico, o Serviço Social Cristão etc., advindos de perspectivas pós-modernas, sistêmicas e do conservadorismo religioso.

Segundo Netto (2006, p.19) o Projeto Ético-Político do Serviço Social tem horizonte, “[...] porque aponta ao combate ético, teórico, ideológico, político e prático-social ao neoliberalismo, preservando e atualizando valores que são solidários ao projeto de sociedade que interessa ao conjunto da população”. Ante o exposto, nota-se a contradição de ser reconhecida como profissão que responde a uma demanda da ordem burguesa e uma área profissional e do conhecimento comprometido com um Projeto Ético-Político que tem por horizonte a emancipação humana.

O panorama contemporâneo apresenta um cenário que é de devastação para classe trabalhadora e neste lado para trabalhadores do Serviço Social, cuja profissão acha-se inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Tal circunstância se apresenta adversa a efetivação do Projeto Ético-Político diante das constantes ameaças às liberdades de expressão e da garantia de defesa dos princípios éticos no cerne do trabalho profissional. Porém, estratégias de enfrentamento e resistências são e estão sendo tecidas nas lutas sociais e nas formas de organização da classe trabalhadora, nos movimentos sociais e na pressão popular de indivíduos políticos, no sentido de não arrefecer aos desmontes implementados

pelo Estado, canalizado a defesa dos interesses particulares das classes dominantes. Yazbek (2014, p. 686) aponta que o Serviço Social é demandado e desafiado a estabelecer “mediações políticas e ideológicas expressas, sobretudo, por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais”, assim é preciso desvelar as determinações objetivas que direcionam o processo contraditório na vida social, onde a subalternidade significa sujeição ao imposto e ao instituído, o que diretamente contrasta aos princípios e valores do Projeto Ético-Político de defesa da liberdade e de autonomia.

Os extratos abaixo revelam que a categoria profissional vem construindo possibilidades de enfrentamento, expressas por ações coletivas de resistência nesses tempos áridos e sombrios circundantes ao contexto pandêmico.

[...] todos esses processos de desmonte de direitos não ocorrem isentos de lutas da sociedade, desde greves, ocupações de universidades, manifestações de rua, até as formas de manifestações nas redes sociais, notadamente diante das transformações provocadas pelo coronavírus nas interações sociais. (TEJADAS E JUNQUEIRA, 2021, p.106)

[...] estamos acompanhando inúmeras situações de alianças entre pares, solidariedade de classes nas favelas, nas periferias, nos movimentos populares que sinalizam diferentes iniciativas de organização coletiva que a pandemia tem desencadeado e que é preciso conhecer, socializar e potencializar. (RAICHELIS E ARREGUI, 2021, p. 149)

O contexto da pandemia da Covid-19 modifica a realidade dos brasileiros e da própria categoria profissional no enfrentamento a violação de direitos a classe trabalhadora vem resistindo na contracorrente, criando mediações e reinventando formas de organização política. Diante disso, assinala-se um imenso desafio em pensar e construir em conjunto respostas coletivas, já que se entende ser somente pela coletividade que será possível construir saídas e caminhos, os quais não estão dados.

Ao buscar responder como a categoria profissional está debatendo os desafios e apontando possibilidades de enfrentamento e resistência frente ao

contexto da pandemia constata-se que, especialmente, os desafios são assinalados a partir do pós-Golpe de 2016 sendo caracterizado por um cenário conjuntural bárbaro para classe trabalhadora, pois é marcado pelo desmonte das políticas sociais que se lançaram nas gestões dos governos petistas. A Emenda Constitucional nº 95, que congelou por vinte anos os gastos da União com despesas primárias expõe um processo de retrocesso de direitos que é continuado e intensificado a partir de 2018, pelo governo de Jair Bolsonaro, a partir das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Dessa forma, se verifica um conjunto de desafios sociais combinados e articulados aos econômicos referentes a escalada do neoliberalismo, os processos de privatizações, a apropriação do fundo público para pagamento e amortizações da dívida pública, o desfinanciamento das políticas sociais, que se conjugam a precarização do trabalho, o desemprego, o desalento e a flexibilização e se somam aos políticos por meio do avanço do reacionarismo e do conservadorismo.

As produções indicam desafios ao exercício profissional quando os assistentes sociais ao se inserirem nos espaços sócio-ocupacionais atuaram diretamente no enfrentamento da Covid-19 sob condições e relações de trabalho precárias e relações e foram confrontados com requisições de trabalho não condizentes com suas atribuições profissionais.

Considerando os enfrentamentos e as resistências é assinalado a coragem e compromisso ético-político profissional, a potencialidade de tensionar os limites da relativa autonomia profissional, bem como a capacidade propositiva as respostas às demandas dos sujeitos, a cujos interesses o Projeto Ético-Político se relaciona e, desse modo é afirmado a sua essencialidade a partir da garantia de retornos mais qualificados às requisições complexas da crise sanitária e das expressões da questão social.

As resistências são construídas a partir de estratégias coletivas de reflexão sobre a realidade e o planejamento, pela organização e articulação interna e externa dos assistentes sociais e dos profissionais com os serviços, pela interlocução com outros profissionais e com os movimentos sociais, ficando demonstrada a necessidade de reafirmação do Projeto Ético Político.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As elaborações que seguem se disponibilizam a uma síntese ao redor do problema e das questões norteadoras desta pesquisa, dando visibilidade aos achados da investigação realizada. Trata-se de um ato de chegada deste caminho analítico e reflexivo em torno do tema em estudo, mas também de uma estação para outras partidas, inéditos encontros e aprofundamentos.

Ademais do aprendizado singular, das vivências não presencias, dos vínculos estabelecidos na comunicação virtual extremamente limitados, mas importantes, especialmente, nos momentos em que precisamos expressar que caminhamos junto aos nossos colegas e professores para mostrar que não se está só na luta. É importante salientar que a crise sanitária, cujos rebatimentos na vida da classe trabalhadora que foram apontados no Quarto Capítulo, também tiveram impactos em nossa vida pessoal, anulou possibilidades e exigiu um esforço maior para cumprir os compromissos acadêmicos. Também impactou no andamento da pesquisa, revogou planos, a condição de mulher, mãe, aluna e trabalhadora que não dispôs de circunstâncias objetivas adequadas para a elaboração desta dissertação – especialmente de tempo, valor corriqueiramente surrupiado pela sociabilidade capitalista. A isso se soma a aflição e a consternação pela perda de inúmeras famílias brasileiras e no mundo, de colegas, pessoas conhecidas, a quem faço a dedicação desta pesquisa, o sentimento de comoção que permeia esse momento e a inconformidade pela conduta displicente como o governo federal vem conduzindo todo esse processo. Esse contexto soturno e adverso, se por um lado nos despoja energia, por outro vivifica e instiga ainda para mais nosso compromisso em enfrentar as desigualdades, as injustiças sociais e alimentada pela força e convicção nas luta sociais que apontam um horizonte emancipatório.

Assim então, o presente trabalho teve como questão central a análise da produção bibliográfica do Serviço Social sobre a pandemia, buscando contribuir com o adensamento teórico, trazendo subsídios para estimular o debate voltado ao exercício profissional, utilizando como referencial teórico a teoria social em Marx.

A justificativa da pesquisa está fundamentada no entendimento de que a pandemia trará impactos a longo prazo, necessitando ser compreendida em seus

diferentes aspectos teóricos. Nesse trabalho, foram abordados principalmente o contexto da pandemia, e seus impactos e mudanças no exercício profissional e na formação. Essa trajetória teve como intenção contribuir na organização de estratégias de resistência e fortalecimento da categoria profissional em conjunto com a classe trabalhadora.

Na realização desta pesquisa foram utilizados artigos das revistas Serviço Social & Sociedade e Temporalis, que foram publicados de março de 2020 a setembro de 2021, a escolha por esses periódicos considerou a relevância de ambos para área do conhecimento do Serviço Social. Também foram utilizados como referência livros, e outros artigos científicos, diversificando as fontes de informações sobre a temática da pandemia, avaliando a relevância e conexão com o objeto deste estudo. No corpus de análise desse trabalho foram encontrados somente dois artigos que tratavam de formação profissional, a análise desse aspecto apresenta limitações.

Os resultados desta pesquisa foram analisados utilizando a análise de conteúdo, conforme Laurence Bardin. Essa escolha foi realizada por possibilitar a compreensão de significações e o desenvolvimento de um olhar crítico, na interpretação dos artigos.

Na análise da abordagem da pandemia na produção bibliográfica do Serviço Social, evidencia-se o caráter negacionista e seus aspectos devastadores, apontando também a pandemia como uma crise de múltiplos aspectos que acirrou o cenário de dificuldades já existentes.

Em relação a contribuição do Serviço Social na visibilidade das implicações que decorrem da pandemia, é possível destacar, na produção analisada a precarização do trabalho, incrementada pela inserção das TIC, e o desmonte das políticas públicas pautado pelas medidas neoliberais.

Como estratégia de enfrentamento e resistência frente ao contexto de pandemia, o Serviço Social aponta a necessidade reafirmação de seu Projeto Ético Político e para o fortalecimento por meio de lutas coletivas, junto aos trabalhadores e movimentos sociais.

Assim sendo, retoma-se os objetivos propostos no estudo através do problema de pesquisa: Qual a contribuição da área do Serviço Social na produção do conhecimento sobre o tema pandemia da Covid-19?

A abordagem à pandemia da Covid-19 está muito presente o negacionismo, como deslegitimação do conhecimento científico, relativo à condução política do poder público federal e ao reforço de notícias falsas observou-se ainda, a sua identificação como uma crise de múltiplas manifestações que acirrou o cenário de dificuldades já existentes.

As produções bibliográficas vêm demonstrando que a pandemia da Covid-19 afetou desigualmente a população, sendo que segmentos historicamente submetidos à processos de subalternização tem ampliadas as refrações da desigualdade social em suas vidas. Verifica-se também, que a pandemia aparece como mais uma das tantas determinações de negação ao atendimento de necessidades mais elementares, como o direito à vida.

No tocante a contribuição do Serviço Social para dar visibilidade as implicações que decorrem da pandemia na produção analisada se identificam que a deterioração das relações e condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora é muito anterior à eclosão da Covid-19, já que produto das relações sociais que estruturam o sistema do capital apesar de no contexto pandêmico estejam agravadas pela natureza e lógica do capitalismo, na busca de acumulação e lucro em detrimento da proteção à saúde e à vida, mostrou o quanto, na peleja da luta de classes, a classe que vive do trabalho, está sendo radicalmente atacada e sofre ainda mais a perda de direitos, a depender da vontade política. Destacou-se ainda que a precarização do trabalho, agravada pelo avanço do neoliberalismo, e aprofundada nas contrarreformas trabalhista e previdenciária, impõem condições ainda mais aviltantes à força de trabalho, disfarçadas de empreendedorismo, como a uberização, a informalidade, o subemprego, e outras formas de expressão, o que se acentua ainda mais com a crise sanitária imposta pela pandemia da Covid-19. Verifica-se também, que diante da pandemia há um incremento na inserção das TIC, sinalizando para possíveis níveis ainda mais intensos de precarização no trabalho. Aqui se identifica uma lacuna que requer uma ampliação das pesquisas,

já que a conjuntura adversa do contexto pandêmico vem incidindo na configuração do trabalho profissional cada vez mais mediado pelas TICs o que carece investir no significado da técnica e da tecnologia para a profissão, para sua instrumentalidade e para seu projeto profissional.

Como síntese dos resultados da análise sobre o desmonte das políticas sociais públicas pautado pelas medidas neoliberais, destaca-se que neste contexto da pandemia, cada vez mais, o Estado burguês se mostra como ilusão no que diz respeito a proteção social e a vida enquanto direito humano fundamental e uma realidade sempre mais concreta quando se relaciona à defesa dos interesses da ordem do capital.

As produções bibliográficas analisadas em dimensão de generalidade vêm apontando como estratégia de enfrentamento e resistência frente ao contexto de pandemia da Covid-19 a necessidade reafirmação de seu Projeto Ético Político e para o fortalecimento por meio de lutas coletivas, junto aos trabalhadores e movimentos sociais. O que impõe ao Serviço Social o desafio de continuar cada vez mais fortalecendo a dimensão política da profissão abalizar o projeto ético-político profissional na resistência ao conjunto de ataques do Estado Burguês e em defesa de uma nova ordem societária.

Se reconhece que diante deste contexto pandêmico, fazer estudos/pesquisas e socializar conhecimentos se apresentam como imensos atos de rebeldia e resistência aos imperativos do capital e por isso, se insiste em fazer a utilização pública da razão.

Espera-se que, com esta pesquisa, possamos contribuir na área do conhecimento do Serviço Social, para o adensamento teórico a temática da pandemia da Covid-19, assim como em subsídios para o fomento ao debate, e contribuição para que outros pesquisadores/estudos possam vir a se combinar, incrementar e qualificar essa produção que, diante da conjuntura atual, se torna imediata na agenda científica e política da profissão.

Por fim, os dados obtidos da pesquisa permitem corroborar com o que é incontestável, é inexequível enfrentar a pandemia da Covid-19 sem que seja realizado o enfrentamento a desigualdade social e à pobreza como uma de suas

profundas expressões, sem ter em consideração pesquisas e estudos científicos e interessar-se as suas orientações e, em especial, sem desenvolvidos sistema público de saúde, logo isso exige investimentos que não interessam ao Estado. Diante dessas comprovações, mudanças radicais precisam acontecer na atual forma de sociabilidade para que a vida não seja lucro.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação para o curso Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

_____. **Relatório Nacional de Estágio**: reflexões a partir do Formulário acerca da Situação do Estágio em Serviço Social durante a pandemia Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-nacional-de-estagio_reflexoes-a-partir-do-formulario-acerca-da-situacao-do-estagio-em-servico-social-durante-a-pandemia-202109302233580802590.pdf. Acesso em 26/11/2021

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social**: Ruptura com o Conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

ALENCAR, M.M.T de; GRANEMANN, S. **Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional**. Rev. Katál. Florianópolis, v.12, n 2p.161-169, jul./dez.2009.

ALVES, Giovanni. **Brasil**: a catástrofe (parte 2) – Blog da Boitempo. Publicado em 01/02/2020. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/02/01/brasil-a-catastrofe-parte-2/>

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020. ISBN: 978-65-5717-0001-4 (recurso eletrônico).

BARDIN. Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROCO, Maria Lúcia da S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, p. 12-21, 2022.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, n. 106, p. 205-218, 2011.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2007.

BEZERRA, Angélica Luiza Silva; DE MEDEIROS, Milena Gomes. Serviço social e crise estrutural do capital em tempos de pandemia. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 53-69, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34423>. Acesso em 07 de ago 2021.

BEZERRA, Angélica Luiza Silva; MEDEIROS, Silvana Márcia de Andrade. O acirramento da questão social em tempos de pandemia e as condições atuais das lutas dos trabalhadores: impasses insolúveis para a consolidação do sistema universal de saúde? **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.35, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/archive/2>. Acesso em 10 de ago 2021.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas "Atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 2016**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>. Acesso em: 04/12/2020.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 18/02/2021

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109, DE 15 DE MARÇO DE 2021**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc109.htm. Acesso em 16/04/2021

BRASIL. CAPES. **Portaria nº 55, de 29 de abril de 2020**. Disponível <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3762>. Acesso em: 05/12/2020.

BRASIL. **LEI Nº 13.429, DE 31 DE MARÇO DE 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. Acesso em: 17/03/2021

BRASIL. **LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 16/02/2021

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.061, DE 9 DE AGOSTO DE 2021**. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>. Acesso em 25/10/2021.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. **Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Rev. Temporalis, v. 21 n. 42 (2021). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/archive>. Acesso em 24 jun. de 2021.

BOSCHETTI, Ivanete Salete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covi-19: proteção para quem? **Rev. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021

BULLA, Leonia Capaverde. **Tendências teóricas e metodológicas na formação profissional do assistente social**. In: A pesquisa em Serviço Social e nas áreas humano-sociais. Org. BARRILI, Heloisa de Carvalho; ARAUJO, Jairo Melo et.al. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; CANÊO, Giovanna. Desafios da formação profissional crítica em tempos de pandemia, neoliberalismo e conservadorismo. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 70-86, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3485>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, p. 30-47, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/abstract/?lang=p>. Acesso em: 09 de jan. 2022.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 209-224, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tz4b6kWP4sHZD7ynw9LdYYJ/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 13 set. 2021.

CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira; DE CARVALHO, Alba Maria Pinho; DE ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa. Dupla pandemia, política de assistência social e exercício profissional em serviço social. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 173-189, 2021. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34520>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CARVALHO, Denise Birche e SILVA, Maria Ozanira da. **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção do Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). CFESS Manifesta, 30 anos do Congresso da Virada. **Projeto Ético-Político do Serviço Social: 30 anos na luta em defesa da humanidade**. São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

_____. **Teletrabalho e teleperícia: orientações para assistentes sociais**. Brasília, DF: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/teletrabalho-telepericia2020-nota.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

_____. **Nota do CFESS sobre Renda Básica Emergencial: paga logo, Bolsonaro!** Brasília, DF: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1687>. Acesso em 18 ago.2021.

_____. **CFESS Manifesta, 2º Seminário Nacional sobre O Trabalho do/a Assistente Social na Política de Assistência Social, Fortaleza (CE), 1º e 2 de agosto de 2018.** Brasília, DF: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-2SeminarioAssistencia-Site.pdf>. Acesso em 03 set. 2021.

_____. **Nota pública do CFESS sobre a extinção do Programa Bolsa Família.** Brasília, DF: CFESS, 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1854>. Acesso em 20 nov. 2021.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição.** São Paulo: Cortez, 2000.

DANTAS, Michael Hudson; DE SOUZA, Luana Vanessa Soares Pinto; PINHEIRO, Samya Katiane Martins. Atuação do serviço social com população lgbt em contexto ultraconservador e pandêmico. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 155-172, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34770>. Acesso em: 06 de ago 2021.

DE OLIVEIRA SOUZA, Diego. O estado neoliberal face à covid-19: o financiamento de políticas sociais. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 190-204, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34716>. Acesso em: 06 ago. 2021.

DEMIER, Felipe. **Crônicas de dias desleais: ultraneoliberalismo, neofascismo e pandemia no Brasil.** 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

EURICO, Márcia; GONÇALVES, Renata; FORNAZIER, Tales. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 84-100, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/5GqfkcSgwKxcvBjnYBzJmHC/?format=html>. Acesso em: 08 de ago. 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Alternativas metodológicas da pesquisa em Serviço Social.** In: Revista Serviço Social & Sociedade. Ano VII, n. 21 – São Paulo: Cortez, 1986.

FAQUIN, Evelyn Secco et al. Exercício profissional do (a) assistente social: problematizações dos impactos da pandemia covid-19. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 119-135, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34483>. Acesso em: 09 de ago. 2021.

FERNANDES, Laryssa Danielly Silva; GOIN, Marileia; DA ROCHA, Islânia Lima. Capital pandêmico e ensino remoto: o posicionamento político do serviço social. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 87-101, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34819>. Acesso em: 08 de ago. 2021.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n.º 79, agosto/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2021.

FORTUNA, Sandra L.A.de; GUEDES, Olegna.S.de. A produção do conhecimento e o projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.23, n.1, p.25-33, jan./abr.2020.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**. São Paulo: Autores Associados, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Claudia; ROJAS, Gonzalo; STAMPA, Inez. A crise contemporânea e os impactos no mundo do trabalho: resistências e desafios às contrarreformas. **Revista O Social em Questão** - Ano XXIV - nº 49 – jan./abr.2021

GUERRA, Yolanda. **Nas pegadas dos 80 anos de história do Serviço Social: o debate da instrumentalidade como marco**. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

GRANEMANN, Sara; MIRANDA, Flávio. Crise econômica, crise sanitária: a Covid-19 como instrumento da acumulação? Silva, Letícia Batista; DANTAS, André Vianna (Org.) **Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. 245 p.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. Boitempo, 2017

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20ª.ed – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social em tempos de capital fetiche: Trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: CFESS. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760 p

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).** Indicadores mensais produzidos com informações do trimestre móvel terminado em fevereiro de 2021, Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30/04/2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAVAL, Christian. A pandemia de covid-19 e a falência dos imaginários dominantes. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 2, p. 277-286, 2020. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39870>. Acesso em: 22 de ago. 2021.

LEFÈBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 16ª.ed – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** Série Núcleo de Pesquisa – NEPI/PUCSP. São Paulo: Veras Editora, 1999.

_____. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social.** NEPI Caderno n. 1. São Paulo: PUCSP, 1994.

_____. **Notas sobre mediações.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 44, 1994

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.**

_____. **Fundamentos de metodologia científica - 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003.**

MARX, Karl. **O Capital.** Livro I. Volume I. Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** São Paulo: Centauro, 2006.

MARQUES, Rosa Maria, et.al. **Pandemias, Crises e Capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. Brasil: as alterações institucionais no período recente e o novo governo. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 18, n. 2, p. e36288, 31 dez. 2019.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e pandemia**. Boitempo Editorial, 2020.

MATTA, Gustavo Corrêa, et al. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIRELLES, Giselle Ávila. **Serviço Social e “Questão Social”**: fundamentos teóricos e análise contemporânea. *SERV. SOC. REV., LONDRINA*, V. 19, N.2, P. 110-123, JAN/JUL. 2017. DOI: 10.5433/1679-4842.2017v19n2p110

MOROSINI, M.C.; FERNANDES, C.M.B. **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.- dez. 2014.

MOROSINI, Marília. **Estado de conhecimento e questões do campo científico**. *Revista Educação: Santa Maria*, 2015.

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Serviço Social brasileiro**: profissão e área do conhecimento. *Rev. Katál.*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

_____. **Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões**. In: BOSCHETTI, Ivanete. (org.). *Expropriações e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5ª. ed- São Paulo. Cortez, 2006.

_____. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012

_____. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.

_____. **O Movimento de Reconceituação 40 anos depois.** Rev. Serviço Social & Sociedade, nº 84. Ano XXVI, novembro 2005.

_____. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

OXFAM – **Relatório O Vírus da Desigualdade.** Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade>. Acesso em 14 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19,** 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em 20 de dez. 2021.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2016.

PORTES, Lorena Ferreira; PORTES, Melissa Ferreira Portes. **A formação profissional em Serviço Social no Brasil:** uma trajetória construída por avanços e desafios. EM PAUTA, Rio de Janeiro. n. 40, v. 15, p.213 – 227, 2o Semestre de 2017.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele .“**Na prática a teoria é outra” ou separar é armadilha do capitalismo?** Argum., Vitória, v. 9, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2017.

PRATES, Jane Cruz. Refrações da crise sanitária, econômica e política no Brasil: os impactos diferenciados em mulheres, negros e índios. **Revista Textos & Contextos (Porto Alegre),** v. 19, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/38839>

PRATES, Jane Cruz. **Crise do capital, pandemia e (des) proteção social.** In: ANDRADE, R. F.; PINHEIRO, H. A.; VALLINA, K. A. (org.). Campo minado: as investidas do capital contra a Seguridade Social Brasileira. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2020. Prefácio.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele; ZACARIAS, Inez Rocha. **A produção da pobreza e das desigualdades no capitalismo: uma leitura a partir da obra marxiana.** In: Neoliberalismo e desigualdade social : reflexões a partir do Serviço Social. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2020. 319 p.

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade,** p. 134-152, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

REDON, Silvio Aparecido; DE CAMPOS, Eliane Christine Santos. PANDEMIA, CRISE DO CAPITAL E O APROFUNDAMENTO DA POBREZA DA CLASSE TRABALHADORA. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 256-269, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34060>. Acesso em 22 de ago. 2021.

RUIZ, João Alvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 64-72, 2007.

SEMZEZEM, Priscila; CARTAXO, Ana Maria Baima. Crise do capital, contrarreforma da previdência social e pandemia. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 237-255, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34500>. Acesso em 20 de ago 2021.

SILVA, Letícia Batista et al. Crises econômica e sanitária: notas de continuidade. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 34-52, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34822>. Acesso em 11 de ago 2021.

SILVA. Maria Ozanira da Silva e; CARVALHO. Denise Bomtempo Birche de. **A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro**. R B P G, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dezembro de 2007.

SILVA, José Fernando S. da; SILVA, Maria Izabel da. **Pesquisa e Serviço Social: contribuições à crítica**. Rev. Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 14, n. 2, p.238-252, ago/dez, 2015.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. **Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação**. In: Revista Katálisis, v. 17, n. 1, p. 68- 76, 2014.

SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, p. 118-133, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/B3QvfrsQcsNy6H3vP5ZrTmS/>. Acesso em 20 de ago 2021.

SPOSATI, Aldaíza. **Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 15-25, 2007.

TEJADAS, Silvia da Silva; JUNQUEIRA, Maíz Ramos. Serviço Social e pandemia: desafios e perspectivas para a atuação no sociojurídico. **Serviço Social & Sociedade**, p. 101-117, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Jq7JH5Ts7LDQZVLRfBTHp/?format=html&lang=pt>. Acesso em 10 de ago. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

TOLÊDO, Herculis. **O Estado está nu! Uma reflexão sobre o revelador contexto pandêmico**. In: Reflexões dialogadas sobre práticas profissionais em contextos de pandemia e de lutas por direitos humanos [recurso eletrônico] / organização Ana Lucia da Silva Garcia, Heloisa Helena Mesquita Maciel, Sindely Alchorne. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2020.

TONET, Ivo. **Algumas lições a partir da conjuntura atual**. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/ALGUMAS_LICOES_A_PARTIR_DA_CONJUNTURA_ATUAL.pdf. Acesso em 24 jun. 2021.

UNESCO. **UNESCO lança publicação com orientações sobre práticas educacionais abertas durante a pandemia. 26 maio 2020**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-lanca-publicacao-com-orientacoes-sobre-praticas-educacionais-abertas-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 21/11/2021.

_____. **Unesco anuncia coalizão para garantir a educação durante o coronavírus**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2020/03/unesco-anuncia-coalizao-para-garantir-a-educacao-durante-o-coronavirus> ck88ukary021a01o9152e5rnt.html. Acesso em 21/11/2021.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O Assistente Social na Luta de Classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

WELLEN, Henrique. **Igualdade abstrata e desigualdade econômica: da equivalência da circulação à não equivalência da produção**. In: Crise do Capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A dimensão política do trabalho do assistente social**. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4RNYGqckdySpPrJ6cTmsBSQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 27 out. 2021.

APÊNDICE - Roteiro de análise dos artigos

- 01.** Título, nome do autor, palavras – chaves e ano
- 02.** Resumo, Objetivos, Metodologia, Resultados
- 03.** Síntese descritiva sintética
- 04.** Temas abordados
- 05.** Enfoques apresentados
- 06.** Demandas, requisições, limites, desafios e possibilidades assinaladas
- 07.** Transcrição de conceitos ou extratos dos textos relevantes



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br